

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - UFSCar
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS - CECH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA - PPGS

**CULTURA DA TERRA, CULTURA DAS ÁGUAS: O
FENÔMENO DA TRANSMÂNICA EM MARABÁ (PA)**

JOSÉ AUGUSTO CARVALHO DE ARAÚJO

São Carlos-SP

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - UFSCar
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS - CECH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA- PPGS

**CULTURA DA TERRA, CULTURA DAS ÁGUAS: O
FENÔMENO DA TRANSMÂNICA EM MARABÁ (PA)**

JOSÉ AUGUSTO CARVALHO DE ARAÚJO

Tese de Doutorado apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Sociologia da
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Constante
Martins.

São Carlos-SP

2014

Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da Biblioteca Comunitária UFSCar
Processamento Técnico
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A663c Araújo, José Augusto Carvalho de
Cultura da terra, cultura das águas : O fenômeno da transumância em Marabá (PA) / José Augusto Carvalho de Araújo. -- São Carlos : UFSCar, 2016.
191 p.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2014.

1. Amazônia. 2. Ribeirinho da cidade. 3. Transumância. 4. Ciclos das águas. I. Título.




Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Rodovia Washington Luís, Km 235 – Cx. Postal 676
13565-905 São Carlos-SP - Fone/Fax: (16) 3351.8673
www.ppgs.ufscar.br - Endereço eletrônico: ppgs@ufscar.br

JOSÉ AUGUSTO GARVALHO DE ARAÚJO


Tese de Doutorado em Sociologia apresentada à Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Aprovada em 08 de dezembro de 2014.

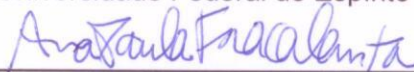
BANCA EXAMINADORA:



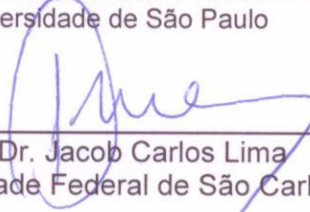
Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins
Orientador(a) e Presidente
Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFSCar



Profª Dra. Eliana Santos Junqueira Creado
Universidade Federal do Espírito Santo



Profª Dra. Ana Paula Fracalanza
Universidade de São Paulo



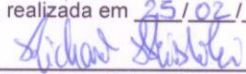
Prof. Dr. Jacob Carlos Lima
Universidade Federal de São Carlos



Profª Dra. Maria Inês Rauter Mancuso
Universidade Federal de São Carlos

Para uso da CPG

Homologado na 53.ª Reunião da CPG-
Sociologia, realizada em 25/02/15



Prof. Dr. Richard Miskolci Escudeiro
Vice-Coordenador do PPGS

Aos ribeirinhos da cidade que vivem nas margens ou nas proximidades dos rios Itacaiúnas e Tocantins, aos moradores dos bairros Cabelo Seco e Santa Rosa que lutam pela preservação da sua cultura e pela melhoria das condições de vida em Marabá.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela inspiração. Ao meu orientador Rodrigo Constante Martins pela sua competência, acolhimento, comprometimento e ajuda imprescindível para a realização desta tese que acontece em um momento peculiar e diferenciado na minha vida, considerando as dificuldades.

Aos pescadores, ribeirinhos da cidade, coletores, caboclos-ribeirinhos, pelos depoimentos concedidos para a realização desta pesquisa. Aos meus pais Raimundo Nonato Cruz de Araújo e Maria Elizete Carvalho de Araújo por me ajudarem a compreender as nuances da vida. Aos meus irmãos Raimundo Júnior, Miguel Ângelo, Luciano Otávio, Lizete Cristina, Rita de Cássia (*in memoria*), Sueli e Aldo Albuquerque e sobrinhos: Nazareno, Enzo, Breno e Fernando.

À minha filha Daylá Machado de Araújo a quem também dedico esta tese e à Sandra Mendes minha companheira pelo incentivo e reconhecimento.

Àqueles que contribuíram diretamente a este trabalho, em especial aos amigos Jacob Carlos Lima e sua esposa Maria Estela pelo incentivo e apoio. Estendo o agradecimento à professora Maria Inês Mancuso pela grande contribuição e ao seu esposo Antônio. Sr. Joab Barbosa Pontes e a Sr^a. Rita de Cássia Oliveira Marques – Coordenadores da COMDEC-Marabá, pela contribuição nesta pesquisa através das fontes documentais disponibilizadas. Ao professor Dr. Antônio Carlos Witkoski da UFAM, pela forma companheira como me auxiliou no debate sobre o tema. À amiga Sueli Pinheiro pela contribuição especial à estruturação da tese.

Aos amigos José Ricardo Zeraik e sua esposa Sônia Zeraik pelo apoio e acolhimento em São Carlos, que foram imprescindíveis. À amiga Aline Teixeira e sua irmã Dalila. Ao amigo Marcelo Bezerra, sua esposa Fernanda e filha Maria Eloisa. Aos amigos estudantes de São Carlos, Ilunilson dos Santos, Aline Borghim, Boaventura Santy, Thiago Ramos, Ângelo Júnior e Jacqueline Costa. Ao amigo Jornalista César Lofi e sua

esposa Silvia. Aos amigos Felipe Rangel e Luana, Lucas Rangel e Hermano Drummond pelos bons momentos de lazer e cultura em São Carlos. À amiga Nilza Rocha pelo apoio espiritual em atenção à minha saúde em São Carlos. Aos amigos (as) Sr^a. Cristina Maria Viana, Sr. Rubens Vieira, Sr. Elizeu Barbosa, Sr. Cláudio Merola e ao Sr. Oscar Filho, pela ajuda nos momentos difíceis, quando estive hospitalizado em São Carlos. Às amigas do CDCC (USP) bibliotecárias de São Carlos, senhoras Suzi Hrönel, Giuliana Corrêa e Silvelene Pegoraro pelo apoio incondicional através da biblioteca do CDCC.

Ao professor e Coordenador da Universidade do Estado do Pará em Marabá, professor Seidel Santos pelo apoio durante minhas visitas *in loco* no Núcleo de Marabá. À Marta Amorim, do Instituto do Desenvolvimento Econômico e Social do Pará (IDESP), pela ajuda no levantamento de pesquisas para a construção desta tese.

A todos os demais amigos que porventura eu tenha esquecido. Agradeço a Casa da Cultura de Marabá que disponibilizou um grande acervo de recortes de jornais e algumas Dissertações sobre as cheias desde o início do século XX. À Defesa Civil de Marabá que disponibilizou os relatórios, fotografias e recortes de jornais sobre os abrigos temporários que são construídos em época de cheias.

À Universidade Federal de São Carlos – UFSCar através de seus professores e colaboradores. À Universidade do Estado do Pará - UEPA, através da PROPEP e de sua Coordenação local, (Núcleo de Marabá). À Universidade Federal do Pará – UFPA (Núcleo de Marabá), como importantes Instituições no apoio à realização desta tese. Meus sinceros agradecimentos pela ajuda de cada um neste trabalho.

José Augusto Carvalho de Araújo

ARAUJO, J. A. C. **Cultura da Terra, Cultura das Águas: o fenômeno da transumância em Marabá (PA)**. São Carlos-SP: UFSCAR, 2014. (Tese de Doutorado).

RESUMO

O estudo é baseado no processo da transumância que ocorre às margens dos rios Itacaiúnas e Tocantins no município de Marabá localizado no sudeste do estado do Pará, diante dos fluxos e refluxos das águas dos rios. A transumância ocorre em virtude da transferência de humanos temporariamente por constrangimento ambiental ou por questões de ordem econômica. Este fenômeno ocorre todos os anos em consequência das constantes cheias que ocorrem no município de Marabá, nas áreas mais baixas do município, a exemplo do que ocorre na Marabá pioneira (velha Marabá). Em virtude desse acontecimento, esses grupos sociais passam a fixar residências nos bairros mais altos da cidade. Os núcleos que servem de refúgio são o da Cidade Nova e a Nova Marabá. Entretanto, na maior parte os desabrigados, por uma questão de estratégia e de sobrevivência, acabam se deslocando para os abrigos temporários construídos pelos próprios moradores ou pela Defesa Civil local. O processo de transumância ocorre frequentemente há décadas nas margens dos rios Itacaiúnas e Tocantins, na área urbana do município de Marabá. Apesar de este fenômeno estar relacionado a uma questão cultural pelo modo de vida do ribeirinho da cidade, um dos principais problemas diz respeito a uma nova força de trabalho de ribeirinhos que moram nas cidades e que tem sofrido os impactos das transformações produtivas no meio urbano. Da mesma forma como não podemos desconsiderar a criação de bolsões de pobreza de mulheres, crianças, migrantes e favelados nas periferias das cidades, associado a um capitalismo periférico que tem gerado a marginalização social de parte desta população (Oliveira, 2007). Por outro lado, os ribeirinhos, por uma questão cultural, estão constantemente conectados com os rios e com a cidade, onde se movimentam principalmente o comércio e a prestação de serviços. O tipo de atividades de trabalho acontece conforme a dinâmica das cheias e vazantes na Amazônia. A pesquisa de campo foi realizada em 2012 com os ribeirinhos que vivem na cidade e que sofrem com as cheias que acontecem entre os meses de janeiro a junho no município de Marabá. Trata-se de um estudo de caso, considerando que este processo migratório chamado de transumância ou deslocamento pendular ou sazonal acontece particularmente nesta parte alagada do município de Marabá. Foram utilizadas variadas fontes de informação, a exemplo das entrevistas, da observação sistemática *in loco*, a fonte documental, fotografias, etc, assim como, uma variedade de dados coletados com vários informantes (ribeirinhos da cidade, pescadores, funcionários da Defesa Civil e lideranças comunitárias).

Palavras-Chaves: 1. Amazônia, 2. Ribeirinho da Cidade, 3. Transumância, 4. Ciclos das Águas.

ARAUJO, JAC. **Culture de la terre culture de l'eau : une étude sur le phénomène de la transhumance dans le Marabá (Pa)**. São Carlos -SP: UFSCAR, 2014. (thèse de doctorat) .

RÉSUMÉ

L'étude est basée sur le processus de la transhumance qui se produit sur les rives du Tocantins Itacaiúnas et rivières de la commune de Maraba situé dans l'État sud-est du Para, sur les flux et reflux de nos rivières. La transhumance est due au transfert des ressources humaines temporairement par des contraintes environnementales ou les questions financières. Ce phénomène se produit chaque année à la suite d'inondations constantes qui se produisent dans la ville de Maraba, dans les zones les plus basses de la ville, semblable à ce qui se passe dans pionnier Maraba (ancien Maraba). En raison de cet événement, ces groupes sociaux doivent être mis aux quartiers résidentiels les plus élevés. Les noyaux qui servent de refuge sont la Nouvelle Ville et la Nouvelle Maraba. Cependant, la plupart des sans-abri, comme une question de stratégie et de survie, de finalement passer à des abris temporaires construits par les habitants eux-mêmes ou par la défense civile locale. Le processus de la transhumance se produit souvent des décennies sur les rives des fleuves Itacaiúnas et Tocantins dans la zone urbaine de la municipalité de Maraba. Bien que ce phénomène est lié à une question de mode de vie culturel de la ville côtière, l'un des principaux problèmes concerne une nouvelle main-d'œuvre des riverains qui vivent dans les villes et ont subi les impacts des changements productifs dans l'environnement urbain. Tout comme nous ne pouvons pas ne pas tenir compte de la création de poches de pauvreté des femmes, des enfants, les migrants et les habitants des bidonvilles à la périphérie des villes, associées à un capitalisme périphérique qui a généré la marginalisation sociale d'une partie de la population (Oliveira, 2007). En outre, riverains, pour des raisons culturelles, sont connectés en permanence avec les rivières et la ville où s'occupe principalement de commerce et la fourniture de services. Le type d'activité de travail se passe comme la dynamique des flux et reflux de l'Amazonie. La recherche sur le terrain a été réalisée en 2012 avec la vie côtière dans la ville et de la souffrance des inondations qui se produisent entre les mois de Janvier à Juin dans la ville de Maraba. Il s'agit d'une étude de cas, étant donné que ce processus migratoire appelé transhumance ou de trajet ou changement de saison se passe en particulier dans cette partie de la ville inondée de Maraba. Diverses sources d'information ont été utilisés, comme les entrevues, l'observation systématique lieu, une source documentaire, les photographies, etc, ainsi que d'une variété de données recueillies par divers informateurs (en bordure de la ville, les pêcheurs, les responsables de la défense civile et les dirigeants Communauté).

Mots clés: 1. Amazone 2. ville riverside 3. transhumance 4. cycles de l'eau.

ARAUJO, J. A. C. **Earth Culture, Water Culture: a study on the phenomenon of transhumance in Marabá (Pa)**. São Carlos - SP: UFSCAR, 2014 (Doctoral Thesis).

ABSTRACT

The study is based on the process of transhumance that occurs by the banks of Itacaiúnas and Tocantins rivers at the city of Marabá, located in the southeast of Brazil, in the state of Pará, against the ebbs and flows of those rivers. Transhumance occurs when humans temporarily transfer with their livestock due to environmental constraints or financial issues. This phenomenon occurs every year as a result of constant floods that occur in Marabá County, at lower areas of the city, similar to what occurs in the older areas of Marabá. Due to this event, these social groups settle in the highest residential neighborhoods possible. The places that serve as refuge are those located in Cidade Nova e Nova Marabá nuclei. However, most of the homeless community, as a matter of strategy and survival, eventually move to temporary shelters built by the residents themselves or by local Civil Defense. For decades the process of transhumance frequently occurred by the margins of Itacaiúnas and Tocantins rivers, in the urban area of Marabá County. Although this phenomenon is related to a cultural way of life of the city riverine dwellers, one of the main concerns regarding this movement is for the new dwellers that live in cities and have suffered the impacts of urban environment productive changes. Just as we cannot disregard the creation of poverty pockets of women, children, migrants and slum dwellers at the cities outskirts, associated with a peripheral capitalism that have been generating the social marginalization of this population, as (Oliveira, 2007). Moreover, riverine people, for cultural reasons, are constantly connected to rivers and the city where trading and provision of services dynamics mainly occur. The type of work activities are defined according to the Amazon ebbs and flows dynamics. The field research was conducted in 2012, in the city of Marabá, with riverine dwellers that resided in the city and suffered from massive flooding between the months January and June. This is a case study, considering that this migratory process called transhumance (or commuting or seasonal shift) particularly happens in this flooded part of the city of Marabá. Varied sources of information were used, like interviews, *in loco* systematic observation, a documentary source, photographs, etc., as well as a variety of data collected with multiple informants (city riverine dwellers, fishermen, Civil Defense officials and community leaderships).

Key Words: 1. Amazon 2. Urban Riverine Dweller 3. Transhumance 4. Water Cycles.

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS	TÍTULO	PÁGINA
FIGURA 1	MAPA DA MESORREGIÃO, MICRORREGIÕES E MUNICÍPIOS DO SUDESTE DO PARÁ	38
FIGURA 2	IMAGEM DOS BAIROS CABELO SECO E SANTA ROSA POR SATÉLITE	40
FIGURA 3	EXTRAÇÃO DO LÁTEX DA SERINGUEIRA ARTESANALMENTE	42
FIGURA 4	O OURIÇO DA CASTANHA DO PARÁ	43
FIGURA 5	A EXTRAÇÃO DO FERRO GUSA EM MATÉRIA BRUTA NO SUDESTE PARAENSE	48
FIGURA 6	IMAGENS DE FAMÍLIAS DE RIBEIRINHOS TECENDO REDES DE PESCADORES NOS BAIROS CABELO SECO E SANTA ROSA EM MARABÁ – PA	62
FIGURA 7	A FORMAÇÃO DOS IGAPOÓS NA AMAZÔNIA	64
FIGURA 8	O RIO COMO COMTEMPLAÇÃO DO LAZER DOS RIBEIRINHOS	79
FIGURA 9	OS PERÍODOS DA CHEIA E VAZANTE EM MARABÁ-PA	84
FIGURA 10	ROUPAS ESTENDIDAS NO BAIRRO CABELO SECO PELAS “LAVADEIRAS”	88
FIGURA 11	O APARECIMENTO DE UMA SUCURI NO BAIRRO SANTA ROSA EM MARABÁ-PA	92
FIGURA 12	CHEIA NO BAIRRO SANTA ROSA	94
FIGURA 13	O FENÔMENO DA TRANSUMÂNCIA EM MARABÁ-PA	99
FIGURA 14	A TRANSUMÂNCIA DE MORADORES DA VELHA MARABÁ EM PEQUENAS EMBARCAÇÕES	104
FIGURA 15	O CICLO DA TRANSUMÂNCIA PELA CHEIA E VAZANTE DOS RIOS TOCANTINS E ITACAIÚNAS - MARABÁ-PA	105
FIGURA 16	ABRIGO IMPROVISADO PELOS RIBEIRINHOS DE MARABA-PA	111
FIGURA 17	ETAPAS DA CONSTRUÇÃO DOS ABRIGOS OFICIAIS PELA COMDEC-MARABÁ	115
FIGURA 18	A DEFESA CIVIL DE MARABÁ INFORMA O RISCO POR CONTAMINAÇÃO APÓS A CHEIA DE 2013	117

FIGURA 19	ABRIGO TEMPORÁRIO, FOLHA 33 - NOVA MARABÁ	123
FIGURA 20	O FENÔMENO DAS “TERRAS CAÍDAS” NO BAIRRO CABELO SECO	144
GRÁFICO 1	NÍVEL DO RIO TOCANTINS, EM METROS ENTRE OS ANOS DE 1977 A 2012	110
GRÁFICO 2	DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE FAMÍLIAS POR ABRIGOS IMPROVISADOS EM 2012	112
GRÁFICO 3	DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE FAMÍLIAS POR ABRIGOS OFICIAIS EM 2012	112
GRÁFICO 4	INDICADORES DE RENDA, POBREZA E DESIGUALDADE EM MARABÁ-PA ENTRE (1991-2010)	148

LISTA DE QUADROS E TABELAS

LISTA DE QUADROS E TABELAS	TÍTULO	PÁGINA
QUADRO 1	DISTRIBUIÇÃO DAS ENTREVISTAS DE CAMPO	26
QUADRO 2	OS CICLOS ECONÔMICOS EM MARABÁ	41
TABELA 1	CRESCIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE MARABÁ ENTRE 1950 E 2007	45
TABELA 2	NÚMERO DE FAMÍLIAS ABRIGADAS E DESALOJADAS PELAS CHEIAS – DADOS COMPARATIVOS ENTRE 2012 - 2014	113
TABELA 3	AUMENTO DE DOENÇAS POR VEICULAÇÃO HÍDRICA EM MARABÁ ENTRE 2001 A 2005	118
TABELA 4	NÚMERO DE PESSOAS AFETADAS POR ALAGAMENTOS NO BRASIL	132
TABELA 5	PORCENTAGEM DA RENDA POR EXTRATOS DA POPULAÇÃO DE MARABÁ 1991- 2010	149

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS	DEFINIÇÃO
ALPA	AÇOS LAMINADOS DO PARÁ
BNDS	BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
COMDEC-MARABÁ	COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL DE MARABÁ
CNPq	CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA
FAPEAM	FUNDAÇÃO DO AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO AMAZONAS
CMM	CÂMARA MUNICIPAL DE MARABÁ
CVRD	COMPANHIA VALE DO RIO DOCE
DIM	DISTRITO INDUSTRIAL DE MARABÁ
FMI	FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
IDH	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO
IBAMA	INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE
IDESP	INSTITUTO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO PARÁ
INCRA	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
PDUM	PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE MARABÁ
PPAS	PLANOS PLURIANUAIS
PAC	PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO
PNDC	POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA CIVIL
PIB	PRODUTO INTERNO BRUTO
PNUMA	PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO
SEPOF	SECRETARIA EXECUTIVA DE ESTADO DE

	PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
SESMA	SECRETARIA DE SAÚDE DE MARABÁ
SUDAM	SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
UEPA	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARÁ
UFPA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
UFAM	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
UNAMAZ	ASSOCIAÇÃO DE UNIVERSIDADES AMAZÔNICAS

SUMÁRIO

SEÇÃO I	16
O OBJETO DA TESE.....	16
1. 1- METODOLOGIA.....	25
1. 2.- POR QUE ESTUDAR O RIBEIRINHO DA CIDADE DE MARABÁ?.....	31
SEÇÃO II.....	35
A CIDADE DE MARABÁ NA AMAZÔNIA ORIENTAL.....	35
2.1.- CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA, OCUPAÇÃO E ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO MUNICÍPIO DE MARABÁ.....	35
SEÇÃO III.....	56
OS RIBEIRINHOS EM MARABÁ.....	56
3.1. - A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DO RIBEIRINHO DA CIDADE.....	66
3.2. - A IMPORTÂNCIA DOS RIOS PARA O MODO DE VIDA RIBEIRINHO NO MUNICÍPIO DE MARABÁ-PA.....	75
3.3. - TRAÇOS CULTURAIS DOS GRUPOS SOCIAIS QUE VIVEM NA CIDADE NAS MARGENS DOS RIOS.....	80
3.4.- O RIBEIRINHO QUE VIVE NO BAIRRO CABELO SECO.....	84
3.5. - O RIBEIRINHO QUE VIVE NO BAIRRO SANTA ROSA.....	89
SEÇÃO IV	99
A TRANSUMÂNCIA PARA OS ABRIGOS TEMPORÁRIOS – A PERCEPÇÃO DOS RIBEIRINHOS.....	99
4.1. – OS DESABRIGADOS DE MARABÁ E A DEFESA CIVIL.....	109
4.2. – AS ESTRATÉGIAS DE VIDA RIBEIRINHA.....	125
4.3. – O “DESASTRE” É SOCIAL NA AMAZÔNIA.....	130
SEÇÃO V.....	141
“AQUI É MELHOR DO QUE LÁ” – OS DILEMAS DA VIDA NA CIDADE.....	141
5.1. – SAZONALIDADE E TRABALHO PRECÁRIO EM MARABÁ.....	156
5.2. – NOVAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MARABÁ: AS OBRAS DE INTERVENÇÃO DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC).....	162
SEÇÃO VI.....	167
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	167
SEÇÃO VII.....	173
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	173
APÊNDICES E ANEXOS.....	187

SEÇÃO I**O OBJETO DA TESE**

O objeto central da tese é a interpretação sociológica do processo de transumância dos ribeirinhos que reproduzem formas de vida tradicionais na Amazônia paraense. Referimo-nos, neste estudo de caso, aos ribeirinhos que moram especificamente nos bairros Cabelo Seco e Santa Rosa, localizados na parte baixa do município de Marabá, onde ocorrem alagamentos sazonais. A transumância, neste caso, refere-se ao deslocamento dessa população em caráter temporário em consequência das cheias que ocorrem nessa região.

O principal fator da ocorrência da transumância é o constrangimento ambiental, pelo quais diversos grupos sociais necessitam se deslocar com o objetivo de escapar das cheias. Trata-se, portanto, de um fator sazonal, temporário, que acontece devido à subida e descida das águas dos rios que cortam o município de Marabá. Esse fenômeno, apesar de todo o processo de convivência dos moradores com os rios, tem provocado consequências no modo de vida desses ribeirinhos que vivem na cidade, isto porque a cidade, enquanto espaço de disputas, está em constantes transformações, o que acaba provocando uma maior vulnerabilidade social dos grupos sociais mais expostos.

Quando chegam as cheias, os ribeirinhos da cidade se deslocam para as áreas mais altas da cidade, ou vão para os abrigos temporários construídos pela prefeitura local, onde fixarão residência por pelo menos quatro meses. No período da vazante, eles retornam para suas casas, aguardando um novo ciclo das águas dos rios Itacaiúnas e Tocantins.

A transumância como objeto central desta tese se configura como saberes e práticas criativas e criadoras de uma identidade cultural local dos ribeirinhos na busca de se apropriarem de outra parte do território que não foi afetado pelas cheias. Esse fenômeno acontece pelo simples fato de os ribeirinhos da cidade não disporem de espaços, ou seja, de grandes leitos de águas para realizarem esses deslocamentos através dos rios ou para se manterem em casas de palafitas flutuantes, a exemplo do que acontece nas

grandes áreas de várzeas em toda a extensão de diferentes rios localizados na região norte. Nesse sentido, o ribeirinho da cidade acaba ficando sem opção de escolha em relação à sua mobilidade e ao uso adequado do território das águas. Portanto, torna-se importante compreender as dimensões sociais e ambientais de grupos sociais que se retroalimentam das cheias e vazantes mesmo em condições adversas.

A transumância é um elemento conceitual importante para se analisar o comportamento social e cultural dos ribeirinhos, suas estratégias de sobrevivências ao se deslocarem e a utilização dos rios como meio de vida.

Há uma imbricação, neste estudo, que ocorre entre o objeto da pesquisa – a transumância dos ribeirinhos e os problemas socioambientais, com o objetivo de levantar as crises e os conflitos gerados pelos deslocamentos e a formação da população alvo, a fim de entender como se constitui a identidade do ribeirinho no município de Marabá.

Um dos objetivos desta tese é explicar melhor o comportamento desse ribeirinho diante do processo de transumância, bem como o seu comportamento social através dos seus saberes diante das mudanças do ciclos das águas na região.

Outro propósito deste estudo é o de, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), fazer um levantamento das políticas sociais de contenção às cheias que estão sendo ou poderão vir a ser viabilizadas no município de Marabá, especificamente nos bairros Cabelo Seco e Santa Rosa.

Os deslocamentos sazonais de idas e vindas acontecem por necessidade de estratégias de sobrevivência. Entretanto, supõe-se que os ribeirinhos preferem permanecer junto à natureza e próximos dos rios de onde tiram parte do seu sustento. Diferentes grupos sociais estão dispersos no sudeste paraense, nesta parte oriental da Amazônia, onde está localizado o município de Marabá, circundado por aproximadamente 10 rios, sendo o Itacaiúnas e o Tocantins os mais importantes.

Os problemas levantados nesta tese dizem respeito às constantes cheias que ocorrem na parte baixa do município de Marabá. Provavelmente, a condição social dos grupos sociais que vivem nesta parte da Amazônia, e que têm sofrido com o problema das cheias, não se dá pelo simples fato de

residirem às margens ou próximos dos rios da região – ressaltando que os rios fazem parte de um cenário natural na vida do ribeirinho da Amazônia –, mas pela ausência de uma estrutura e um apoio social que seja capaz de lhes garantir uma qualidade de vida satisfatória preservando a sua cultura e o seu modo de viver.

Entre os principais problemas levantados nesta tese destacamos: a) É possível que os constantes alagamentos que ocorrem ao longo de décadas nos bairros Santa Rosa e Cabelo Seco, localizados no município de Marabá, tenham interferido no modo de vida dos ribeirinhos como grupos sociais que sempre viveram da pesca? É possível que exista uma sazonalidade nas atividades de trabalho do ribeirinho em consequência da diminuição dos peixes no período das cheias, pela necessidade de complementação da renda familiar? b) É possível que o fenômeno da transumância seja estratégia de sobrevivência dos ribeirinhos em época de cheias, considerando os constantes deslocamentos dos mesmos para as áreas mais altas do município? c) Os problemas sociais provocados pelos sucessivos constrangimentos ambientais sofridos pelos ribeirinhos que moram nessas áreas alagadas têm transformado de forma significativa o cenário natural com o qual esses grupos sociais têm convivido? d) Qual a relação estabelecida entre a Defesa Civil de Marabá (COMDEC) e os ribeirinhos, quando estes necessitam morar nos abrigos temporários construídos pela prefeitura? e) Qual a vulnerabilização, social e ambiental, a que estão mais expostos os ribeirinhos relacionados à veiculação hídrica na bacia Amazônica?

Essas são algumas das perguntas levantadas nesta tese com o propósito de subsidiar um campo de discussão que envolve principalmente a pobreza e meio ambiente; os aspectos culturais na relação do ribeirinho com os rios; além dos dilemas experimentados pelos ribeirinhos que vivem na cidade e necessitam conviver com a sazonalidade e com o fenômeno da transumância nesta parte da Amazônia.

A hipótese principal desta tese está no fato de a dinâmica social dos ribeirinhos de Marabá estar em um contexto culturalmente estabelecido com os rios da região. Nesse sentido, a transumância, ou seja, quando os ribeirinhos se deslocam para outras áreas em épocas de cheias na busca de

abrigo, tem uma dimensão cultural, característica do modo de vida ribeirinha, considerando que eles retornam para o mesmo local, às margens dos rios, quando acontece a vazante, pois é dos rios que retiram parte do seu sustento para a sobrevivência.

A segunda hipótese diz respeito à ideia de que os ribeirinhos da cidade estabelecem uma relação cultural com os rios da região tanto quanto os ribeirinhos das várzeas. Durante muito tempo, a literatura científica deu pouca notoriedade aos ribeirinhos da cidade, talvez porque quisesse considerar que o espaço da cidade fosse o espaço da disputa de diversos segmentos ligados apenas ao interesse do grande capital, sem que houvesse espaço para se compreender a necessidade daqueles que vivem na cidade a partir de modos de vidas particulares e com bases culturais já estabelecidas há milhares de anos por diferentes etnias que por lá já estavam.

Os ribeirinhos da cidade podem se submeter a um trabalho informal no espaço da cidade, principalmente com a diminuição dos peixes no período das cheias. A escassez dos peixes acaba levando os ribeirinhos à procura de outras atividades temporárias no centro da cidade. A cidade é o local onde se desenvolvem o comércio, a prestação de serviços, a indústria, o trabalho informal ou outras atividades. Além disso, a sazonalidade nas atividades laborais desses grupos sociais é uma realidade, pois suas atividades de trabalho dependem da cheia ou da vazante. Portanto, a população alvo desta tese é formada por famílias que moram nas margens dos rios ou nas proximidades, estando relacionadas a modos de vida nativa da Amazônia.

No centro da cidade se concentram as “atividades comerciais, de serviço e de gestão; e áreas residenciais, distintas em termos de forma e conteúdo social; áreas de lazer; e, entre outras”, aquelas de reserva para futura expansão. “Este conjunto de usos da terra compõe a organização espacial da cidade ou simplesmente o espaço urbano fragmentado” (Corrêa, 1995:1). É neste espaço em disputa e em construção que estão os ribeirinhos da cidade de Marabá.

Esta tese analisa a maneira do ribeirinho de viver na cidade circunscrita pelos rios da região. Essa dimensão tem constatado uma

interpretação de coexistência entre os ribeirinhos e a elevação dos rios em época de cheias.

Esses grupos sociais ainda mantêm uma relação intrínseca com a natureza, ou seja, com as águas dos rios ao praticarem a pesca artesanal, e com a floresta, caçando e coletando frutos. Essas experiências são práticas de sobrevivência e exigem saberes que foram acumulados ao longo de várias gerações, pelas populações tradicionais. Essas Práticas são comuns entre os índios e pescadores que vivem na região.

Os ribeirinhos carregam consigo aspectos culturais que foram adquiridos por hábitos, costumes e tradições, muitos deles advindos dos povos indígenas. Entretanto, com o avanço das cidades e do processo de urbanização ocorreram inúmeras transformações. Daí a importância de se estudar as mudanças nos comportamentos sociais de grupos sociais que vivem na Amazônia e reproduzem alguns aspectos do modo de vida. Note-se que mudaram igualmente os rios: uns foram deslocados, outros aterrados e outros ainda desapareceram, mudando a paisagem do espaço construído.

Justifica-se a importância deste estudo sobre o fenômeno da transumância dos ribeirinhos da Amazônia paraense, quando se considera que, apesar da presença de diferentes grupos sociais naquela região desde épocas remotas, ainda hoje há uma incipiente literatura que de fato priorize o conhecimento acerca de populações tradicionais envolvendo pesquisas empíricas. Entretanto, algumas experiências locais começam a se fazer presentes na Amazônia, as quais visam mudar esse quadro de desinteresse por estudos que de fato priorizem as populações tradicionais, contrapondo-se aos estudos que geralmente reproduzem a fala do colonizador, como se a história do Brasil e da Amazônia fosse apenas uma narrativa europeia.

A partir de dezembro de 2005, o projeto “Nova Cartografia Social da Amazônia” (Lages et al., 2010), passou a atuar com aproximadamente 116 distintos grupos sociais no sudeste paraense, e que tem como objetivo realizar o mapeamento social dos Povos e das Comunidades locais, privilegiando a diversidade das expressões e as diferentes identidades coletivas presentes na Amazônia, mas este é um dos poucos trabalhos na região envolvendo comunidades locais. O grupo é composto por pesquisadores de diferentes áreas de conhecimento: antropologia, direito,

geografia, biologia, sociologia, história. Além disso, o projeto articula pesquisas sobre processos de ocupação dos territórios, conflitos e movimentos sociais na Amazônia, através do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do estado do Amazonas (FAPEAM).

O primeiro passo seria reconhecê-los como detentores de saberes e práticas semelhantes àsquelas dos ribeirinhos das várzeas. Essa segunda hipótese, portanto, é a de que tal como os que vivem nas várzeas, os ribeirinhos que residem nos bairros Cabelo Seco e Santa Rosa, por praticarem a pesca artesanal e desenvolverem rituais religiosos e festividades nas margens dos rios, reproduzem ainda hoje modos de vidas baseados na pesca, no uso de rabetas para o lazer, na extração de frutos da floresta, com o cultivo de hortaliças em girais, etc.

A trajetória pela qual cheguei ao objeto desta tese me levou em busca de perguntas e respostas sobre como se formou a identidade do ribeirinho da cidade, para, além disso, fazer a seguinte indagação: por que o ribeirinho da cidade tem necessidade de retornar para as mesmas áreas insalubres atingidas pelas cheias? A dificuldade para mensurar estes grupos sociais em uma área extensa decorre de todo o entrelaçamento estabelecido pelas populações ribeirinhas que vivem nesta parte da Amazônica. Além desse aspecto, a definição de como se constituiria o ribeirinho da cidade inevitavelmente me fez buscar comparar seu modo de vida com o do ribeirinho da várzea. Esta comparação só foi possível devido a parâmetros culturais de uma vida em comum encontrados entre quem vive nos rios de várzeas e aqueles que vivem próximos dos da cidade.

Compreender a dinâmica do ribeirinho que vive na Amazônia é entender que a cultura do ribeirinho está em constante movimento. A cultura da terra e a cultura das águas são laços inerentes de quem vive na Amazônia. Isso acontece devido o território estar em constante transformação, pois depende das cheias e vazantes, e é por isso que o ribeirinho sempre ganha e perde território o tempo todo.

Com a subida das águas dos rios e o adensamento da cidade, conhecido como processo da civilização, surgiu os prédios, as ruas, o comércio, etc., que passam a fazer parte do cenário de um novo território em

transformação. O ribeirinho sem alternativa acaba sendo “empurrado” para dentro da cidade.

A mobilidade social dos ribeirinhos no município de Marabá, ao migrarem para as áreas mais altas, tem sido também importante para entendermos as formas de solidariedades que ocorrem nos abrigos temporários para melhor entender como eles vivem em comunidade e os laços de amizade que são estabelecidos.

A vulnerabilidade social provocada pelos desajustes ocorridos nos espaços da cidade em consequência das cheias em Marabá é uma situação que exige estudos empíricos aprofundados, pois se trata de um importante problema social que demanda em particular uma análise das formas de estratégias de permanências e mobilidades espaciais utilizadas pelos grupos sociais que vivem nessa parte da Amazônia.

Com o crescimento da cidade e o avanço do capital, o ribeirinho de Marabá foi obrigado a criar estratégias de permanências no espaço modificado para que dessa forma pudesse conviver com um cenário onde as edificações urbanas – lojas comerciais, escolas, hospitais, entre outras.

Acredita-se que com a modernidade, e ao serem levados a conviverem com o crescimento das cidades sem um planejamento prévio, os ribeirinhos tiveram que criar estratégias de sobrevivência de forma dinâmica e inovadora. Contudo, é necessário reconhecermos as dificuldades impostas a esses grupos sociais identificados como ribeirinhos da cidade, considerando que estão mais vulneráveis socialmente diante do crescimento econômico, do avanço do mercado imobiliário, mas principalmente pelo avanço do comércio nas margens dos rios Tocantins e Itacaiúnas que, ao longo do tempo foram sendo ocupados por “mercadores” e comerciantes que transportavam o que extraíam dessa parte da Amazônia para os grandes centros, por meio de pequenas e médias embarcações, a exemplo do que aconteceu nos ciclos da castanha e da borracha em Marabá. Os ribeirinhos já moravam nessas áreas até então pouco exploradas, pois viviam na maior parte do que extraíam naturalmente da natureza.

Neste sentido, prioriza-se nesta pesquisa entender as circunstâncias pelas quais o avanço do espaço da cidade tem interferido mais diretamente na vida dos ribeirinhos, tendo como ponto de partida para a análise os

principais ciclos econômicos, a exemplo dos ciclos da castanha e da borracha. Esta decisão se deu em virtude dos próprios ribeirinhos terem sido partícipes do processo histórico de desenvolvimento desses ciclos mais diretamente. A mineração, ao contrário, tem tido um efeito mais direto na relação capital e trabalho na região, nas políticas públicas de Estado, nas políticas de patentes, no uso e exploração do solo, etc. Nesse sentido, a discussão sobre os efeitos da exploração da mineração para os moradores do município se desloca do problema central desta tese.

Visando uma pesquisa ampla que envolva os ribeirinhos de Marabá em relação ao campo teórico desta tese, é que fizemos uma articulação com os principais autores que discutem a Amazônia e a vida de diferentes grupos sociais da região, com a finalidade de fundamentar as falas dos entrevistados e das interpretações sobre o conjunto dos dados empíricos.

Entre os principais autores e respectivos temas estão: Trindade Jr. e Tavares (2008); Emmi (1987) – fazem uma discussão sobre ocupação, espacialidades e territorialidades; Pimentel (2012); Ribeiro (2010) – analisam os aspectos geofísicos e as populações locais no município de Marabá; Medeiros (2010); Silva (2006) – discute a questão da migração e cultura no sudeste do Pará; Sevá Filho (2010); Dias (1958) - fazem uma discussão sobre crescimento socioeconômico, desenvolvimento e exploração mineral no município de Marabá; Diegues (2009) - analisa a desigualdade social e o modo de vida ribeirinha na Amazônia; Almeida (2008) – faz um resgate histórico sobre a importância dos rios Itacaiúnas e Tocantins e os impactos dos grandes projetos para a região de Marabá; Trindade Jr. (2011) – discute a Amazônia globalizada; Zhouri e Laschefski (2010) – fala sobre o capital transnacional diante dos polos minero-metalúrgico; Pereira (2006) – trata da invisibilidade da pobreza em Marabá; Conceição (2001); Loureiro, Aragão Pinto (2005); Ricci (2006) – discutem as sociedades Amazônicas; Castro, (2004) – discorre sobre o crescimento populacional; Raiol (2010); Nunes e Lima (2012) – analisam a história de Marabá; Velho (1972) – aborda a política econômica de Marabá; Martins (1989) – fala da ocupação de terras por trabalhadores rurais; Oliveira e Almeida (2008) – analisam o desmatamento na Amazônia; Becker (1990; 2006) – analisa as elites locais disputando o aparelho de Estado e o ordenamento territorial; Lefebvre (2001;

2004) e Wanderley (2000) – falam do direito à cidade; Carneiro (2008) – analisa o rural como categoria de pensamento; Fraxe e Pereira (2007); Witkoski (2010) - abordam a história de ribeirinhos e das populações tradicionais; Canclini (2006) – estuda as culturas híbridas; Thiry-Cherques (2006) – faz uma discussão sobre conflitos; Bourdieu (2009) – aborda o conceito de *habitus*; Santos (1996; 1999) – fala de espacialidades; Corrêa (1993) – analisa o espaço da cidade; Santos (2006) – discute as características das desigualdades sociais e os conflitos entre ricos e pobres; Diegues (2002) – aborda resultados sobre a pesca industrial; Neves (2006) – discute as várzeas e a ocupação indígena na Amazônia; Jurandir (1994); Vidal (2008) – mostram a relação mitológica, contemplativa e de sobrevivência dos ribeirinhos com os rios e com a natureza; Bolle (2012) – discute a periferia a partir da análise do escritor e poeta Dalcídio Jurandir; Ferreira e Cantarino (2011) – analisam os impactos ambientais; Oliveira e Shor (2008) – analisam os espaços-tempos; Jadão (1984) – faz uma análise da ocupação indígena na Amazônia; Tominaga, Santoro e Amaral (2009) – discutem os desastres naturais e os problemas das inundações na Amazônia; Furtado (2005) – analisa a transumância; Sousa (2005) – discute o nomadismo na Europa; Damatta (1997) – discute o equilíbrio através dos ciclos naturais; Oliveira (2011) – aborda aspectos da sociabilidade; Marchezine (2010) - fala da definição de desabrigados; Matos (2009) – define o que sejam as casas flutuantes; Souza e Almeida (2010) – falam sobre os transbordamentos das várzeas; Venturato (2011) – fala dos atributos da cidade; Marengo (2007); Rittl (2006) – discute as queimadas; Martins (2004) – aborda conflitos em territórios; Barton (2005) – aborda os problemas econômicos; Acselrad, Mello e Bezerra (2009) – abordam o tema das tecnologias limpas e justiça ambiental; Bullard (2005) – discute sobre ética e racismo ambiental; Leff (2008) – fala da exploração e consumo; Miranda (2006) – discute as inundações e chuvas; Martins (2013) – discute a racionalidade econômica; Pereira (2006) – fala do problema das cheias; Martinez-Alier (2010) – realiza uma análise sobre o problema do ecologismo dos pobres; Silva (2011) – aborda a reforma do Estado; Diegues & Arruda (2001) – analisam as trocas entre mercadorias na Amazônia; Sen (2000) – discute pobreza e incapacidades.

1.1. METODOLOGIA

A escolha dos bairros Cabelo Seco e Santa Rosa, situados no município de Marabá, para a realização da pesquisa, deu-se devido à localização desses bairros nas proximidades das margens dos rios, em uma região ribeirinha cujos grupos sociais compartilham tradições, hábitos e comportamentos culturais ecléticos entre a vida na cidade e a vida nos rios. Portanto, a escolha das ruas mais próximas do rio foi por conta de que os moradores sofrem mais os impactos das cheias.

Nenhum dos bairros eu tinha algum conhecimento que me levasse a aproximar dos moradores. Assim, em um primeiro momento, me aproximei das famílias que moravam mais próximas do rio, buscando encontrar pessoas adultas para me conceder as entrevistas, em especial o responsável pela família, e desta forma, foi possível construir um roteiro de pesquisa.

Um dos poucos problemas enfrentado *in loco*, no momento da pesquisa de campo, esteve relacionado ao tráfico de drogas no bairro Santa Rosa, pois tive que suspender as entrevistas em virtude da suspeita de traficantes sobre a minha presença na localidade, o que dificultou o meu acesso aos moradores do bairro que ficavam pouco a vontade para falar sobre os problemas enfrentados com as constantes cheias no bairro. Este fato ocorreu mais intensamente no momento em que um traficante foi morto por policiais e o seu velório ocorria no bairro, no momento em que eu entrevistava as famílias. Em outro momento oportuno foi possível o levantamento das informações sem haver comprometimento no levantamento das informações.

Utilizamos a observação sistemática para analisar o modo de vida dos ribeirinhos moradores dos bairros Cabelo Seco e Santa Rosa visando compreender melhor as manifestações culturais realizadas nas margens dos rios e as entrevistas foi um dos instrumentos de coletas de dados utilizado para compreender as estratégias de vida e o processo de transumância dos ribeirinhos em período de cheias e vazante dos rios Itacaiúnas e Tocantins.

A definição da amostra de trinta e quatro entrevistas foi definida previamente, considerando alguns critérios metodológicos. Utilizamos como

escolha ribeirinhos moradores dos bairros Cabelo Seco, Santa Rosa, servidores da COMDEC-MARABÁ e alguns ribeirinhos que estavam alojados nos abrigos improvisados e oficiais, que acompanham as cheias dos rios Tocantins e Itacaiúnas já há algum tempo. Nesse sentido, a amostra foi distribuída da seguinte forma:

QUADRO 01 – DISTRIBUIÇÃO DAS ENTREVISTAS DE CAMPO

PÚBLICO ALVO	POPULAÇÃO	Nº DE ENTREVISTAS REALIZADAS
Bairro Cabelo Seco	2.646 hab. (*)	09
Bairro Santa Rosa	6.831 hab. (*)	12
Abrigos oficiais e improvisados	275 ribeirinhos	10
Defesa Civil	07 funcionários	03
	TOTAL	34

Fonte: pesquisa de campo – adaptado pelo autor, 2012.

(*) IBGE, 2010.

Foi realizado um levantamento sobre os relatórios da Defesa Civil de Marabá e realizada 3 entrevistas para os Coordenadores da Defesa Civil de Marabá (COMDEC-Marabá), responsáveis pelo planejamento do Plano Anual de Trabalho.

Foram priorizados dois momentos na pesquisa de campo. Um primeiro momento no período das cheias, entre os meses de fevereiro a abril de 2012, foram aplicadas 10 entrevistas nos abrigos temporários distribuídos entre os localizados na folha 33 e o da feirinha, em virtude de maior interesse por parte dos mesmos em prestar os depoimentos, considerando que há uma maior suspensão das atividades cotidianas e maior tempo disponível das famílias, além desses abrigos estarem localizados nas proximidades das residências alagadas.

Nesses abrigos, a escolha das famílias entrevistadas foi seletiva. Em geral encontrava-se nos abrigos mais as mulheres, pois a maior parte dos homens encontrava-se “fazendo bicos” na cidade, a exemplo de atividades sazonais, às vezes precária, principalmente na construção civil e comércio.

Diferentemente, no período da prática da pesca, na vazante, os homens geralmente permanecem em casa após a atividade da pesca, demonstrando não haver a necessidade de irem à busca de outra atividade temporária.

Em um segundo momento, a outra parte das 21 entrevistas nos foi concedidas após o período das cheias nos bairros Cabelo Seco e Santa Rosa, sendo 9 no Cabelo Seco e 12 no Santa Rosa, quando os ribeirinhos já haviam retornados dos abrigos temporários ou das casas de familiares, entre os meses de maio e julho de 2012.

Considerando ser um estudo de caso foi utilizada uma variedade de fontes de informação, a exemplo das entrevistas como instrumentos de coleta de dados; também recorremos à observação sistemática *in loco* através de visitas realizadas nos bairros Santa Rosa, Cabelo Seco e nos abrigos temporários; tivemos acesso a fontes documentais, a exemplo do Plano Anual de Trabalho que foi criado e revisado em 2007 pela Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC-MARABÁ; por fim, ainda faz-se uso de imagens coletadas nos bairros Cabelo Seco e Santa Rosa que serviram para ilustrar a vida desse agente representante do estado, a Defesa Civil, diante das cheias nessa parte da Amazônia.

Recorre-se a uma variedade de dados coletados, em diferentes momentos, em situações distintas e com vários informantes: ribeirinhos da cidade, pescadores, funcionários da Defesa Civil, lideranças comunitárias e os desabrigados. Com essa variedade de informações foi possível cruzar dados, confirmar ou rejeitar hipóteses e melhor compreender as estratégias utilizadas pelos ribeirinhos em relação ao comportamento daqueles que vivem na cidade.

Nesse estudo de caso, visamos chegar às várias conclusões e diferentes posicionamentos para analisar qual a que melhor estava adequada à realidade do ribeirinho da cidade, considerando que, provavelmente, esse diferencia do ribeirinho da várzea em alguns aspectos.

Também foi realizado no município de Marabá um levantamento de documentos oficiais, relatórios, livros, dissertações, entre outros, assim como, foram realizados levantamentos, no mês de junho de 2012, de livros,

artigos, recortes de jornais sobre as maiores cheias que ocorreram no município.

A pesquisa documental teve como objetivo principal analisar as ações do Plano Anual de Trabalho pela Defesa Civil de Marabá- COMDEC-MARABÁ que atende aos desabrigados das cheias. Várias imagens foram coletadas sobre a paisagem amazônica, como uma forma de retratar o comportamento social do ribeirinho diante dos problemas socioambientais em decorrência das chuvas na região.

O ribeirinho da cidade que mora em Marabá vive várias experiências no seu cotidiano. Nesse sentido, esta pesquisa identifica que o ribeirinho da cidade tem comportamento e estratégias de sobrevivências semelhantes aos ribeirinhos das várzeas, pois experimenta constrangimentos ambientais em período de cheias semelhantes, mas com estratégias de sobrevivências diferentes.

É fundamental compreender como os ribeirinhos constroem suas vidas, suas memórias, suas experiências, seus hábitos e suas vivências de uma vida híbrida, ora de um pescador ora de um cidadão. São aspectos culturais que transversalizam as cidades modernas, subjugadas a uma heterogeneidade de ações e atividades ao mesmo tempo circunscritas a um território em constante mudança.

Faço uso da metodologia da diferenciação utilizada por Witkoski (2010) quando este afirma que o regime de inundação se formará conforme o início, meio e o fim do volume de águas escoadas pelos rios na região em um determinado período do seu ápice. Considero também como ponto de partida o volume de água vindo da cabeceira dos Andes, o que possibilita as cheias, as várzeas e ou vazantes na Amazônia brasileira. Portanto, não há um conceito específico, mas a diferença entre uma cheia e uma enchente e entre uma vazante e uma seca, dependerá do volume de águas e na mesma proporção do período da vazante.

A época da cheia no município de Marabá ocorre, principalmente, entre dezembro e março, e tem no mês de abril o seu ápice. Portanto, este período das chuvas começa mais ou menos em dezembro chegando até abril.

A seca acontece dois meses logo depois do ponto culminante da cheia que é em abril, ou seja, no mês de julho, tendo seu apogeu no mês de novembro, dando início a um novo ciclo a partir de dezembro.

Reportarmo-nos ao fenômeno das cheias no decorrer deste estudo para melhor explicar a sazonalidade das chuvas na região, algo que tem causado mais prejuízos materiais à população ribeirinha do que a vitimização de vidas. Portanto, trata-se de um ciclo natural e cultural na vida de quem mora na Amazônia.

A partir das análises descritivas resultantes da observação e das entrevistas sobre o modo de vida dos ribeirinhos em contato com a pesquisa de campo foi formulado um campo teórico capaz de esclarecer as práticas de vida ribeirinhas, as manifestações culturais, as relações sociais diante dos ciclos das águas, as estratégias de vidas experimentadas a cada nova cheia pelos moradores dos bairros Cabelo Seco e Santa Rosa.

A finalidade de recorrer a Trindade Jr. (2011), para classificar o que seja uma cidade na Amazônia, está em propor uma discussão sobre uma lógica econômica com um perfil globalizado, ou seja, uma cidade ribeirinha marcada por aspectos econômicos e culturais, a exemplo do município de Marabá. Apesar de os aspectos culturais serem relevantes no modo de vida ribeirinha, o problema das cheias dos rios Itacaiúnas e Tocantins no município tem causado instabilidade na vida dos ribeirinhos.

Em virtude das cheias a Nova Marabá é um distrito urbano do município de Marabá que foi criado e planejado para funcionar como um único bairro subdividido em setores denominados de "folhas". Existe outra versão para a história das ruas de Marabá que diz que pelo fato de Marabá ser considerada área de segurança nacional, durante a ditadura militar, fez das suas ruas verdadeiros labirintos. Neste sentido, as ruas passaram a ser identificadas como folhas para facilitar a localização das mesmas pelos militares, pois era também uma forma encontrada para controlar a entrada e saída de pessoas que circulavam pelas ruas do município, por isso, muitas das folhas não possuem nenhuma saída para outras ruas.

Diante deste primeiro momento, dedicado em detalhar as metodologias e estratégias de investigação passamos à divisão dos

capítulos com fins a compreensão do campo teórico sobre a vida dos ribeirinhos em Marabá.

Na primeira Seção, realiza-se uma descrição detalhada da localização do município de Marabá, procurando compreender o processo de ocupação do município, principalmente a partir da década de 1960, quando foram implantadas as principais políticas públicas de intervenção no município através dos grandes projetos do governo federal. Além disso, é feita uma descrição da transumância e suas intercorrências para as mudanças no modo de vida do ribeirinho que vive na Amazônia paraense.

Na segunda Seção, discute-se a ocupação fundiária do município. É realizado também um levantamento dos dados do clima da região e do município de Marabá caracterizando a formação do espaço. Analisam-se, de forma contextualizada, os ciclos econômicos e a exploração dos recursos naturais da região.

Na terceira Seção, estuda-se a importância dos rios para os ribeirinhos, a dinâmica da geografia física da Amazônia que não se apresenta como fixa a um determinado território, a relação cultural dos ribeirinhos com os rios. É analisada também a formação da identidade do ribeirinho que vive na Amazônia paraense. São levantados os traços culturais dos grupos sociais que vivem nas margens dos rios. E finalizando a seção, é feita uma descrição dos modos de vida de ribeirinhos que moram nos bairros Cabelo Seco e Santa Rosa.

Na quarta Seção, analisa-se todo o processo da transumância, que estabelece saberes e práticas para a formação de uma identidade cultural local dos ribeirinhos na busca de se apropriarem de outra parte do território que não é afetado pelas cheias. É feita uma discussão sobre a percepção dos ribeirinhos diante da necessidade de se deslocarem para os abrigos temporários. É explicado sociologicamente o termo transumante. É demonstrado através de figuras como acontece o processo da transumância nos bairros Cabelo Seco e Santa Rosa para os abrigos, localizados no município de Marabá, no Pará. Explica-se o sentido dos deslocamentos a partir do conceito de *habitus* do Bourdieu (2009). Além disso, é feito um estudo dos desabrigados e de suas relações com a Defesa Civil. É analisada a função da Defesa Civil de Marabá diante das demandas dos ribeirinhos em

épocas de cheia. São analisados através de dados a vulnerabilização e as condições socioambientais dos ribeirinhos. É realizado um estudo comparativo sobre as estratégias de sobrevivência entre os ribeirinhos das várzeas e os da cidade, bem como é feita uma demonstração dos tipos de moradias, a exemplo das casas flutuantes e das marombas; por fim, é feita uma explicação comparativa entre um desastre e um constrangimento ambiental, com a finalidade de mostrar que o que acontece na Amazônia paraense não é desastre natural.

Na quinta Seção, estudam-se os dilemas sociais e ambientais de quem vive na cidade. Além desse aspecto, são analisados os problemas socioambientais diante do desenvolvimento economicista. São demonstrados alguns exemplos de vulnerabilidade dos grupos sociais (ribeirinhos) que vivem nos bairros Cabelo Seco e Santa Rosa. São levantados dados sobre pobreza, renda e desigualdade social dos moradores do município de Marabá, bem como da sazonalidade do trabalho nesta parte da Amazônia e por fim das obras do PAC, verificando-se as imbricações dessas políticas para a prevenção das cheias.

Na sexta Seção são feitas as considerações finais, onde argumentamos sobre as hipóteses levantadas inicialmente e concluímos acerca dos principais objetivos da tese.

1.2 - POR QUE ESTUDAR O RIBEIRINHO DA CIDADE DE MARABÁ?

O ribeirinho da cidade de Marabá é um importante ator social na Amazônia paraense, pois desenvolveu estratégias de sobrevivência e práticas de um investigador hidrológico das cheias e vazantes.

O problema social enfrentado pelos ribeirinhos da cidade neste início do século XXI não está relacionado com a dinâmica de subida e descida dos rios, mas com a urbanização caótica à sua frente, com a falta de infraestrutura da cidade que não está preparada para o período das cheias, situação agravada pelo aterramento dos igarapés que antes escoavam suas águas de forma natural pelos seus leitos e cursos na forma de rios.

Outro problema está no fato de a verticalização da cidade acontecer com o avanço do mercado imobiliário nos grandes centros. A modificação engendrada pela modernidade faz parte do projeto de urbanização.

A transumância do ribeirão da cidade que ocorre nesta parte da Amazônia estabelece uma conexão constante entre os rios, as várzeas e as áreas de terras firmes. As estratégias de sobrevivência e o modo de vida cultural foram habitualmente desenvolvidos por grupos sociais que sempre dependeram dos rios e das florestas na Amazônia, a exemplo dos índios, dos ribeirinhos, dos caboclos, dos coletores de castanha, etc.

A realidade do sudeste do estado do Pará é a expressão atual da exploração de recursos minerais e naturais sem levar em consideração a vida da população local. Nesse local foram criadas cidades nos moldes do grande capital transnacional de exportação e de polos minero-metalúrgicos, a exemplo dos "territórios empresariais de dimensões regionais". Uma das maiores expressões reprodutivas do capitalismo em grande escala é a "região do Carajás", no leste e sudeste do Pará, onde a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) configura-se como a principal empresa multinacional na região¹ (Zhourri; Laschefski, 2010).

As novas relações de trabalho no espaço da cidade estão fortemente influenciadas pela modernidade. A lógica da acumulação e reprodução do capital engendrado localmente pelos grupos empresariais não tem levado em consideração o aceleramento do processo de ocupação do município, a vulnerabilidade, a pobreza e a exclusão social causada aos grupos sociais mais vulneráveis, a exemplo dos ribeirinhos que vivem nas cidades.

Recentemente, o grande empreendimento de Belo Monte em Vitória do Xingú, onde 70% aproximadamente se encontra o empreendimento, no oeste do estado do Pará, tem sido palco de disputas e conflitos. Mesmo com toda a mobilização da sociedade civil, dos índios da região, de entidades em defesa do meio ambiente, de intervenções vitoriosas através de recursos jurídicos do Ministério Público Federal para diminuir os impactos ambientais,

¹ Essas cidades-fábrica, a exemplo de Tucuruí, construídas para abrigar os trabalhadores da hidrelétrica de Tucuruí, das minas de Carajás e da indústria metalúrgica de Barcarena foram pesquisadas em seus aspectos socioeconômicos e urbanos, por geógrafos, arquitetos e urbanistas, oriundos do estado do Pará - "Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local" - Trindade Júnior e Rocha (2002).

apesar de todo esse esforço, não houve avanços na forma de resolver os impactos ambientais que poderão ser ocasionados com a construção da hidrelétrica, podendo trazer consequências sociais, principalmente para os grupos sociais locais, entre eles os índios que já habitam a região há tempos.

O tamanho da expropriação e da exploração dos recursos naturais e minerais da região e os conflitos ambientais gerados ao longo de décadas definiram um cenário de desordenamento nos territórios ocupados em Marabá. Os grandes projetos estão mais direcionados para o agronegócio e para a exploração de minérios. Neste sentido, os interesses do grande capital têm prevalecido com o apoio do Estado, através dos incentivos fiscais destinados principalmente às empresas mineradoras estrangeiras. Portanto, entender os conflitos entre o chamado desenvolvimento e as forças sociais dos grupos locais que vivem em situação de vulnerabilidade no município de Marabá é entender que esta economia local está inserida em uma lógica globalizada, e que, portanto, o município vive as contradições do chamado “desenvolvimento”.

Pereira (2006) procura demonstrar que há uma invisibilidade da pobreza em Marabá, proliferada pelos vários bairros urbanos, sem água encanada e sistema de esgoto, cujos moradores são, em boa parte, imigrantes, trabalhadores itinerantes, de vida marcada pela provisoriedade e mobilidade, polivalentes em termos ocupacionais e que lutam cotidianamente pela sobrevivência. Devido esta complexidade, para Conceição (2001), continua sendo um desafio conhecer as sociedades Amazônicas, principalmente, pelo rearranjo adaptativo dos grupos que ali se territorializam e interagem.

O próprio fenômeno migratório em si, como um fenômeno histórico regional, não tem merecido grande atenção por estudiosos e pesquisadores. A migração constitui fator indutor ao crescimento das cidades, nas últimas décadas, e está relacionada à expulsão das terras rurais, considerando-se a crescente concentração fundiária e a implantação dos grandes projetos de investimento na Amazônia desde a década de 1960.

Para entender os problemas socioambientais no sudeste paraense é necessário também investigar como se deu todo o processo de ocupação,

conhecer as políticas públicas que foram direcionadas à região e os interesses que foram estabelecidos entre o Estado e as empresa que por lá se instalaram.

Os pioneiros invasores posam como heróis nas crônicas do desenvolvimento da cidade esquecendo-se os milhares de imigrantes, de vidas itinerantes e marcadas pelos conflitos, que lutaram para construir esta região; pessoas sem profissão definida e cujos espaços de moradia, de sociabilidade e de vivências cotidianas alavancaram o comércio e contribuíram para a formação do núcleo da cidade. Além disso, esses grupos desenvolveram uma vida comunitária e uma relação direta com os rios que circundam Marabá e que faz parte da história dos ribeirinhos (Pereira, 2006).

Estudar o ribeirinho da Amazônia Oriental no sudeste do estado do Pará nos leva a uma compreensão de como a dinâmica do capital, através das empresas que se instalaram nesta região e do comércio local, tem influenciado toda a dinâmica dos grupos sociais que hoje se encontram dispersos e vulneráveis. Neste entendimento, consideramos que o estudo dos casos dos bairros Cabelo Seco e Santa Rosa pode contribuir para tal compreensão.

SEÇÃO II**A CIDADE DE MARABÁ NA AMAZÔNIA ORIENTAL**

A população total da Amazônia é estimada em 20 milhões de habitantes, sendo que cerca de 70% residem em centros urbanos, ou seja, quase 14 milhões de habitantes. Dados gerais do Brasil mostram a tendência geral à urbanização em todas as regiões do país. Em relação à Amazônia os dados censitários revelam a tendência à urbanização desde os anos de 1980, com um aumento significativo nos últimos anos. O último recenseamento só vem confirmar o crescimento da população residente nas cidades e, sobretudo, o surgimento de dezenas de novas cidades, vilas e povoados, o que representa um campo dinâmico que se estende por todos os Estados da região sendo que as maiores taxas foram observadas no Norte do País, com uma média anual de 4,82 % no período de 1991 a 2000 (Castro, 2004).

2.1 - CARACTERIZAÇÕES SOCIOECONÔMICAS, OCUPAÇÃO E ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO MUNICÍPIO DE MARABÁ

A cidade de Marabá foi criada em vinte e sete de fevereiro de 1913, pela Lei nº 1.278, sendo desmembrada do município de Baião. Marabá é originária do Burgo do Itacaiunas (1892), cuja principal atividade era a extração do caucho e da castanha e está em uma altitude média de apenas 125 metros em relação ao nível do mar em uma área de aproximadamente 37.373 km². Marabá está localizada no sudeste do estado do Pará, na confluência de dois rios: o Itacaiúnas e o Tocantins (Almeida, 2008).

Por estar em uma área com topografia baixa em relação ao leito fluvial, a cidade tem sido atingida por constantes cheias anuais. Dentro do município de Marabá as áreas mais altas estão localizadas na Cidade Nova e na Nova Marabá onde se localiza o entroncamento entre a Rodovia Transamazônica e a PA 150. Por outro lado, os pontos urbanos de menor altitude são os bairros da Independência, Liberdade e Novo Planalto,

situados na Cidade Nova e as folhas 13, 14 e 33 na Nova Marabá, além dos Bairros de Santa Rita, Cabelo Seco e Santa Rosa na Marabá Pioneira, também conhecida como Velha Marabá.

A cidade de Marabá é cortada pelos Rios Tocantins e Itacaiúnas pertencentes à Bacia Hidrográfica do Araguaia-Tocantins. O Plano Diretor da cidade de Marabá foi aprovado em 06 de setembro de 2006. Foram propostos dezesseis distritos, sendo 05 deles como partes da sede municipal que formam o novo perímetro. Neste sentido, os cinco distritos constituintes da sede municipal são: o Distrito de Marabá Pioneira, Distrito da Cidade Nova, Distrito da Nova Marabá, Distrito Industrial e o Distrito de Expansão (Almeida, 2008).

A bacia hidrográfica tem como eixo o rio Itacaiúnas e seus afluentes que banha a área do município de Marabá. Ressalta-se que era em torno deste rio que se realizava a maior parte da extração do Caucho² seguido da castanha do Pará. O Itacaiúnas é o mais navegável, pois percorre mais de 200 quilômetros enquanto o rio Tocantins percorre apenas 50 quilômetros do seu percurso do município de Marabá (Almeida, 2008).

Atualmente o município tem uma área territorial de aproximadamente 15.092,268 Km² e é o quarto mais populoso do Pará, contando com aproximadamente 243.583 mil habitantes (IBGE, 2012) e com o 4º maior PIB do Estado em 2010, com 3.601.647,000 mil (IDESP, 2010), seu IDH é 0.668, sendo considerado médio (PNUD/2010) e sua renda per capita em 2010 era de R\$ 15.427,00 reais. É o principal centro socioeconômico do sudeste paraense e um dos municípios mais dinâmicos do Brasil. A densidade demográfica é de 15,45 considerando uma população urbana de 79,7% em relação a rural de 20,3% (IBGE, 2010).

“Dados sobre o clima da cidade indicam que a umidade relativa do ar é elevada, oscilando entre as estações mais chuvosas a mais seca” (Pimentel, 2012:8). A partir de julho a influência da massa equatorial atlântica diminui o índice pluviométrico e a temperatura por sua vez

² Também chamado de *Castilloa ulei*, era um tipo de variedade local da seringueira da Amazônia, e da qual era extraído o látex, matéria-prima da borracha. A exploração do Caucho e da Castanha se deu entre 1911 a 1927 no estado do Pará.

aumenta, chegando acima de 30°C. O aumento da massa de ar pluviométrico acontece entre os meses de dezembro a janeiro.

Em relação a sua localização³, Marabá tem como limites ao Norte os municípios de Itupiranga, Nova Ipixuna e Rondon do Pará; ao Sul Parauapebas, Eldorado dos Carajás e São Geraldo do Araguaia; a Leste São Domingos do Araguaia, São João do Araguaia e Bom Jesus do Tocantins e a Oeste o município de Novo Repartimento. O município mantém laços com os estados do Maranhão, e com o estado do Tocantins, em virtude da facilidade de acesso por via fluvial, principalmente através do rio Tocantins, que também está interligado com o rio Araguaia, e mais recentemente pela ferrovia que corta o município e faz ligação com o Maranhão.

³ Marabá, Wikipédia, 2013 – Localização.

FIGURA 1 – MAPA DA MESORREGIÃO, MICRORREGIÕES E MUNICÍPIOS DO SUDESTE DO PARÁ



Fonte: www.bicopapagaio.hpg.ig.com.br. Acesso em junho de 2012.

No caso do município de Marabá, o que se observa é um reordenamento espacial de um território que rapidamente se transformou em um espaço citadino, com grande capacidade de investimentos nas áreas da indústria mineral, metalúrgica, comércio que em pouco tempo se

transformou em um grande território urbano com todas as contradições geofísicas e ambientais de uma cidade grande.

Mesmo sendo um espaço impróprio para a formação de um núcleo de cidade, a região de Marabá era passagem obrigatória das embarcações que adentravam pelos rios e igarapés, o que acabou facilitando os aglomerados de pessoas. Um dos fatores das aglomerações se deu em virtude das atividades econômicas com a exploração dos castanhais, que acabaram reconduzindo os agrupamentos humanos ao mesmo local mesmo sendo locais considerados desfavoráveis e inseguros.

O Sítio onde está localizada a cidade de Marabá sempre foi tido como inadequado e o pontal está assentado em terrenos de origem aluvial, alternando-se faixas arenosas com cascalhos e faixas argilosas, constituindo-se solos (sic) impermeáveis, facilitando a acumulação de água. Praticamente todos os viajantes que visitaram Marabá observaram a localização imprópria e até irracional da cidade. Além dos dois rios, Marabá era ainda limitada por uma área de várzea, conhecida como varjão. Na época das cheias dos rios, entre dezembro a abril, aproximadamente, este local permanece alagado, impossibilitando uma ocupação permanente. Na época do “verão”, quando as águas baixam, a área é ocupada por olarias, cujos operários trabalham entre maio a novembro na produção de telhas e tijolos. Até os dias de hoje essa atividade se mantém no mesmo local e durante muito tempo se constituiu uma alternativa de trabalho na safra da entressafra da Castanha. “A cidade de Marabá evoluiu e cresceu em torno do extrativismo, consolidando a sua localização em um ponto absolutamente estratégico para essa atividade” (ALMEIDA, 2008:34).

FIGURA 2 - IMAGEM DOS BAIRROS CABELO SECO E SANTA ROSA POR SATÉLITE



Fonte: <http://earth.google.com>

Além dessa tipologia típica das Terras Firmes, encontra-se também, a floresta densa dos terraços, em trechos que margeiam o rio Tocantins, assim como Florestas Ciliares e Matas de Galeria, acompanhando os cursos d'água de menor porte.

“É notada, também, a intensa presença da floresta secundária, nas áreas de Terra Firme, onde ocorreram desmatamentos e Campos Artificiais destinados à atividade pecuária” (Pacheco et al., 2011:7).

Para entendermos os processos exploratórios ocorridos na região e seus impactos torna-se necessário uma breve contextualização sobre a história do município de Marabá, conforme a contextualização de Raiol (2010).

QUADRO 2: OS CICLOS ECONÔMICOS EM MARABÁ

1ª Fase	2ª Fase	3ª Fase	4ª Fase
1913-1920	1920-1970	1970-1980	1980-2004
1º Ciclo da Borracha (1910-1915) 2º Ciclo da Borracha (1945-1950)	Ciclo da Castanha	Agropecuária e Madeireira	Mineração e Indústria
Principais Projetos	Principais Projetos	Principais Projetos	Principais Projetos
1913 – Criação do município de Marabá	1937 – Construção do Aeródromo; 1940 – Surgimento do bairro Amapá; 1960 - Construção da Rodovia Belém-Brasília; 1966 - Construção da PA-70; 1970 - Implantação dos Projetos de Integração Nacional – PIN	1971 - Implantação do projeto do INCRA; 1971 – Implantação da Transamazônica; 1971 - Implantação do projeto de incentivos fiscais; 1973 - Construção da UHE de Tucuruí 1974 – Surgimento dos Núcleos urbanos Nova Marabá e Cidade Nova	1980 - Início da Exploração de ouro em Serra Pelada; 1981 - Implantação do Projeto Grande Carajás; 1990 - Início da Indústria de ferrogusa.

FONTE: Geo Marabá. (2010) adaptado pelo autor.

A origem do povoamento da área hoje chamada de “Marabá” denominada de fundação do Burgo Agrícola foi criada por Carlos Gomes Leitão e de famílias provenientes de Goiás em 1895. O objetivo era estabelecer um núcleo dedicado à pecuária e à agricultura para assentar colonos fugidos das lutas políticas na cidade de Boa Vista, então pertencente à Goiás (Emmi, 1987).

O surgimento de Marabá obedeceu a um processo com uma característica econômica mercantil. As primeiras ideias dos moradores do Burgo de praticarem a agricultura e desenvolverem a pecuária nunca se efetivaram, em virtude principalmente dos constantes alagamentos em épocas de cheias.

O crescimento da cidade de Marabá tem início com o seu surgimento e está relacionado às atividades econômicas e políticas. Os sucessivos ciclos econômicos conduziram a um elevado aumento populacional, o que acabou gerando conflitos socioambientais ao longo de décadas.

Segundo Raiol (2010), embora desde o século XIX já se tivesse notícia da extração do látex do caucho na região, o autor faz um recorte a partir do ano de 1913, data da criação do município de Marabá e 1920, quando terminou o primeiro ciclo da borracha.⁴

FIGURA 3 – EXTRAÇÃO DO LÁTEX DA SERINGUEIRA ARTESANALMENTE



Fonte: Extração de látex - www.ciflorestas.com.br

Este período foi marcado por uma significativa mudança territorial no município, principalmente à área oeste que hoje é chamada de Marabá Pioneira. Período este considerado o áureo do ciclo da borracha, por volta de 1920.

Tal crise levou Marabá a reorganizar sua produção e seu comércio, o que acabou dando espaço para outra atividade produtiva, chamada o ciclo da castanha-do-pará. Além disso, esses fatores econômicos foram

⁴ Com o esgotamento das fontes de borracha mais próximas e o final da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que representava uma demanda garantida, em 1920 o ciclo praticamente se encerrara. Das 327,9 toneladas anuais, em 1913, a produção caiu para 92 toneladas/ ano em 1921, isto é, reduziu-se a 28,05% do que produzira há oito anos (Raiol, 2010:34).

determinantes para o avanço do espaço urbano e das transformações vividas pelas populações locais, a exemplo dos ribeirinhos.

As frentes migratórias para a região de Marabá, a partir da década de 1920 destinavam-se especialmente à extração e a comercialização de castanha-do-pará, e desde os fins dos anos de 1930 ao garimpo de ouro e diamantes no leito do rio Tocantins.

Embora a exportação da castanha-do-pará, fruto da castanheira (*Bertholletia excelsa*), tenha seu início datado no século XVII, pelos portugueses, porém somente a partir do século XX é que ela se consolidou, através de grandes compradores como Inglaterra e Estados Unidos, entre outros países, iniciando-se em 1920 o chamado ciclo da castanha-do-pará. De 5.396 hectolitros, em 1919, a produção alcançou 17.878 hectolitros em 1920, um significativo aumento de 231,3% em um ano. Em 1928, devido a uma grande enchente ocorrida dois anos antes, têm início em Marabá um processo de reconstrução e requalificação urbana. Processo este que marca a concordância, em função de questões econômicas, de se conviver com o fenômeno periódico das cheias e inundações (RAIOL, 2010:37).

A atividade da extração da castanha-do-pará (1920-1970) dinamizou economicamente e demograficamente Marabá, além de ter estabelecido uma oligarquia local, que ficou conhecida como oligarquia do Tocantins, formada por donos de terras comerciantes e políticos da região. Desta forma o povoado de Marabá ganhou relevância política e econômica, e é quando é elevada, em 1923, à categoria de cidade (Velho, 1972).

FIGURA 4 – O OURIÇO DA CASTANHA DO PARÁ



Fonte: www.google.com.br/imagens/castanhadopara

A estrutura do poder em Marabá passa a ser apoiada no comércio e na exportação da castanha, pelas mudanças das relações de trabalho, pela competição por crédito e incentivos fiscais que passam a ser competidos por grandes grupos pecuaristas, por banqueiros, por empresas nacionais e estrangeiras (Emmi, 1987).

A estrutura da cidade de Marabá modificou-se com a abertura de novas vias, asfaltamento, construção de prédios escolares, hospitais, comerciais e residenciais segundo um padrão acima do que existia na cidade. Em 1935 foi criado o distrito urbano de São Félix tendo como objetivo principal atender a população excedente de Marabá que sofria com as cheias todos os anos. Neste sentido, o Plano Diretor de 2006 o definiu como área de expansão demográfica e urbana. Em 1937, a construção do aeródromo da cidade estimulou o surgimento de um novo bairro, o do Amapá.

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando a navegação no oceano Atlântico era bloqueada, a exportação da castanha-do-pará foi restringida, havendo ainda a queda do seu preço no mercado internacional. O ciclo do diamante, em 1939, no garimpo de Jacundá surge para compensar o problema da queda de renda com a venda da castanha. Ainda durante a Segunda Guerra Mundial, é iniciado o segundo ciclo da borracha, em 1940, mas que não se desenvolveu, encerrando-se poucos anos depois (Raiol, 2010).

As expansões urbanas, limitadas pelos rios, avançavam no sentido nordeste, de tal forma que em 1947 já ocupava a orla até onde hoje há a travessa Nossa Senhora das Graças, para atender ao crescimento populacional que, em 1950, indicava uma população de 11.130 habitantes, conforme dados da **Tabela 1** abaixo (Ibidem, 2010). Desta forma é que se forma a população ribeirinha na cidade, considerando todo o processo de ocupação nas margens dos rios ao longo de décadas, tanto pela ausência de planejamento urbano como pelo crescimento acelerado do centro urbano em torno dos rios.

Um dado importante para ser observado em relação ao crescimento populacional diz respeito ao ano de 1980 que teve um crescimento populacional de 145% em 10 anos. Este fato se deu principalmente em virtude dos projetos de grandes impactos implantados no município de Marabá naquele período, a exemplo da Implantação do projeto do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA (1971); da construção da Transamazônica inaugurada em (1972); de projetos de incentivos fiscais (1971) e da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (1973). Todos estes

projetos foram fundamentais para incentivar o processo migratório para a região sudeste e em especial para o município de Marabá.

TABELA 1: CRESCIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE MARABÁ ENTRE 1950 E 2007

POPULAÇÃO/ ANO	POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO	CRESCIMENTO POPULACIONAL (%)	POPULAÇÃO URBANA	CRESCIMENTO POPULACIONAL (%)
1950	11.130	-	-	-
1960	14.228	28,0	-	-
1970	24.474	72,0	-	-
1980	59.915	145,0	-	-
1991	123.688	106,0	102.364	-
1996	150.095	21,0	120.046	17
2000	168.020	12,0	134.373	12
2004*	191.508	14,0	153.206	14
2007*	196.468	2,6	-	-

Fonte: IBGE - Censos
*estimativa do IBGE

Em 1964 acontece o golpe militar e Marabá se torna área de segurança nacional. Em 1966 através de um projeto de desenvolvimento regional é criada a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e o Banco da Amazônia (BASA), e através destes, uma política de incentivos fiscais com objetivos de promover transformações significativas no uso do solo urbano e rural do município de Marabá (Raiol, 2010).

Neste mesmo período iniciou-se a exploração do minério de ferro na província mineral dos Carajás e a construção da então PA-70, hoje conhecida como BR-222, ligando definitivamente Marabá à rede rodoviária nacional, através da rodovia Belém-Brasília, construída em 1960. “Até então, todo o escoamento da produção, tanto de castanha-do-pará como de outros produtos, era realizado através do rio Tocantins para o porto de Belém do Pará” (Raiol, 2010:37). Com a construção da PA-70, Marabá ultrapassa o isolamento geográfico e conquista uma maior independência em relação à capital do Estado.

O 3º período (1970 a 1980) vivido pelo município de Marabá passa a ser conhecido como o ciclo pecuário e madeireiro. Este período só foi possível a partir de 1971, quando o poder político e econômico das

oligarquias locais que exploravam a castanha-do-pará, no município de Marabá é enfraquecido com a transferência desse poder para novos grupos empresariais que passaram a explorar outras atividades, como a pecuária, com incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), além da exploração madeireira, que passa ser custeada com recursos públicos, para a formação dos pastos (Raiol, 2010).

Em 1970, o governo federal cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), através do Decreto-Lei nº 1.110, de 09/07/1970. Entretanto, diferentemente do apoio dado pelo governo federal ao grupo empresarial, através de incentivos fiscais, os colonos, na sua maioria, imigrantes nordestinos receberam apenas os seus lotes. Sem a infraestrutura adequada e sem assistência médica e social acabavam contraindo várias doenças tropicais, a exemplo da malária.

Em pouco tempo foi constatado que as características do solo, assim como as dimensões dos lotes não eram compatíveis com a prática da pecuária de corte extensiva. Desta forma muitos colonos passaram a vender seus lotes. Esta prática acabou favorecendo a concentração fundiária nesta parte da Amazônia Oriental, que passou a concentrar grandes propriedades nas mãos de poucos proprietários, levando aos conflitos de terras, acentuado na Amazônia principalmente a partir da década de 1980.

Em busca de novas terras muitos imigrantes, principalmente nordestinos, se deslocaram para a cidade de Marabá através da Rodovia Transamazônica. Em 1971 surge também o núcleo da Morada Nova em consequência da pressão populacional e estímulo da ligação da PA-70 com a rodovia Belém-Brasília. Em 1974, nascem os núcleos da Cidade Nova e Nova Marabá, este último dentro de um projeto do governo federal que decidiu transferir a população da Marabá Pioneira, em decorrência das cheias, através do Plano de Desenvolvimento Urbano de Marabá (PDUM) (Raiol, 2010).

Em 1980, tem início à exploração de ouro na Serra Pelada há aproximadamente 100 km da cidade de Marabá. A atração populacional exercida foi de tal ordem que surgiu, nas proximidades da Serra Pelada, um assentamento de 25.000 garimpeiros, num curto espaço de dois meses.

Entretanto, poucos anos depois a produção de ouro em Serra Pelada caiu vertiginosamente.

Em 1984 a produção de ouro em Serra Pelada entrou em declínio, tornando-se antieconômica e, em consequência, os garimpeiros abandonaram o local, porém não retornaram às suas cidades de origem, preferindo ficar nas cidades próximas como Marabá, Eldorado, Parauapebas, Curionópolis, entre outras, ocupando a periferia destas cidades. Em Marabá, a expansão se deu mais precisamente no núcleo Cidade Nova, em função dos preços dos lotes serem mais baixos, pois eram loteamentos irregulares. O processo expansionista levou a Câmara Municipal de Marabá a aprovar a Lei nº 10.957/89, ampliando os limites urbanos (RAIOL, 2010:39).

Uma nova dinâmica geopolítica no período entre 1980 e 2005 faz com que o governo federal reordene suas ações governamentais visando à exploração da mineração no Brasil. Neste sentido, em 1981 foi criado o Programa Grande Carajás (PGC), situado na parte sudeste do estado do Pará, com o objetivo de controlar a pesquisa e a exploração do ouro, ferro, cobre e níquel, entre outros metais, através da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), empresa estatal de economia mista com capital privado. Em função desse programa, foram construídas duas obras que influenciaram muito na estrutura da cidade: em 1981 a ponte rodoviária sobre o rio Itacaiunas, interligando o núcleo Cidade Nova aos dois outros e em 1984 a ponte rodoferroviária sobre o rio Tocantins, juntamente com a ferrovia Carajás-Itaqui, destinada a escoar o minério de exportação através do porto de Itaqui, no Maranhão. Decorre desse programa, também, a implantação do Distrito Industrial de Marabá (Raiol, 2010).

A exploração de ferro no município de Marabá passa a ser a principal fonte de arrecadação do município atualmente. O número de empresas produtoras de ferro-gusa saltou de 2 em 1996 (Simara e Cosipar) para 5 em 2003 (Simara, Cosipar, Ibérica, Usimar e Terra Norte) com uma produção anual de 1.136.400 toneladas, com a perspectiva de mais 3 empresas a serem instaladas (Sidenor, Ferro-Gusa Carajás, da Terra), que geram cerca de 2.000 empregos diretos. “Para verticalizar parte da considerável produção de ferro, consolidou-se em 1990 a produção industrial do ferro-gusa, que tem crescido consideravelmente em Marabá” (Raiol, 2010:39).

FIGURA 5 – A EXTRAÇÃO DO FERRO GUSA EM MATÉRIA BRUTA NO SUDESTE PARAENSE



Fonte: <http://www.blogsoestado.com/dimas/category/para/>. Acesso em 19/02/2014.

Todas estas transformações têm gerado grandes desmatamentos e assoreamento do solo com grandes impactos para a região e população local, tanto do ponto de vista ambiental, quanto na qualidade de vida dos habitantes que vivem em Marabá.

Marabá foi e ainda se mantém como uma das cidades mais importantes não somente do sudeste do Pará, mas de todo o estado do Pará por sua história econômica ter sido diversificada e complexa. Marabá já se estabeleceu através da indústria extrativa do caucho, gomífero da borracha; posteriormente através da exploração da castanha; depois pela época da exploração de cristais de rocha e diamantes (Dias,1958), e, mais recentemente pela exploração de ferro, manganês e cobre; entre Marabá e São Félix do Xingú, bauxita em parte do rio Tocantins, etc (Sevá Filho, 2010).

Em relação à ocupação das terras na Amazônia e os conflitos gerados ao longo de décadas, Loureiro e Aragão Pinto (2005), afirmam que até por volta da metade dos anos de 1960, as terras Amazônicas pertenciam basicamente à União e aos Estados. Do total das terras registradas pelo IBGE 87% constituíam-se de matas e terras incultas, que eram exploradas

apenas por caboclos e população ribeirinha que viviam do extrativismo vegetal e animal. 11% constituíam-se de pastos naturais onde antigos fazendeiros haviam assentado fazendas de gado, como as do Marajó, de Roraima e do Baixo Amazonas, cujos títulos de terra eram antigos. Somente 1,8% das terras estavam ocupadas com lavouras e só metade delas possuía título de propriedade privada.

Este cenário sobre a ocupação na Amazônia paraense nos faz refletir que até a década de 1960 o plano de exploração do espaço nesta região ainda estava quase inalterado.

A quase totalidade das terras da Amazônia era, portanto, constituída por terras públicas e “livres” de titulação como propriedade privada. Eram ocupadas por milhares de pequenos posseiros, que nelas haviam constituído seu trabalho efetivo (como extrativistas na coleta de frutos, raízes, óleos, resinas e sementes das matas, em geral exportados para os mais diversos fins – industriais medicinais ou alimentares; ao lado disso cultivavam roçados minúsculos, plantavam pomares e hortas nos quintais e praticavam a pesca em rios e lagos). Os naturais da região habitavam essas terras secularmente, sem disputa ou conflito, assim como muitos migrantes de longa data. Viviam uma vida frugal, modesta, pacífica e cuja monotonia era quebrada pelas raras festividades de santos. Os moradores da região consideravam a terra como parte indissociável de suas existências, tendo habilitado nelas por gerações seguidas, sem se terem jamais questionado sobre a existência de donos mais legítimos que eles próprios (LOUREIRO; ARAGÃO PINTO, 2005: 77).

Somente a partir deste período é que o próprio governo federal dá início a um processo de ocupação e exploração do solo de forma institucionalizada através das políticas públicas que pudessem alavancar o processo de desenvolvimento na região.

Durante os anos de 1960 e 1970 esta teoria do desenvolvimento baseou-se na necessidade de incentivar a vinda de alocação de capital nacional e estrangeiro para a região como uma forma de se criar uma infraestrutura e de incentivar um mercado por recursos naturais e minerais da Amazônia através de incentivos fiscais. O projeto foi posto em prática pelos governos militares pós-1964 para desenvolver e integrar a região Amazônica. Desta forma, o município de Marabá como área de segurança militar em virtude da sua localização estratégica e da abundância de

riquezas minerais passou também a fazer parte da estratégia governamental.

O Estado acreditava que os principais obstáculos ao desenvolvimento dos países periféricos e de regiões atrasadas economicamente como a Amazônia devia-se a dois problemas básicos: “à insuficiência de capitais produtivos e de infraestruturas capazes de pôr em marcha novos investimentos” (Loureiro; Aragão Pinto, 2005:77). Entre as principais atividades subsidiadas pelo Estado às grandes empresas via SUDAM e BASA, com os incentivos fiscais ou isenção de imposto de renda foi destinada para a pecuária, à extração madeireira, à mineração, atividades que, simultaneamente, requerem grandes quantidades de terra e que geraram poucos empregos na região.

Dessa forma, o governo federal abriu mão do dinheiro com o qual poderia modernizar as atividades tradicionais dos pequenos e médios produtores da região ou para investimentos sociais, como escolas, hospitais, estradas (LOUREIRO; ARAGÃO PINTO, 2005:77-78).

Neste contexto os conflitos agrários majoritariamente aconteceram entre os anos de 1970 e 1980. A terra pública, habitada secularmente por colonos, ribeirinhos, índios, caboclos em geral, foi sendo colocada à venda em lotes de grandes dimensões para os novos investidores, que as adquiriam diretamente dos órgãos fundiários do governo ou de particulares, que geralmente eram revendidas como própria. O governo incentivava a especulação da terra, o que acabou gerando conflitos na luta pela terra entre posseiros, grileiros⁵, fazendeiros, colonos, ribeirinhos, etc (Ibidem, 2005).

⁵ Desde os anos de 1960, tornaram-se comuns certas práticas que ainda hoje ocorrem objetivando a grilagem de terras, tais como: a venda de uma mesma terra à compradores diversos; a revenda de títulos de terras públicas a terceiros como se elas tivessem sido postas legalmente à venda através de processos licitatórios; a falsificação e a demarcação da terra comprada por alguém numa extensão muito maior do que a que foi originalmente adquirida, com os devidos documentos ampliando-a; a confecção ou adulteração de títulos de propriedade e certidões diversas; a incorporação de terra pública a terras particulares; a venda de títulos de terra atribuídos a áreas que não correspondem aos mesmos; a venda de terra pública, inclusive indígena e em áreas de conservação ambiental, por particulares a terceiros; o desmembramento de terras às margens das grandes estradas federais, que em anos anteriores haviam sido distribuídas em pequenos lotes para fins de reforma agrária a agricultores e a posterior venda dos lotes, já desmembrados, transformando-os em grandes fazendas de gado; e ainda, mais recentemente, a venda de terra pública pela internet como se os vendedores fossem seus reais proprietários, com base em documentação forjada (LOUREIRO; ARAGÃO PINTO, 2005:79).

O processo de superposição da frente pioneira sobre a frente de expansão tratava-se de um movimento capitalista chamado de frente pioneira de ocupação do território, que beneficiava a grande fazenda, o banqueiro, o comerciante, o juiz, o cartorário, o Estado, etc, que passou em seguida para uma frente de expansão, que tinha como prática, expulsar e expropriar os trabalhadores rurais ocupantes de terras devolutas, principalmente os posseiros, que viviam de uma economia de base familiar e geralmente não possuíam nenhum documento que legitimasse a posse da sua terra. A partir dessas sucessivas frentes, pioneira e de expansão, foi que se estabeleceram os conflitos e a violência no campo (Martins, 1991).

A Comissão Pastoral da Terra – CPT afirmou que dos 1.355 assassinatos de trabalhadores rurais, advogados, lideranças sindicais e religiosas ocorridos no campo entre 1980 e 1993, no Brasil, 528 aconteceram no estado do Pará. Destes, 239 ocorreram no Sul do Pará, representando quase a metade das mortes ocorridas no estado (PEREIRA 2010:11).

Segundo Martins (1989), os trabalhadores rurais ao ocuparem as terras onde trabalhavam e sustentavam suas famílias rejeitavam qualquer tipo de submissão alicerçados na propriedade da terra, o que acabava gerando conflitos inconciliáveis. Ao lutarem pelo direito à terra, confrontavam-se com a estrutura fundiária e política brasileira sobre o uso e apropriação das terras, estabelecendo uma relação conflitiva com a propriedade defendida pelo Estado e os pactos políticos que o sustentavam.

Nos anos de 1970 e 1980, a terra pública, habitada secularmente por colonos, ribeirinhos, índios, caboclos em geral, foi sendo colocada à venda em lotes de grandes dimensões para os novos investidores, que as adquiriam diretamente dos órgãos fundiários do governo ou de particulares (que, em grande parte, revendiam a terra pública como se ela fosse própria). Em ambos os casos, era frequente que as terras adquiridas fossem demarcadas pelos novos proprietários numa extensão muito maior do que a dos lotes que originalmente haviam adquirido (LOUREIRO; ARAGÃO PINTO 2005:79).

A região de Marabá está inserida neste contexto, fazendo parte de uma área de fronteira agrária do sudeste paraense que tem vivido os problemas ambientais e uma questão fundiária complexa (Oliveira e Almeida 2008; Corrêa, 1995; Marabá, 2008).

Além disso, houve uma priorização de investimento do grande capital em apoio às elites locais, o que acabou piorando os problemas fundiários, as precárias condições de vida e a falta de apoio à agricultura familiar (Becker, 2001; Castro, 2005).

Conforme Oliveira e Almeida (2008), o desmatamento era uma das principais formas de legitimação de posse, o que acabou induzindo essa região a um acelerado processo de exploração. Tratava-se de um modelo dominante de uso do solo baseado na pastagem para a criação de gado em substituição à vegetação primária e concentração fundiária. Aliado a esta situação a região ainda é recordista em assentamentos do País.

Atualmente, a região de Marabá comporta o maior número de projetos de assentamentos do país (até o início de 2007 já eram 474 assentamentos criados), em um processo que tem se caracterizado mais pelas regularizações de áreas já ocupadas do que pelas desapropriações (OLIVEIRA e ALMEIDA 2008:4)

As modificações ocorridas no espaço do município de Marabá têm relação com alguns aspectos importantes da atual conjuntura regional, considerando uma maior capacidade de investimento das famílias, em geral viabilizada pelo crédito (Oliveira e Almeida, 2008).

As barreiras sanitária e fundiária, sobretudo, no que diz respeito ao menor tamanho dos lotes, têm imposto e levado os agricultores a repensarem suas estratégias no sentido de um manejo mais intensivo e de evitar a especialização do sistema produtivo a ponto de pensar em converter todo o lote em pastagens, evitando priorizar apenas, por exemplo, a criação de gado como uma única atividade, abrindo desta forma possibilidades para que sistemas menos centrados unicamente na pecuária ganhem mais espaço na região. Ressaltando que esta atividade de ocupação e produção das famílias que vivem nessas áreas tem sido no sentido de permitir que se mantenham em seus lotes, mesmo com todas as dificuldades que se apresentam.

Outra observação relevante é que essas práticas têm ocorrido apenas nas áreas de ocupação mais recentes do município, na parte oeste, onde existe um percentual de mata ainda significativo, através do processo de exploração capazes de sustentar o sistema técnico por um período maior de tempo sem, necessariamente, ter que passar pela crise que os

estabelecimentos das áreas antigas passam hoje em dia (Oliveira e Almeida, 2008).

Nesse sentido é que, da mesma forma que nas áreas da porção oeste, várias opções colocadas principalmente pelo crédito e pela assistência técnica, como os cultivos permanentes (espécies frutíferas e essências florestais), os diferentes tipos de pequenas criações e a pecuária leiteira, têm conseguido ganhar mais espaço no quadro de escolhas dos agricultores. A diferença com relação às áreas de ocupação mais recente é que nessas áreas mais antigas, apesar das restrições ecológicas mencionadas, a proximidade do mercado e dos centros urbanos e as boas condições de acesso e transporte facilitam para que tais atividades, aparentemente, se consolidem de maneira mais efetiva nos sistemas de produção (OLIVEIRA e ALMEIDA, 2008:11).

Essas mudanças acabam impondo outro ritmo, com menos conflitos no espaço ocupado por diferentes grupos sociais. Por outro lado, essas políticas são ainda muitos recentes para termos uma análise conclusiva em um espaço que já se configurava como palco de disputa pela terra desde a Primeira Guerra Mundial, conforme (Ianni, 1978).

Segundo Nunes e Lima (2012), a cidade de Marabá⁶ desponta atualmente como um dos principais polos econômicos do estado do Pará, considerando que o município passou a exercer um papel político importante com o movimento de emancipação da região do sudeste paraense para a criação do estado do Carajás. Neste sentido, em 1989, foi realizado o 1º seminário dos vereadores do Sul do Pará, na Câmara Municipal de Marabá (CMM) com o objetivo de discutir a emancipação de forma abrangente e no final de 2011, o plebiscito consultou a população paraense, que, mesmo mantendo a configuração atual mexeu nas correlações de forças locais e até nacionais, em um nítido interesse na emancipação do município, visando atender interesses de grupos econômicos do Centro Sul do País. Para Becker (1990), as elites locais disputam o aparelho de Estado onde

⁶ Além de estar à frente desse projeto político, a cidade de Marabá atualmente organiza vários projetos econômicos que serão realizados no sul/sudeste do Pará, a exemplo: a) construção de um parque de Ciência e Tecnologia; b) ampliação da exploração das minas de ferro e de cobre de Carajás; c) expansão da infraestrutura do Distrito Industrial de Marabá (DIM); d) recuperação da rodovia Transamazônica; e) construção da hidrovía Araguaia-Tocantins e do porto público; f) instalação da empresa Aços Laminados do Pará (ALPA) no Distrito Industrial de Marabá, que será uma das maiores siderúrgicas brasileiras (Marin; Trindade, 2010). Marabá também organiza e gerencia grande parte dos projetos voltados para cadeia produtiva mineral do sudeste paraense, sub-região que concentra os investimentos do setor mineral (PARÁ, 2010).

resistências e conflitos se confundem entre interesses locais, regionais ou até em nível nacional, não só a nível econômico e político, mas também simbólico. Isto acontece no momento em que o sudeste paraense e especialmente o município de Marabá passa a ganhar força e visibilidade.

Em relação à questão ambiental, no município de Marabá segundo Oliveira e Almeida (2008), o governo tem procurado dar espaço a grandes projetos de proteção ambiental em resposta principalmente às pressões internacionais e como uma forma de minimizar os conflitos internos.

Muitos desses projetos são resultados de cooperações internacionais. Entre os projetos de maior relevância que passaram a funcionar na região de Marabá estão os incluídos no Programa Piloto para Proteção de Florestas Tropicais Brasileiras (PPG7) e o *Large Scale Biosphere Atmosphere Experiment*⁷ (LBA), além dos projetos financiados pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) (Becker, 2006; Brasil, 2007). Esses projetos têm ajudado a estimular a prática do manejo florestal de produtos madeireiros, pecuária, agricultura, entre outros.

Esta preocupação ambiental é resultado da urbanização na Amazônia em decorrência do processo de industrialização verificada no País, no qual a fronteira econômica vai à busca da dinâmica econômica mundial, assim como à industrialização interna, o que acaba repercutindo no modo de vida regional e na configuração socioespacial.

Segundo Trindade Júnior e Tavares (2008), as transformações na estrutura da cidade não nos permite pensar apenas na urbanização e no crescimento das cidades e vilas, mas principalmente, no sentido da urbanização e no seu plano territorial, o que pressupõe considerarmos a difusão da vida na cidade como modo de vida – “urbanização da sociedade”

A ocupação das orlas das cidades por empresas, instituições, residências, portos e trapiches, é responsável pelo processo de privatização desse espaço, que acabou limitando a população de ter o acesso aos rios. Entretanto, já existem alguns projetos de infraestrutura portuários através das Instituições públicas revitalizando alguns espaços à beira rio e ajudando desta forma, a recompor a relação da cidade com os cursos das águas,

⁷ Experimento da Atmosfera sobre a grande escala da Biosfera.

característica da cidade ribeirinha. Ressalta-se que este tipo de iniciativa ainda é muito tímido, considerando a característica geofísica do País.

O espaço é um sistema de coisas relacionadas, interligadas entre a natureza e a sociedade, mediadas pelo trabalho, que se estabelece em um território circunscrito (Santos 1996). Neste entendimento, a cidade como um espaço social é marcado por contradições, por conflitos de um Estado republicano que surge difuso, engendrado por acordos políticos, aportado em um contexto de transição do velho mundo para o novo mundo, mas com traços arcaicos.

Os espaços de vivências ribeirinhas possuem como características comuns relações sociais que definem o rio como um meio de vida e por apresentarem elementos simbólicos que os configuram como espaços onde acontece a reprodução da vida social. Neste sentido, são representações de um espaço urbano, que transparece o valor de uso, elemento que dá sentido ao direito à cidade, segundo (Lefebvre 2001).

Para além dos aspectos levantados até aqui nesta tese, a exemplo do processo de ocupação do solo, à dinâmica socioespacial do município de Marabá, os conflitos e os ciclos econômicos (Borracha, Agropecuária, Madeireira, Mineração e Indústria), há a necessidade de pensarmos o comportamento social do ribeirinho que vive na cidade de Marabá pelas circunstâncias nas quais também se deslocam as águas dos rios, formando os ciclos das águas. Toda esta dinâmica entre seis meses antes e depois, determinados pelas cheias e vazantes, mobiliza a vida na cidade.

O ribeirinho que vive nesta parte da Amazônia é o principal ator social na constituição originária da vida na cidade desde épocas remotas, mesmo com as mudanças nas relações capital e trabalho com o passar do tempo, em consequência do declínio dos ciclos econômicos na região. Portanto, torna-se inevitável perguntarmos quem são os ribeirinhos que vivem em Marabá?

SEÇÃO III

OS RIBEIRINHOS EM MARABÁ

A cidade de Marabá não deixou de ser ribeirinha e de ser reconhecida como ribeirinha. A cidade ribeirinha está relacionada com a hidrologia, ao território das águas que foram determinantes na formação cultural do caboclo/ribeirinho, através das cheias e vazantes, graças aos saberes que produziram e acumularam sobre os ecossistemas da região. O ribeirinho que vive no centro de Marabá carrega consigo elementos simbólicos que são reproduzidos através do contato com os rios, como a pesca para subsistência, e com os ritos religiosos, como uma forma de preservar sua cultura e tradições.

O ribeirinho que mora em Marabá vive as representações de uma vida relacionada a uma lógica capitalista, considerando que muitos ribeirinhos trabalham nas olarias, empresas, comércio e indústrias locais, estando submetidos à relação capital e trabalho, principalmente em época de cheia quando o peixe é escasso. Eles também carregam consigo elementos simbólicos ao vivenciarem suas experiências com os rios, onde pescam para sua subsistência e praticam seus ritos religiosos como uma forma de preservar sua cultura, suas tradições e seus costumes. Portanto, é correto afirmar que o ribeirinho vive do ciclo das águas e depende da pesca inexoravelmente apesar de estar no espaço da cidade. Neste sentido, há um explícito comportamento do ribeirinho em viver entre a cultura da terra e a cultura das águas na Amazônia paraense.

Pretrere Jr. (1992) e Furtado (1993), falando sobre as comunidades ribeirinhas da Amazônia, afirmam que estas são compostas em sua grande maioria por moradores que dividem o tempo entre a agricultura e a pesca artesanal, sendo essa a sua maior fonte de proteína animal. Essa pesca é de subsistência, mas eventualmente, a produção excedente é comercializada, principalmente no período de seca. Esse pescador é usualmente classificado como pescador-lavrador ou polivalente (FRAXE, 2007:94).

O contato com a sociedade urbana tem levado as populações locais tradicionais a muitas mudanças. A transformação que vem ocorrendo com o modo de vida indígena, por exemplo, apoia-se muitas vezes em uma lógica citadina, mas que ao mesmo tempo mantém algumas especificidades da cultura indígena; desta forma, outra identidade vem sendo reconstruída, uma identidade híbrida, complexa.

Da mesma forma podemos concluir em relação ao modo de vida ribeirinho:

Os ribeirinhos em questão estão incluídos dentro da noção que Williams (1992) desenvolve sobre as “culturas populares”. Eles construíram um modo de vida integrado pela agricultura e extrativismo vegetal ou animal, vivendo em função de produtos da floresta, dos rios e das terras molhadas da várzea amazônica. Uma cultura de profundas relações com a natureza, que perdura, consolida e fecunda o imaginário desse conjunto social, isto é, no âmbito de uma “cultura híbrida” com relação aos cânones urbanos, o caboclo busca desvendar os segredos de seu mundo, recorrendo a mitos, lendas, plantas medicinais, rezadeiras, assim como ao trabalho, ao labor e ao lazer; onde o homem viveu e ainda vive, em algumas áreas de forma tradicional, alimentando-se de pratos típicos, celebrando a vida nas festividades e danças originais, banhando-se prazerosamente nas águas dos rios e das chuvas, curando-se de suas doenças com as plantas e ervas das florestas (WITKOSKI, FRAXE & MIGUEZ, 2006:2).

É importante compreender dois contextos distintos, antes e depois da década de 1960, isto porque os rios passam a ter mais ou menos importância dependendo do contexto; da mesma forma seguiram as mudanças no modo de vida ribeirinha.

Os rios serviam para o escoamento da produção extrativista até meados do século XVIII, tornando-se posteriormente o principal meio para o transporte da goma da seringueira e da castanha do Pará, até meados do século XIX. Antes do desenvolvimento, da chegada dos grandes projetos na região de Marabá, por volta de 1960, os ribeirinhos estabeleciam um comportamento com os rios de várzeas, ou seja, nas cheias e vazantes, as casas quase todas eram de palafitas ou flutuantes. Uma característica peculiar em relação ao modo de vida ribeirinho antes de 1960 é que ele se fazia mais presente em um contexto de águas durante todos os meses do ano, isto porque o desenvolvimento das cidades em forma de aglomerados ainda era incipiente.

A dinâmica da geografia física na Amazônia não é fixa e nem está em um território estável, de modo que o ribeirão tanto da cidade como da várzea ganha e perde terras o tempo todo, pois depende diretamente das cheias e vazantes provocadas por fenômenos físicos ao longo do ano. Conseqüentemente, o ribeirão não pode ter uma identidade fixada na terra, circunscrita a um território. Portanto, o tempo do trabalho e o tempo de produção têm uma relação direta com o próprio tempo ecológico para o ribeirão, esteja este na cidade ou nas áreas limítrofe da cidade.

As cheias também passaram a fazer parte do cenário no município de Marabá. Os alagamentos são constantes e acontecem conforme a subida dos rios da região, principalmente entre o período de novembro a abril. A partir desses eventos, os ribeirinhos tiveram que criar estratégias de sobrevivência que incluem desde a adaptação das casas, a exemplo das marombas, bem como morar em casas flutuantes, além de conhecimentos sobre a dinâmica hidrológica dos rios para a captura de peixes. São diversas as estratégias de sobrevivência estabelecidas pelos grupos sociais que margeiam os rios em volta das cidades.

A maioria das famílias não tem um planejamento pronto. Quando as cheias chegam muitos se deslocam para casas de familiares próximos nas redondezas no próprio bairro onde moram ou se deslocam para outro bairro. Outros preferem ficar no bairro alagado subindo os assoalhos das casas, conhecido como “marombas”. Entretanto, o poder público atualmente tem se antecipado na construção dos abrigos temporários nos bairros mais altos localizados nos núcleos da Cidade Nova ou Nova Marabá. Os moradores são resistentes em saírem do bairro onde moram, mesmo que seja provisoriamente, por considerarem distantes para a realização das suas tarefas diárias como levar os filhos na escola, pescar na época da vazante. Muitos ribeirinhos são pescadores e preferem estarem perto das suas “rabetas”, das tarrafas, das redes, das malhadeiras (José Santos Barreto, 42 anos, 2012).

Ao mencionar que não há um planejamento pronto para o deslocamento das famílias, o Sr. José expressa a ideia de que mesmo sabendo que terá que conviver com as cheias por alguns meses não toma nenhuma decisão previamente. Isto ocorre em virtude das condições sociais em que estas pessoas se encontram, geralmente, com poucas perspectivas de mudanças, tanto em relação às suas vidas sociais quanto em relação às ações do poder público. Esta “ausência” de iniciativa das famílias de se anteciparem às cheias tem se determinado como um ciclo perverso sobre as

mentos dos ribeirinhos que imaginam que nada podem fazer. Só lhes resta se apropriarem de saberes e conhecimentos no uso de estratégias diante do previsível acontecimento: tentar minimizar as consequências sociais trazidas pelas cheias dos rios.

As novas estratégias estabelecem uma ordem econômica e social, e, portanto, necessitam inexoravelmente de um conjunto de conhecimentos que são transmitidos pela experiência acumulada. Por essas formas de sociabilidade, os grupos sociais que vivem e experimentam determinada realidade acabam desenvolvendo novas estratégias, que, segundo Bourdieu (1979), surgem devido à capacidade do sistema econômico de se expandir e de ser movido por uma racionalidade.

No interior do campo acontece uma dinâmica de concorrência e dominação derivada das estratégias de conservação ou subversão das estruturas sociais. Como em todo campo, a distribuição de capital é desigual; os campos vivem em permanente conflito entre indivíduos e grupos dominantes sempre procurando defender seus privilégios em face do inconformismo dos demais indivíduos e grupos (Thiry-Cherques, 2006).

No caso do ribeirinho de Marabá, que necessita se deslocar para fugir das cheias, as estratégias são formas de manterem seus modos de vida e práticas culturais que estarão em constantes conflitos com a vida na cidade, onde se desconsideram a todo instante as práticas tradicionais de grupos sociais que ainda hoje mantêm formas alternativas de vida, a exemplo da pesca artesanal praticada pelos ribeirinhos.

O próprio poder municipal é um campo político em disputa, onde agentes e instituições disputam o poder. Portanto, o campo é resultado das relações de forças, das lutas internas e externas e das estratégias em uso, sejam defensivas ou subversivas.

...A conotação que como espaço social, isto é, como estrutura de relações gerada pela distribuição de diferentes espécies de capital, todo campo pode ser dividido em regiões menores, os subcampos, que se comportam da mesma forma que os campos. A dinâmica dos campos e dos subcampos é dada pela luta das classes sociais, na tentativa de modificar a sua estrutura, isto é, na tentativa de alterar o princípio hierárquico (econômico, cultural, simbólico...) das posições internas ao campo. As classes ou frações sociais dominantes são aquelas que impõem a sua espécie de capital como princípio de hierarquização do campo.

Não se trata, no entanto, de uma luta meramente política (o campo político é um campo como os outros), mas de uma luta, a maioria das vezes inconsciente, pelo poder. O campo do poder é uma espécie de "metacampo" que regula as lutas em todos os campos e subcampos. A sua configuração determina, em cada momento, a estrutura de posições, alianças e oposições, tanto internas ao campo, quanto entre agentes e instituições do campo com agentes e instituições externos (THIRY-CHERQUES, 2006:40).

Apesar de significativas mudanças no cenário da cidade ou na forma pela qual o município de Marabá se movimentou, conseguimos observar que alguns traços culturais permanecem existindo até hoje, a exemplo da prática da pesca. Entretanto para além desta existem outras manifestações culturais.

A população ainda tem o hábito de usar o "Cambo", que é um arranjo de madeira usado para pendurar os peixes que foram pescados para serem comercializados de "porta em porta", como um andarilho que não tem um local fixo para vender o seu peixe. Esta tradição ainda é considerada um hábito cultural pela população (José Santos Barreto, 42 anos – morador do bairro Cabelo Seco, 2012).

Os traços culturais aos quais me refiro dizem também respeito aos rituais simbólicos e culturais que são mantidos ao longo do ano nas margens dos rios Tocantins e Itacaiúnas. As manifestações folclóricas, religiosas, místicas e culturais são expressões do modo de vida pelo qual os ribeirinhos reproduzem os seus hábitos cotidianos. Isso porque o *habitus* é um conhecimento adquirido que expressa valores inerentes a cada grupo social através da prática individual (Bourdieu, 2009).

Diversos grupos sociais passaram a viver na cidade. O núcleo da cidade de Marabá foi sendo construído nas margens dos rios Tocantins e Itacaiúnas, e desta forma foi perdendo as suas características como um espaço de várzea onde apenas os fluxos das águas eram o aspecto preponderante na definição do espaço e da organização social, tornando-se mais tarde uma cidade urbana.

Este contexto foi marcado em meados do século XX, principalmente a partir de 1960 com os grandes projetos que chegaram à região de Marabá (Witkoski, 2007).

Apesar de serem mantidos princípios em relação aos modos de vidas ribeirinhos, há toda uma lógica de uma cidade capitalista em Marabá que

não pode deixar de ser desconsiderada, afinal estamos nos reportando a uma área de grandes reservas de minério de ferro localizada na Amazônia, tendo inúmeras multinacionais por trás deste projeto de ocupação.

Segundo Santos (1999), a espacialidade da sociedade é parcialmente criada pelo desenvolvimento das forças capitalistas e pela sua reprodução no espaço social. Produz-se desta forma a fragmentação e a homogeneização dos espaços na forma de mercadorias a partir de uma lógica global cada vez mais organizada pelas cidades, espaço este onde há maior dedicação para o desenvolvimento da técnica, da ciência e da informação. Desta forma, ocorre a interiorização da indústria e a modernização do espaço que outrora era denominado de campo ou área rural.

Os ciclos das águas, das cheias e vazantes, permaneceram sem alteração respeitando inclusive as estações do ano, principalmente as duas principais, o inverno e o verão, típicas desta região de clima temperado da Amazônia legal. Entretanto, o ribeirinho passou a conviver com uma formação de cidade com todas as suas contradições da modernidade. Por outro lado, apesar de todo o processo de crescimento das cidades, o modo de vida dos ribeirinhos na contemporaneidade está relacionado de alguma forma com a hidrografia, ao território das águas e com a pesca.

FIGURA 6: IMAGENS DE FAMÍLIAS DE RIBEIRINHOS TECENDO REDE DE PESCA NOS BAIRROS CABELO SECO E SANTA ROSA EM MARABÁ – PA



Fonte: Imagem de Augusto Carvalho, junho de 2013.

Há uma relação direta das nossas vidas com os rios devido a pesca, além das festividades folclóricas como a de São Sebastião quando comemoramos o nascimento da cidade de Marabá que ocorre no dia 5 de abril (**Márcia Bittencourt, 37 anos – moradora do bairro Cabelo Seco, 2012**).

Faz parte da minha vida ser ribeirinha, ser pescadora. Meus primos são pescadores, mas a cada ano fica mais difícil viver somente da pesca (**Raimunda, 44 anos – moradora do bairro Cabelo Seco, 2012**).

Modos de vida que são estabelecidos entre os cidadãos e o rio, seja este tratado como via de transporte de importância fundamental, seja, este considerado como fonte de recursos econômicos e de subsistência, seja ainda, como um referencial simbólico intrinsecamente relacionado à vida do homem Amazônico que habita a cidade (TRINDADE JR., 2002:137).

Em alguns casos, as áreas que ficam nas margens da cidade são marcadas pelo viver ribeirinho, pelas vivências e trocas de experiências ou por relações de amizades estabelecidas, pois são espaços que têm existência própria, e são expressões sociais ribeirinhas em múltiplas formas do viver na cidade (Lefebvre, 2004).

Da mesma forma como os próprios ribeirinhos se identificam apenas como ribeirinhos pelo simples fato de viverem próximos dos rios. Neste caso, não há a necessidade de ser mencionada a cidade.

“Ribeirinho pra mim é quem está na margem dos rios é quem vive da pesca, da lavoura, é quem trabalha com essa espécie de peixe, extrativismo vegetal e animal. Ribeirinho é quem anda de canoa, de barco...” **Divino Rogério, Presidente do Movimento dos ribeirinhos e ribeirinhas das várzeas de Abaetetuba** - MORIVA, maio, 2008 (Nova Cartografia Social da Amazônia, 2009:3).

O comportamento social do ribeirinho da cidade expressa de fato toda uma cultura adquirida pelos ancestrais indígenas e pelas práticas adquiridas ao longo de décadas que foram acumuladas e aprimoradas através da convivência com os rios da região. Há um enunciado “original” na ideia de ser ribeirinho na fala do Sr. Divino Rogério, líder do movimento de ribeirinhos. A originalidade está no fato simples de pescar, andar de canoa, de caçar e por estar na margem do rio, mesmo que de forma apenas contemplativa.

As variações nos níveis de água dos rios têm consequências importantes para a população que vive na Amazônia. É na vazante, quando o nível é mais baixo, que a pesca é mais produtiva, tendo em vista que há

uma diminuição no volume das águas e, por conseguinte, uma redução no espaço de circulação dos peixes. Trata-se de atividades relacionadas à pesca artesanal de subsistência ou vinculadas à plantação e colheita de hortas, com artefatos construídos por eles próprios. A pesca artesanal é responsável por aproximadamente 50% da captura, os outros 50% resultam da pesca industrial (Diegues, 2002).

É também na época da seca que se preparam as áreas para o cultivo, através das derrubadas de árvores e das queimadas. Por outro lado, é na época das cheias que a pesca é mais prejudicada, além de ser o período da desova e da engorda dos peixes. O alagamento das áreas de várzeas e da floresta forma os igapós⁸, inundando grandes áreas, dificultando a captura dos peixes que ficam espalhados em uma extensa área (Neves, 2006).

FIGURA 7: A FORMAÇÃO DOS IGAPÓS NA AMAZÔNIA



Fonte: <http://revistaonlineilustradabrasileira.blogspot.com.br/2012/03/proteção-dos-igapos.html>. Acesso em 27/02/2014.

As representações culturais das águas variam conforme as culturas, as religiões, o *habitat* em que se desenvolveram, dependendo da maior ou menor disponibilidade e sazonalidade. As comunidades ribeirinhas Amazônicas e pantaneiras vivem conforme as cheias e vazantes, expandindo

⁸ Área da floresta Amazônica que se mantém alagada mesmo após as chuvas e/ou as cheias dos rios. São pequenas áreas de vegetação alagadas formadas pelos furos de igarapés, acúmulo de folhagem, olhos d'água.

sua vida social durante o período de estiagem e restringindo-a durante a subida das águas (Diegues, 2009).

Esta dinâmica social do ribeirinho da cidade tem gerado um desajuste social para a dinâmica do município de Marabá, considerando que a cidade não está preparada para enfrentar situações adversas causadas por diversos fenômenos, sejam naturais, a exemplo das cheias ou criados socialmente, como as edificações construídas nos centros urbanos.

Para que possamos conhecer este espaço social é preciso analisar os processos de mudanças, as estratégias de vida e as dimensões objetivas e subjetivas do espaço de convivência do ribeirinho da cidade com as suas relações sociais cotidianamente.

O dilema da vida na cidade e suas contradições peculiares produzidos pelo capitalismo e pela urbanização tem gerado um grande desconforto na vida dos ribeirinhos. Segundo Leff (2009), a ausência de estudos sobre os grupos sociais diante da relação entre educação e o meio ambiente faz com que a população permaneça sem conhecimentos sobre os problemas ambientais ocasionados por diversos motivos presentes na modernidade. Este conhecimento, que poderia ser produzido a partir do processo educacional, seria muito útil às intervenções sociais e aos processos de mudança que ocorrem de forma dinâmica na sociedade, e que por este motivo necessitam de saberes que seja capaz de interpretar os riscos, o processo de vulnerabilidade, as mudanças, etc.

O saber ambiental inclui novos valores éticos, conhecimento sobre os saberes tradicionais dos grupos sociais dispersos no ambiente, bem como, conhecimento sobre as práticas tradicionais de manejo dos recursos naturais. Todo este processo pode ser alcançado através dos movimentos sociais organizados e teria como finalidade principal a reforma do pensamento, como afirma Morin (2000), além de se tornar importante para uma maior reflexão sobre a relação da sociedade com a natureza, que deve ser dirigida de forma harmoniosa, respeitando os princípios éticos diante da exploração dos recursos naturais (Leff, 2009).

A epistemologia ambiental reconhece os efeitos das formas de conhecimento na construção/destruição da realidade; ao mesmo tempo, revaloriza o conhecimento teórico como forma de compreensão e apropriação do mundo, desvelando as armadilhas ideológicas e desfazendo as tramas do poder associadas ao uso instrumental das ciências. Estabelece-se assim o valor da teoria como ferramenta de emancipação diante dos efeitos de sujeição das ideologias e concebe-se o conhecimento dentro de estratégias de poder no saber. Desta maneira, enfrentam-se os efeitos da naturalização dos processos políticos de dominação, ao incluir a sociedade como subsistema de um ecossistema global e dentro da lógica de mercado – esses princípios ordenadores do mundo –, que neutralizam a consciência dos agentes sociais ao inseri-los como agentes como indivíduos iguais dentro de uma mesma Terra e perante um futuro comum (LEFF, 2012:41).

O processo deve ter como princípio estabelecer um novo saber ambiental capaz de suportar a produção social com os seus efeitos. Entendemos que este processo seja dialético por estarmos diante de diferentes interesses de classes sociais, mas, além disso, acreditamos que possa haver um acúmulo de conhecimentos como modo de reordenar novas formas de exploração respeitando a cultura ribeirinha, a preservação ambiental, as práticas de manejo do solo, o respeito ao ecossistema, a preservação dos mananciais, etc. A preservação da cultura ribeirinha, portanto, deve ser um elemento importante para a formação da sua identidade na Amazônia.

3.1 – A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DO RIBEIRINHO DA CIDADE

Por muito tempo a literatura sobre o ribeirinho não fez grandes referências teóricas sobre os ribeirinhos que vivem nas cidades. Esta ausência de literatura sobre o assunto talvez se deva ao fato de que, até meados da década de 1960, os rios tiveram uma importância maior na Amazônia para o transporte de mercadorias, principalmente nos ciclos econômicos, a exemplo dos períodos da borracha, da castanha, etc. Esta geografia explicava basicamente que a dinâmica dos rios na Amazônia tinha um único comportamento, assim como os seus habitantes.

As grandes extensões das várzeas eram o sentido de um único espaço pouco habitado e com grandes dimensões longitudinais, socialmente exploradas por diversos grupos sociais na Amazônia. Com o passar do

tempo, as margens dos rios foram sendo ocupadas e o que era várzea se tornou cidade. O surgimento de vicinais, ruas, vilarejos e bairros, aos poucos deu sentido às pequenas cidades na Amazônia.

Ressaltando que, o ribeirão da várzea, diferente do da cidade, permanece muito mais tempo no mesmo espaço, em cima das águas, já que no período das cheias pouco se desloca para as áreas da cidade, considerando-se que este ribeirão sempre estocou alimentos no período da vazante para ser usado com a chegada da cheia.

A identidade do ribeirão da cidade, reconhecidos por alguns pesquisadores como ribeirinhos urbanos, forma-se no processo de hibridação, de convivências, de laços culturais que são mantidos através de gerações, onde os rios são o espaço onde se reproduzem seus modos de vidas.

“Ribeirão é a família que nasceu e mora na beira do rio, por isso nós chamamos de ribeirão, porque os pais dele já moravam naquela beira, ele nasceu e se criou, hoje tem a família e mora sempre na beira do rio, e como ele mora na beira do rio nós chamamos de ribeirão”. **Domingos Trindade – Presidente do ASSOPRA/CAGROQUIVAIA** - Conselho do Assentamento Agroextrativista, Várzea, Quilombolas e Grupos Afins das Ilhas de Várzea de Abaetetuba, maio, 2008 (Nova Cartografia Social da Amazônia, 2009:3).

A identidade é própria e se constitui na hibridização, no movimento de articulação, nunca em uma forma acabada, completa, mas sempre provisória, tendo em vista os vários encontros que causam choque entre as culturas. Nesse sentido, podemos analisar que todo o processo hegemônico na forma de pensar o outro, reproduzido pela ciência e pelo poder, foi atribuído nas figuras do caboclo, do índio e do camponês que tiveram as suas culturas desconsideradas, seus modos de vida, suas tradições, e, inexoravelmente lhes foi atribuído um sentido pejorativo, do inferior, do feio, do mal educado, do não civilizado, do interiorano.

O Sr. Domingos Trindade, explica esta ideia de pertencimento de vidas que nasceram ribeirinhas, considerando quem sempre morou à beira rio.

É preciso fazer um esforço teórico no sentido de entender o que seja o trânsito entre espaço e tempo se cruzando para produzir figuras complexas de diferenças e identidade, passado e presente, interior e exterior, inclusão e exclusão (Bhabha, 1998). É preciso pensar esta

identidade do ribeirinho não como uma etapa substituinte da modernidade, mas como um processo criador de reflexões a partir das essencializações que foram criadas pela própria modernidade, e que, portanto precisam ser questionadas (Canclini, 2006).

Tais considerações nos levam a concluir que a formação de uma identidade é um jogo de conexões com o desejo de marcar a diferença, que é sustentada pela exclusão e legitimada por meio de símbolos sinalizadores da diversidade. Portanto a minha identidade é aquilo que ela não é, ou pode ser em parte, ou seja, toda identidade é relacional, pois depende de autonomia para manter a sua existência e de algo fora dela para que possa impor a diferença.

Quanto à estrutura das cidades, as aglomerações, ou seja, as cidades ribeirinhas, na sua maior parte são de pequeno porte, mas se configuram como importantes, haja vista as relações econômicas, culturais e sociais que estabelecem, e que são entrelaçadas pelo emaranhado curso das águas, que formam essas bacias hidrográficas organizadas a partir do principal rio da região que é o Amazonas (Castro, 2004).

Neste sentido, localizar-se na margem do rio é um primeiro fator para a identificação do que seja um ribeirinho e uma cidade ribeirinha. Partindo desse princípio, definir as cidades ribeirinhas para além da paisagem, da estética, pressupõe levar em conta outros elementos que consideram a relação delas com seus respectivos entornos e entre si. “É nesse sentido que podemos falar, no caso Amazônico, de cidades da floresta e de cidades na floresta” (Trindade Jr. (2010); (Trindade Júnior et al., 2011).

Segundo Vidal (2008), a vida diante dos rios expressa um conjunto de simbologias e signos presentes na vida de quem se relaciona com suas águas, mas não somente este fator é determinante. Portanto, o que identifica o ribeirinho não é apenas viver nas margens dos rios ou morar nas várzeas distantes dos centros das grandes cidades, mas toda uma simbologia de signos presentes naquele contexto.

O ribeirinho do sudeste paraense teve sua formação social a partir de uma identidade híbrida, pois é resultado do caboclo que até meados da década de 1950 vivia do extrativismo, principalmente da coleta da castanha; da extração da goma da borracha de forma artesanal que era vendida nas

embarcações que circulavam nas margens dos rios Itacaiúnas e Tocantins; dos índios destribalizados que perderam suas terras e que acabaram vindos para as áreas periféricas dos centros urbanos do município de Marabá; dos imigrantes nordestinos, principalmente, de maranhenses e piauienses em busca de novas oportunidades de trabalho nas empresas mineradoras que se instalaram no município.

Os ribeirinhos de Marabá vivem situações conflitantes considerando-se as desigualdades sociais, a baixa escolaridade, a vulnerabilidade ambiental e as condições precárias a que estão submetidos. Necessitam se estabelecer nessas áreas pela sobrevivência, por fatores econômicos, haja vista a baixa remuneração, além da necessidade de se manterem nas margens dos rios.

Trata-se de um ribeirinho compreendido como sujeito pós-moderno, e por isso, não teria apenas uma identidade fixa; esta passa a estar móvel e em constante modificação diante do sistema cultural que surge de várias etnias, das mudanças estruturais e Institucionais. O ribeirinho da cidade de Marabá, não é “unívoco”, homogêneo, mas disperso, descentralizado, heterogêneo, deslocando-se mais, sendo mais difuso, estabelecendo nuanças entre as cheias e as vazantes dos rios.

A relação entre homem, rio e floresta é facilmente identificada no romance “*Três casas e um rio*”, do escritor marajoara Dalcídio Jurandir, no qual se retrata a vida da população da vila de Cachoeira do Arari, na Amazônia paraense. Este retrato elucida todo o modo de vida dos ribeirinhos que vivem na Amazônia paraense, considerando-se não somente a cultura, mas as representações sociais dos grupos que necessariamente estabelecem uma relação mitológica, contemplativa e de sobrevivência com os rios da região (Jurandir, 1994).

Tanto no discurso da narrativa escrita como nas histórias recolhidas no espaço da oralidade, o ambiente dos rios é constituído de elementos da natureza que se integram ao mundo narrado, sem os quais não seria possível traduzir o universo ribeirinho, nas suas peculiaridades. A inquietude, a força, os caprichos, os arremessos e a liberdade dos rios estão presentes nas histórias que se multiplicam livremente nas beiradas dos rios, nas praias, nos navios, nos barcos, nas lanchas, nas canoas, tendo por testemunhas, lemes, motores, hélices, remos, velas, âncoras, todos subjugados à intensidade e ao movimento dos

ventos e das águas. Ventos que vêm com a enchente e vão com a vazante, trazendo e levando cheiro de morte, cheiro de vida: cheiro de mato podre e de animais mortos; cheiro de peixes e de mariscos; cheiro de frutas. São cheiros que se confundem com os demais componentes das histórias de rios cujos personagens, muito cedo, aprendem a identificar as mensagens enviadas por esse conjunto de signos, sem o qual não seria possível a sobrevivência (VIDAL, 2008:22).

Para Jurandir (1994), a relação existente entre o homem e os elementos da natureza, tais como o rio e a floresta, são os ambientes que revelam a imaginação do homem Amazônico, uma vez que esses espaços construídos pelos próprios ribeirinhos, com a ajuda da natureza, são os espaços das suas experiências, sendo também o lugar onde buscam prover sua sobrevivência. Daí Loureiro (2000) considerar o romancista paraense Dalcídio Jurandir um dos primeiros a introduzir a paisagem das cidades Amazônicas nas suas obras literárias e na literatura brasileira moderna, utilizando-se de simbolismos, de signos e da cultura do espaço construído. Trata-se de um espaço não apenas mensurado pela sua grandeza e por seu tamanho, mas pelo que é vivido e experimentado pelos grupos sociais que lá se reproduzem.

A narração de seu próprio modo de vida e identidade oferece um referencial de signos que permite à memória da personagem localizar pontes, “realizar travessias, distinguir variações do verde da floresta, identificar direções, vencer a escuridão e alcançar o destino desejado, nos limites do espaço conhecido” (Vidal 2008:23).

A partir desses esclarecimentos uma das hipóteses comprovadas nesta tese diz respeito ao referencial de signos utilizados pelos ribeirinhos para reproduzirem o seu modo de vida ribeirinha nesta parte da Amazônia Oriental, a exemplo do barco de pesca, da malhadeira, da rede de pescar, etc. A memória está no fato de o ato ser reproduzido por várias vezes, sendo importante para a formação da identidade desses grupos sociais.

A transumância estabelece uma relação cultural pela importância para o *modus operandi* do ribeirinho, que necessita retornar ao seu local de origem, pois é nas margens dos rios que a cultura acontece, assim como todas as manifestações religiosas e folclóricas.

Da mesma forma que o ribeirinho da cidade de Marabá carrega consigo aspectos culturais que o identificam como um ribeirinho, outros elementos também fazem parte deste contexto. As suas práticas ritualísticas e o modo de vida nos fornecem elementos sobre a forma cultural que foi construída socialmente ao longo do tempo. Também é possível se fazer uma análise considerando toda a estrutura e as relações sociais de produção de sociedades passadas, identificando vestígios desses modos de vida e as transformações e mudanças que foram capazes de ser incorporadas no modo de produção atual.

Sabe-se também que até meados da década de 1960 o ribeirinho de Marabá dependia mais dos rios e dos recursos da floresta, mas com o passar do tempo, com as ocupações, com a exploração do solo de forma desordenada, houve maior escassez dos produtos que eram coletados mais facilmente na floresta, forçando este ribeirinho que vivia de forma extrativista e afastada do centro da cidade a se adequar às novas formas de exploração que se apresentavam com o desenvolvimento e o crescimento das cidades. Neste sentido, não se trata apenas de formas residuais de organização do modo de vida ribeirinha de grupos sociais tradicionais, considerando-se que permanecem neste espaço e com os mesmos modos de vida há décadas, mas de um modo de vida híbrido inserido em um contexto da civilização que carrega heranças culturais de antepassados, como dos indígenas, muito presentes na região.

São modos de viver que se convergem no espaço amazônico, cuja dimensão é a ribeirinha e a urbana, onde caracteristicamente estão presentes os padrões de consumo, as maneiras de viver e as novas formas do uso do tempo, mas que também estão presentes outras temporalidades residuais, contrárias da lógica do capital. Mas o que seria o espaço como *locus* do processo de transformação no decorrer do processo histórico? O espaço seria lugar da manifestação do vivido, das práticas imediatas, do sonho, dos prazeres, dos resíduos irreduzíveis que se movem contra um tempo e um poder hegemônico, são necessidades e possibilidades contidas nas utopias sociais (SOUZA, 2009:170).

O espaço modificado no município de Marabá não deve ser pensado como sendo outro totalmente diferente, mas trata-se de um espaço que reproduz aspectos de uma cultura do passado agregando novos valores do

presente, apesar de toda a tentativa do Estado em estabelecer um campo hegemônico de valores e comportamentos diante da organização social.

Marabá é a própria transformação do espaço e do modo de vida de diversos grupos sociais que quase não puderam interferir no sentido de se contraporem ao projeto de modernidade imposto pelo Estado e por grupos dominantes relacionados ao mercado imobiliário, ao comércio varejista e atacadista, à classe política, aos grandes fazendeiros da região, etc. Entretanto, as formas de resistência são expressões das lutas sociais, das manifestações através das associações, dos sindicatos, das paralisações, sempre presentes na dinâmica da cidade e na vida dos ribeirinhos, que mesmo morando na cidade sempre se sentiram excluídos.

A cheia dos rios que ocorre nesta parte da Amazônia Oriental, no sudeste paraense, é um dos raros acontecimentos onde a transumância é observada todos os anos. Este fenômeno já acontece há muitas décadas no município de Marabá e se caracteriza pelo fato de o ribeirinho necessitar se deslocar para áreas mais altas em época de subida dos rios, retornando para as suas casas no período da vazante. A transumância expressa o conjunto de valores do ribeirinho.

Nesta dinâmica dos rios são construídas formas e estratégias de sobrevivências semelhantes às daquelas dos ribeirinhos das várzeas, mas o fator determinante nesta identidade é que esses ribeirinhos vivem nas aglomerações das cidades. Outro aspecto a ser analisado é que as áreas consideradas rurais outrora eram grandes extensões de terras devolutas e alagadas, o que conotava uma separação entre esses dois territórios, o da cidade e o do campo. Entretanto, não utilizaremos um recorte temporal e territorial entre esses dois espaços por considerarmos que houve transformações em torno dos rios e da floresta que sempre lá estiveram.

As cidades foram construídas e direcionadas para uma finalidade específica, atender a modernidade. Além disso, não existia nenhum fator determinante que pudesse comprometer a vida contemplativa diante da subida e descida dos rios até por volta da década de 1960, considerando-se que a subida dos rios nunca foi vista como um problema social para o ribeirinho da várzea, da mesma forma como não é vista pelos ribeirinhos da cidade, apesar de todos os transtornos causados pelas cheias dos rios.

A partir de então começaram a surgir diversos problemas ambientais causados pelas subidas dos rios na Amazônia, e esta dinâmica começou a ser explicada através do uso de outras terminologias capazes de dar conta desse fenômeno nas cidades. Portanto, houve uma adequação do espaço em torno do rio ou, se preferirmos, os aglomerados urbanos foram sendo edificados às margens dos rios.

Esses problemas só passaram a ocorrer com o avanço da civilização e da ocupação do território através de grandes empreendimentos imobiliários, com o aterramento dos rios e igarapés das áreas ocupadas, com os projetos de macrodrenagem dando início aos aterramentos e à pavimentação de córregos que deram espaço às ruas e avenidas. Ressaltando que os projetos de macrodrenagem do governo federal implantados em várias capitais do Brasil visa minimizar problemas das áreas periféricas, como a deficiência do saneamento básico nas favelas, o déficit do sistema de esgoto, etc.

O problema é que a macrodrenagem resolve alguns aspectos de infraestrutura na cidade, como o do esgoto a céu aberto, mas acaba provocando outros problemas ambientais, como o aterramento de córregos e lagos por onde as águas dos rios e igarapés circulavam, e que teriam a finalidade de escoar as águas das chuvas, frequentes na Amazônia.

Com o aumento de projetos de infraestrutura na Amazônia a exemplo do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), muitos desses projetos não vêm acompanhados de um estudo de impacto ambiental consistente. As cidades passaram a ter de administrar os impactos sociais no local onde o projeto foi implantado, resultante das políticas públicas. Neste bojo de políticas estão as hidrelétricas, as barragens, as comportas, a abertura de estradas, etc.

Estudo mostra que apesar do estabelecido na Resolução CONAMA 01/86, os EIA⁹ dos grandes empreendimentos analisados não abordam, de forma consistente, o processo de avaliação de impactos ambientais indiretos, cumulativos e sinérgicos relacionados às suas atividades. Em muitos casos, os impactos ambientais cumulativos e sinérgicos são citados apenas como uma possibilidade, em frases soltas, mas não são tratados dentro de um processo de identificação e avaliação. E, raramente, os impactos cumulativos e sinérgicos são avaliados quantitativamente. Nos EIA analisados foi constatada uma enorme diferença na forma de abordagem e na(s) metodologia(s) usada(s) para identificação e avaliação dos impactos ambientais indiretos, cumulativos e sinérgicos variando da quase ausência completa ao uso de metodologias sofisticadas e caras (FERREIRA e CANTARINO, 2011:16).

As consequências de todo este crescimento econômico gerou um aumento da população em busca de oportunidades nas aglomerações em torno das cidades; busca estimulada pela própria necessidade de mão de obra, fenômeno que deu início a um processo de imigração nunca visto antes na história da Amazônia. No caso de Marabá, muitos nordestinos, a exemplo dos maranhenses e piauienses, vieram em busca de novas oportunidades de trabalho.

Os grupos sociais mais vulneráveis e atingidos que dependiam dos rios para sobreviverem, como é o caso dos ribeirinhos que moram em Marabá, foram um dos que mais sofreram com essas transformações, inclusive, porque, por uma questão cultural, ainda vivem e dependem da pesca artesanal para sobreviverem e manterem suas tradições.

As tradições culturais mantidas no bairro Cabelo Seco acontecem através de procissões de devoção e fé, realizadas em pequenas e médias embarcações no decorrer do ano nas margens dos rios Tocantins e Itacaiúnas. O festejo de São Félix de Valois é um exemplo: a festa desse padroeiro do município de Marabá, de influência francesa, acontece na última semana de novembro. Este conjunto de significados e signos é o que

⁹ O processo de avaliação de impactos ambientais foi estabelecido, no Brasil, pela lei 6938/81 como um dos instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente, sendo que, mais tarde, a resolução CONAMA 01/86 tornou obrigatória a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA) para o licenciamento ambiental de atividades modificadoras do meio ambiente. O Estudo de Impacto Ambiental deve identificar e analisar, além dos impactos diretos, os impactos indiretos, cumulativos e sinérgicos – por sua capacidade de visualizar o longo prazo e a interatividade na região do projeto.

consegue dar sentido à identidade do ribeirinho da cidade de Marabá demonstrando a importância dos rios. Além disso, a identidade construída pelos grupos sociais denominados ribeirinhos faz parte de um cenário cultural híbrido, com aspectos de tradição e modernidade que se mantêm ao longo de décadas. Portanto, as águas são determinantes na formação cultural de um povo que vive na Amazônia.

3.2 – A IMPORTÂNCIA DOS RIOS PARA O MODO DE VIDA RIBEIRINHO NO MUNICÍPIO DE MARABÁ-PA

As vias fluviais dos rios Tocantins e Araguaia já eram utilizadas desde o período colonial por viajantes, bandeirantes, populações ribeirinhas, caboclos, coletor de castanha, tropeiros transportadores de gados vindos do Maranhão e de Tocantins e por grupos indígenas que já se faziam presentes na região (Almeida, 2008).

O ribeirinho que vive em Marabá tem utilizado os rios não somente para a prática da pesca artesanal no período da vazante, mas também para a reprodução de sua vida social. Os rios representam a paisagem natural da vida social durante todo o ano. Para os ribeirinhos, os saberes populares são importantes para a vida social. Entre os diversos elementos presentes na vida de um ribeirinho estão rios, riachos, lagos, córregos, igarapés e poços.

As áreas litorâneas, compostas pelas águas dos rios, desempenham uma função fundamental, pois garantem a reprodução da vida social e simbólica do modo de vida. “A água serve para saciar a sede dos homens e animais, para o uso doméstico, para as hortas, para o transporte e navegação e até como fonte de energia” (Diegues, 2009:15).

As formas de vida citadinas nos estuários dos rios Tocantins e Itacaiúnas em Marabá têm a presença marcante do trabalhador ribeirinho que quase sempre foi explorado e vive em precárias condições de vida nas margens dos rios, fruto da exploração das riquezas minerais e naturais em uma região rica, mas contrastante com a pobreza e a miséria do povo que quase não teve a oportunidade de se beneficiar da riqueza produzida na região.

Há um povo das florestas, que vive da extração de produtos da mata e dos rios e em guerra por sua conservação e sustentação. Há um povo indígena multifacetado, mas uníssono na guerra com os brancos e a usurpação que estes continuam fazendo de suas terras e riquezas. Existe ainda um povo afro-brasileiro que cotidianamente reivindica a propriedade de seu território, obtido pela luta quilombola e escrava. Todos estes povos se deparam constantemente com problemas como a devastação ecológica, a questão fundiária, a miséria e, sobretudo, a falta de acesso à plena cidadania. Sua luta presente também rememora a dos tempos cabanos. Trata-se de povos amazônicos e de uma luta secular que merece ser conhecida e amparada (RICCI, 2006:30).

As formas de vida nas margens dos rios na cidade de Marabá têm sido dinâmicas e diversificadas ao longo de décadas. Da mesma forma que a dinâmica do trabalho transforma a vida, os modos de vida, também se modificam.

A sazonalidade dos ciclos das águas é um elemento marcante nas sociedades tradicionais, que organizam suas atividades econômicas e sua vida social em função da estação das águas e da estação seca. Em alguns ambientes, como o pantanal, a estação das cheias leva a uma dispersão dos moradores, muitos dos quais abandonam suas casas migrando para as cidades; é a estação da seca que favorece os contatos e a vida social (DIEGUES, 2009:18).

O ribeirinho de hoje vive mais a sazonalidade do trabalho, ele se desloca mais, transita entre as áreas mais baixas e centrais da cidade e entre as localidades mais altas às vezes distantes do centro comercial no período das cheias; experimenta várias atividades em pequenos espaços de tempo, dependendo das cheias e das vazantes, e, por conta deste cenário complexo, fica mais vulnerável às transformações socioambientais e econômicas.

Diferente de uma cidade que apenas se localiza a beira-rio, a cidade ribeirinha tem fortes articulações socioeconômicas e culturais, relações estas que expressam estreita relação com o rio, o qual é incluído como um dos importantes elementos que referenciam espacialidades e territorialidades urbanas, conforme a definição de Trindade Júnior e Tavares (2008).

A área central de Marabá até os anos de 1960 estava concentrada na margem do rio Tocantins, principalmente pelas atividades de comércio e serviços, mesmo de baixa qualidade, mas muito importantes para as populações locais da época, assim como para os trabalhadores dos

castanhais, que estabeleciam relações comerciais de seus produtos (Ribeiro, 2010).

Atualmente, os referidos rios não são mais tão importantes para o transporte fluvial, pois acabaram perdendo espaço para outros meios de transportes, a exemplo as estradas de ferro, utilizadas pelas grandes multinacionais, como a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), que atua na região na exploração dos recursos minerais há décadas, principalmente o ferro-gusa.

Além dos aspectos levantados acima, os rios Tocantins e Itacaiúnas tinham o papel estratégico de escoar toda a produção regional para a parte do baixo Tocantins, que alcançava o município de Baião, e para a parte do médio Tocantins, que atingia o norte de Goiás e o oeste do Maranhão. Entretanto, os rios perderam a sua importância logo depois que veio o declínio dos ciclos da castanha e da borracha. O declínio da borracha aconteceu entre os anos de 1920 e 1940, e juntamente vieram o aumento da dívida pública interna e externa e o refluxo populacional (Ribeiro, 2010).

Os rios eram estratégicos para o escoamento de toda a produção da região, de modo que a rede hidrográfica era o principal vetor de seu desenvolvimento econômico.¹⁰ Neste sentido, Marabá era uma cidade estratégica e dependente dos rios; funcionava como um núcleo central, sendo a mais importante entre as cidades vizinhas, tendo em vista que tanto

¹⁰ A cidade de Marabá está situada em uma área de baixa altitude, na confluência de dois rios – o Itacaiunas e Tocantins – e sofre com as cheias em decorrência da topografia e da influência direta de quatro rios que deságuam no município: Itacaiunas, Tocantins, Taurizinho e Sororó. Além disso, o município está inserido nas bacias dos rios Aquiri, Tapirape, Cinzento, Preto, Parauapebas e Vermelho, sendo que destas citadas as bacias dos rios Tapirapé, Cinzento e Preto estão incluídas totalmente na área do município. Ressaltando que a bacia do Itacaiúnas banha todo o município, em cuja foz encontra-se a sede municipal de Marabá cobrindo a maior área, de aproximadamente 5.383,4 km². Alguns municípios do estado do Pará possuem suas formações a partir de uma relação direta com o mundo aquático e florestal, a exemplo Abaetetuba, Gurupá, Conceição do Araguaia e o próprio município de Marabá. Esses municípios tiveram suas histórias marcadas também pela presença de outros rios importantes, que teceram uma extensa rede hidrográfica, como os rios Guamá, Pará, Acará, Mojú e o rio Tocantins. O rio Tocantins é um rio que nasce no estado de Goiás, atravessa os estados do Tocantins, Maranhão e Pará, até chegar à foz do rio Amazonas, onde desemboca as suas águas. O rio Itacaiunas nasce na serra da Seringa no município de Água Azul do Norte, estado do Pará, e é formado pela junção de dois rios, o da Água Preta e o Azul. O Itacaiúnas desemboca na margem esquerda do rio Tocantins, próximos a cidade de Marabá. Existem ainda outros rios que atravessam o território do município de Marabá que são afluentes do rio Itacaiúnas, a exemplo dos rios Preto, Parauapebas, Vermelho, Aquiri, da Onça, Sororó, Tapirapé, entre outros (Marabá, Wikipédia 2013-formação e hidrografia do município).

o rio Araguaia quanto o Itacaiúnas e o Tocantins tinham a função de escoarem toda a produção para outras áreas comerciais. Entretanto, o período de estagnação da borracha causou um refluxo não somente populacional, mas econômico. Vale ressaltar que esta estagnação não atingiu toda a região do sudeste paraense, como foi o caso de Marabá que conseguia ainda exportar a sua produção de castanha (Velho, 1972).

Todo este movimento de pessoas, de circulação de mercadorias e de trabalho extrativista era realizado nas margens dos rios Itacaiúnas e Tocantins. Os rios eram os principais vetores de todo o processo produtivo de uma região inteira. As formas de vida estavam intimamente ligadas às formas de trabalho deste ribeirão.

Os castanheiros, como eram conhecidos, mantinham relações de trabalho precário, de subordinação, comparável a um trabalho escravo. Viviam em abrigos cobertos de palhas sobre estacas onde armavam suas redes, ficavam expostos às chuvas e aos animais da floresta, e sujeitos a doenças (Ribeiro 2010).

Apesar de todas essas mudanças em relação à dinâmica dos rios no município de Marabá, eles ainda hoje são expressões de um modo de vida peculiar dos povos que vivem na floresta Amazônica, seja pela riqueza e diversidade dos rios onde tiram parte do seu sustento, seja pela dinâmica dos ciclos das águas que traz riqueza e fertilização aos solos, de onde o ribeirão retira parte da sua sobrevivência através de pequenas hortas cultivadas nas margens dos rios. Além disso, as famílias dos ribeirinhos se deslocam através dos rios para trabalharem, para o lazer das famílias, banho, andar de canoa, flutuar em troncos de árvores, para o transporte dos seus filhos à escola, além de transportarem as suas produções excedentes que são vendidas em pequenas feiras.

FIGURA 8: O RIO COMO CONTEMPLAÇÃO DO LAZER DOS RIBEIRINHOS



Fonte: Projeto rios de encontro, Marabá, 2012.

A respeito das cidades relacionadas ao padrão fluvial há de se considerar dois tipos: as ribeirinhas e as beira-rio. Há cidades que assumem uma forma e um conteúdo ribeirinho não simplesmente por sua localização à beira do rio, considerando-se o número relativamente grande de cidades formadas nas margens de rios na Amazônia, que, entretanto não podem ser adjetivadas como ribeirinhas, pois seus conteúdos socioespaciais as colocam em outro plano de relações, seja com a ordem socioeconômica próxima, seja com a ordem socioeconômica distante (Trindade Júnior e Tavares 2008).

Diferentemente das cidades beira-rios, as cidades ribeirinhas têm fortes articulações socioeconômicas e culturais que expressam estreita relação com o rio, o qual é incluído como um dos importantes elementos que referenciam espacialidades e territorialidades urbanas (Trindade Júnior e Tavares, 2008), a exemplo de Marabá que experimentou vários ciclos econômicos nas margens dos seus principais rios, Tocantins e Itacaiúnas.

Ao chegarmos às cidades ribeirinhas da Amazônia de barco, nos deparamos com um porto, um cais ou um trapiche quase sempre improvisado, e temos a impressão de que tudo é transitório, nada é perene,

tudo é inacabado e precocemente deteriorado. É neste local, aonde se chega e de onde se sai, que temos a possibilidade de entender a dinâmica da cidade ribeirinha, pois o porto é o espaço intermediário entre o rio e a floresta; é onde temos a compreensão daquilo que tem na cidade e do que não tem. A cidade é a fronteira de diferentes mundos que nos possibilita várias leituras de espaços-tempos diversos (Oliveira; Shor, 2008).

3.3 - TRAÇOS CULTURAIS DOS GRUPOS SOCIAIS QUE VIVEM NA CIDADE NAS MARGENS DOS RIOS

O termo Marabá é de origem Tupi-guarani. Segundo Gastão Cruis citado por Jadão, 1984), Marabá seria toda pessoa que, por algum motivo, se torna indesejável na tribo. De acordo com as crenças indígenas, a criança marabá traria uma herança que poderia acarretar tanto benefícios como malefícios para a tribo; como prevenção, temendo eventuais desgraças que pudessem assolar a tribo, era preferível sacrificar o marabá.

O poeta maranhense Gonçalves Dias fez outra interpretação do significado da palavra. Tratar-se-ia de toda criança que nascesse do cruzamento com um europeu, com um invasor. Portanto Marabá seria um filho da mistura, da mestiçagem, e, segundo as tradições da cultura indígena, seria ou deveria ser desprezado pelos outros índios justamente por essa miscigenação das raças (Jadão, 1984).

A região de Marabá possui uma área indígena cujas etnias estão distribuídas, principalmente, entre os índios *Txicrim* e *Caiapó* do grupo *Gê* (ambos localizados principalmente nas margens dos rios Itacaiúnas, na área indígena Cateté), os *Surui* do grupo *Tupi-guarani* (localizados na aflúncia do rio Itacaiúnas, já nas proximidades de Marabá, na área indígena Sororó) e os *Gaviões* também do grupo *Gê* (moradores da margem direita do rio Tocantins, na área indígena Mãe Maria). Diz a lenda, na mitologia dos *Gaviões*, que nos primórdios do mundo, os que viviam nas matas caçavam para sobreviver. Mas havia um enorme tatu deitado sobre as águas de todo o planeta, controlando e deixando fluir somente o necessário para os homens, os animais e a flora consumirem. Com a escassez da caça no entorno da comunidade, os índios precisaram viajar para muito longe das

suas aldeias para caçar. Então, se formaram dois grupos: um, de preguiçosos, que não queriam fazer esforço algum para caçar os seus alimentos (“homens ruins”); outro, o dos que preferiram esforçar-se e foram para longe, matar o tatu para comer, o que correspondeu à origem dos *Gaviões* (“homens bons”). Poucos podiam vigiar o tatu das águas o tempo todo, que logo foi morto pelo grupo de “preguiçosos” caçadores. Diz a lenda que, imediatamente após a morte do tatu, as águas começaram a subir de forma incontrolada, inundando todo o planeta terra (Jadão, 1984).

Na interpretação dos índios *Gaviões*, os “maus homens” voltaram em cima de canoas para atrapalhar a sua vida bem como a dos homens civilizados. A partir daí, as cheias teriam passado a ser constantes tormentos na vida do povo marabaense (Jadão, 1984). “As águas das nascentes simbolizam a pureza e a inocência e por isso devem ser especialmente respeitadas sob pena de graves castigos” (Diegues, 2009:13).

Os povos indígenas foram os primeiros habitantes da região de Marabá e, como ocorreu no restante do Brasil, foram perseguidos pelos exploradores da região, sendo ainda alvos de ameaça de caçadores de pele e de garimpeiros. Tais grupos invasores trouxeram consigo não apenas a naturalização das práticas de perseguição aos povos tradicionais ali inseridos, mas doenças, que provocavam o extermínio desses povos. Atualmente, a região de Marabá é heterogênea na sua formação social e cultural.

O encanto com as águas que banham a cidade de Marabá é parte da cosmogonia comunitária marabaense. Diz a lenda “Encanto das Águas” que os viajantes que trafegavam no rio Itacaiúnas se deparavam com uma “cachoeira grande”, muito perigosa, que causava grandes naufrágios; principalmente, para as pequenas embarcações com motor de popa. Em uma das travessias do rio, uma moça, por infelicidade, teria morrido afogada nas águas profundas e o seu corpo nunca fora encontrado; mas, se encantara para ajudar os navegantes na difícil e perigosa travessia da referida cachoeira. Com o tempo, uma pequena capela foi erguida na margem esquerda do rio Itacaiúnas para abrigar uma imagem do Divino Espírito Santo. Porém, é para a menina encantada que muitas preces dos navegantes são dirigidas (Jadão, 1984).

Até hoje, o bairro do Cabelo Seco, animado pela população ribeirinha, cabocla e moradores em geral da Marabá pioneira, promove, na primeira semana de junho, a festa do Divino Espírito Santo.

Os moradores se envolvem de várias maneiras com os rios, através de seus antepassados que cultivam essa relação, a exemplo das lavadeiras, dos pescadores. Os antigos moradores vivenciam as suas experiências até hoje. Quando os botos sobem os leitos dos rios há uma sinalização de previsão de enchentes na região. Voos de pássaros nas margens dos rios é outra sinalização de enchentes, pois para os moradores a espécie de caramujo chamado Aroá deposita os seus ovos em cima das árvores para protegerem as suas crias das cheias **(Barreto, 42 anos – morador e Presidente da Associação dos moradores do Bairro Cabelo Seco, 2012)**.

Os sincretismos mítico-religiosos foram produzidos ao longo do tempo e representam a vida da cidade e de seu povo, a exemplo do significado da festividade do “Divino Espírito Santo”. Esta é uma prática religiosa que alude a uma pedra encontrada por pescadores da região, na qual se via esculpida uma pomba, cunhada pelo tempo e de forma natural, e que representaria o Divino Espírito Santo. A comunidade passou a cultuá-la como forma de gratidão à proteção espiritual que a pedra lhes traria.

Além da festa do Divino Espírito Santo existe a Festa de São Sebastião que também faz parte das tradições do povo marabaense. Ela acontece sempre no mês de janeiro e têm como tradição as orações, cantarolas, distribuição de alimentos prontos, confraternização entre amigos. A Festa de São Sebastião admite o sagrado e o profano. O festejo de São Félix de Valois é outra festa da comunidade que promove a procissão da imagem. A festividade tem no Santo o padroeiro da cidade de Marabá, que acontece geralmente na última semana de novembro. Outra tradição já extinta há pelo menos três décadas chamava-se o Terecô de influência Africana e de descendentes das entidades e do sincretismo religioso da Umbanda, através dos Orixás, do Espírito Santo, do uso de defumações; e da reza do terço da influência do catolicismo **(Barreto, 42 anos – morador e Presidente da Associação dos moradores do Bairro Cabelo Seco, 2012)**.

As diversas manifestações culturais estão distribuídas ao longo do ano, e, geralmente, acontecem nas margens dos rios que banham o bairro do Cabelo Seco, localizado na Marabá pioneira. A maior parte dessas festividades ocorre no período das cheias dos rios Itacaiúnas e Tocantins. Mas nas margens desses rios outras atividades são desenvolvidas pela comunidade ribeirinha, como a lavagem de roupas pelas mulheres e o cultivo de roças na região, realizado predominantemente pelos homens. Quando população ribeirinha necessita ir para abrigos temporários erguidos

(pelo órgão de Defesa Civil) fora do bairro, nas áreas mais altas da cidade e distantes, ela se sente deslocada também culturalmente:

A comunidade ribeirinha não aceita ir para os abrigos temporários da Defesa Civil, por isso as famílias geralmente retorna para as margens dos rios. Na beira dos rios acontecem todas as festividades: as quadrilhas juninas em junho; as festas de carnaval, em fevereiro; o festejo de São Félix, em novembro; a festa do Divino Espírito Santo, em junho; a festa de São Lázaro, em fevereiro e a de São Sebastião, em janeiro. A Defesa Civil está sempre atrasada em relação aos donativos e ao planejamento de remanejamento. A comunidade tem uma relação de cuidado e preservação com os rios, que alimentam e fertilizam as vazantes dos rios, onde são plantados milho, macaxeira, abóbora, jerimum, melancia, feijão, e verduras em geral. As frutas e verduras são geralmente trocadas por peixes entre pescadores e moradores, pois quase sempre são entre familiares **(Raimundo Coelho de Souza, conhecido como o Sr. Xengo, 67 anos – morador do bairro Cabelo Seco, 2012)**.

O modo de vida do ribeirinho prevalece no processo de territorialização dos grupos que constituíram Marabá. Suas tradições mítico-religiosas, suas lendas e formas de viver e experimentar as suas tradições, ainda perduram de forma peculiar na região, resistindo a uma lógica de organização e planejamento modernos que se respalda num sistema de significados adotado pelo poder público, mas que não acompanha a infraestrutura adequada, a exemplo dos abrigos temporários.

O melhor destino que possam ter as populações locais não está atrelado apenas às políticas governamentais, mas depende do respeito ao seu arcabouço cultural, à sua memória, à mistura de símbolos e signos de diversas etnias locais. São as práticas e os modos de vidas permeados pelas águas doces dos rios que garantem a cultura viva da comunidade.

A expressão cultural está na forma de viver a partir da utilização dos rios que cercam a região de Marabá, mas, para além deste aspecto, as formas culturais são expressões que solidificaram as estratégias de vida desses grupos sociais em busca da sobrevivência diante da subida e descida dos rios. Neste sentido, o processo de transumância como um deslocamento temporário de idas e vindas de ribeirinhos conforme as cheias e vazantes também passa a ser uma expressão cultural.

Considerando o volume de águas que desaguam todos os anos, os ribeirinhos que vivem nesta parte da cidade tiveram de criar estratégias de sobrevivências temporárias e sazonais. Temporárias, em função do tempo

cronológico entre a subida e a descida dos rios, entre os seis meses antes e os seis meses depois das cheias. Sazonais, em função do espaço que geralmente é ocupado no período das cheias. Os ribeirinhos se deslocam para as áreas mais altas da cidade e por lá ficam até o tempo da vazante quando voltam para as suas casas.

FIGURA 9: OS PERÍODOS DA CHEIA E VAZANTE EM MARABÁ-PA



Fonte: Google MAPS, 2012 adaptado pelo autor.

Os ribeirinhos aprenderam a respeitar a trajetória dos rios. Mesmo em situação de vulnerabilidade social, eles preferem ficar na sua casa de origem e usufruir das formas contemplativas das paisagens de floresta e rios em época de cheia, com o movimento das águas, com o som dos ventos, com o balanço das canoas, com o cheiro do mato.

A transumância se realiza como estratégia de sobrevivência dos ribeirinhos que descobriram com os deslocamentos sazonais uma forma de se manterem próximos dos rios. O aspecto cultural acontece quando um determinado comportamento passa a estar enraizado na vida da cidade desses grupos sociais, seja pela permanência, pela reprodução, pela repetição ou pela dinâmica com que a transumância acontece e faz parte da vida do ribeirinho que mora nesta parte da cidade.

3.4 – O RIBEIRINHO QUE VIVE NO BAIRRO CABELO SECO

O bairro Francisco Coelho, também conhecido como “Cabelo Seco” é um bairro povoado por pequenos comerciantes, aposentados, donas de

casa, trabalhadores informais, etc. O bairro Cabelo Seco tem uma população em torno de 2.646 habitantes (IBGE, 2010). Entretanto, o peculiar no bairro Cabelo Seco é ter se mantido como um bairro de pescadores artesanais. Esta característica se deve ao fato de os moradores preservarem todos os “apetrechos” necessários para a pesca, como a rabeta¹¹, a pequena embarcação de madeira, a malhadeira para a prática da pesca.

Os fundos das residências ficam de frente para os braços dos rios Tocantins e Itacaiúnas. Além disso, o bairro é carregado de significados e sentidos capazes de dar vida e organização aos diversos grupos sociais. Assemelhando-se a um vilarejo, pelas particularidades e peculiaridades, sempre foi objeto de estudos por parte de pesquisadores de instituições de ensino superior, como a Universidade Federal do Pará (UFPA) e a Universidade Estadual do Pará (UEPA), além de receber a atenção especial de associações, grupos comunitários presentes, Casa da Cultura e prefeitura.

O bairro do Cabelo Seco se diferencia do bairro Santa Rosa, pois no Cabelo Seco foi construído todo um campo de estudos e pesquisas envolvendo a comunidade ribeirinha, o qual tem contribuído para manter muitas tradições culturais importantes. O bairro é visto com orgulho pelos moradores em virtude das representações vividas e experimentadas por lideranças da localidade. Isto tem sido possível em virtude do envolvimento dos moradores com instituições de dentro e de fora do município. Muitas lideranças participam de associações, de organizações não governamentais, das festas folclóricas e religiosas, e mesmo de grupos de estudos, a exemplo da Nova Cartografia da Amazônia, que tem realizado pesquisas sobre o bairro Cabelo Seco desde 2008 com o apoio da Ford Foundation, além de outras instituições como o Instituto Amazônico de Planejamento, Gestão Urbana e Ambiental, UNAMAZ, UFAM-PPGSC, etc.

Na maior parte desses estudos, o bairro é identificado como o local onde tudo começou: bairro de lavadeiras, castanheiros, pescadores, pedreiros, garimpeiros da cidade, etc.

¹¹ Barco de pequeno porte utilizado pelos ribeirinhos quando se deslocam para ir ao trabalho ou para a atividade de pesca nas proximidades dos rios Itacaiúnas e Tocantins.

As histórias sobre o bairro são reconstruídas pela memória dos personagens que ali vivem e reproduzem a sua vida de ribeirão, como o Sr. Raimundo Coelho de Souza de 67 anos, conhecido como “Xengo”; José Santos Barreto de 42 anos, Presidente da Associação dos moradores; a professora Teresinha Maravilha Santis; a moradora Ana Célia do Carmo Pompeio; João Carlos Santis; o Sr. Antônio Coelho; o Sr. José Osias e muitos outros que já fizeram parte até de documentários em vídeos sobre a história do bairro Cabelo Seco.

Esses moradores resgatam a história do bairro construindo os personagens de forma simples e lúdica, mostrando através deles próprios a importância da cultura popular e das manifestações folclóricas de rua como o Arara (formado somente por mulheres) e o Rouxinol (formado apenas por homens), as festividades do Divino Espírito Santo e de São Sebastião, a festa de Santana e Santos Reis, o boi, etc (Nova Cartografia Social da Amazônia, 2008-2009).

O termo “Cabelo Seco” surge juntamente com o município, no início do século XX, quando viajantes chegavam às margens dos rios que banham o bairro em busca de divertimento com as prostitutas que estrategicamente ficavam nesta parte da cidade. Algumas dessas mulheres tinham cabelos crespos – indicando sua descendência africana – daí o termo “Cabelo Seco” (Almeida, 2008).

Os rios, por sua vez, ainda tinham construções portuárias para pequenas embarcações, tendo em vista a importância desse transporte, principalmente para a exploração da borracha por volta de 1910-1915 (Geo Marabá, 2010).

O bairro Cabelo Seco é uma vila de casas quase padronizadas, com arquiteturas simples, geralmente de enchimento e telhas de barro. Tempos atrás, as casas eram ainda mais rústicas, feitas de taipa¹² com telhados da

¹² Construções rústicas, feitas de barro comprimido numa estrutura entretecida de varas ou taquaras. Também chamadas de pau-a-pique, taipa de sopapo, taipa de sebe, barro armado. Trata-se de uma técnica em que as paredes são armadas com madeira ou bambu e preenchidas com barro e fibra. Tipo de moradia ainda encontrada na região Amazônica. A arquitetura de terra chegou ao Brasil durante a colonização, trazida pelos portugueses e está presente em muitos Estados do território brasileiro.

folha de babaçu. Ressaltando que as casas de taipa ainda são presentes em muitos Estados brasileiros.

Atualmente, no município de Marabá, muitas casas já são de alvenaria, mas permanecem com as características de uma vila de pescadores; elas geralmente têm paredes geminadas laterais, e uma área de construção em torno de 55 m², dividida em média em cinco cômodos: uma sala, dois quartos, uma cozinha e um banheiro. É na parte de trás que ficam guardados os apetrechos da pesca em função da facilidade de locomoção, já que a maior parte das casas no bairro Cabelo Seco fica de costas para a margem dos rios que cortam o bairro.

Nas margens dos rios, na parte de trás das residências, é onde as mulheres lavam as roupas como uma forma de prestação de serviços para as famílias que as contratam como “lavadeiras”. Este trabalho serve como um meio de complementar a renda da família. Esta prática é realizada no bairro Cabelo Seco nas margens dos rios Itacaiúnas e Tocantins há pelo menos um século, mas também é neste mesmo local que elas lavam e preparam o peixe para o almoço da família, utilizando-se da água para beber e lavar utensílios, bem como para o banho dos filhos menores.

A cidade teve sua dinâmica formada em torno dos rios. Isto só foi possível devido aos rios se apresentarem como imprescindíveis para os ciclos econômicos. Da mesma forma aconteceu a dinâmica do comércio, dos bancos e das instituições públicas.

O esperado esvaziamento da Velha Marabá não ocorreu e nem mesmo uma desvalorização dos imóveis, uma vez que as antigas famílias e grande parte da elite lá permaneceram. A atividade comercial também se manteve, as agências bancárias, os escritórios e a Câmara Municipal, apesar da mudança da prefeitura. Todos aqueles que dependiam de tais atividades e ainda dos recursos advindos da proximidade dos rios, como pesca e lavagem de roupa, também lá permaneceram, não apenas no bairro Cabelo Seco, mas também em Santa Rosa, situado próximo do rio Tocantins (ALMEIDA, 2009:182).

FIGURA 10: ROUPAS ESTENDIDAS NO BAIRRO CABELO SECO PELAS “LAVADEIRAS”



Fonte: Foto cedida pelo Oglobo. globo.com/País/.- MARABÁ/2012. Acessado em 16/09/2012.

Para os homens são reservadas as atividades de trabalho fora de casa. É através dos rios que grande parte dos ribeirinhos leva seus filhos para a escola e realizam as trocas entre produtos hortifrutigranjeiros produzidos em pequena escala entre vizinhos e amigos que moram nas outras margens dos rios ou nas proximidades.

Pequenas plantações são cultivadas e servem não só como complementação à dieta alimentar das famílias ribeirinhas, mas também para estabelecerem relações comerciais, através de trocas, principalmente na época das cheias quando a escassez de peixes aumenta. Muitas dessas hortas são construídas em girais suspenso, visando proteger as plantações contra as cheias. Essas terras utilizadas para as hortas geralmente não são legalizadas, ou seja, não possuem títulos de posse. São áreas de várzeas de baixo valor comercial que não foram loteadas e que pertencem ao Estado por estarem nas áreas limítrofes dos córregos dos rios.

O uso desses pequenos territórios na outra margem é estratégia de sobrevivência utilizada pelos ribeirinhos, considerando que muitos perderam suas terras ao longo do processo de ocupação do município, ou são migrantes pobres que vieram se aventurar em busca de um pedaço de terra

e de oportunidades. Com poucas possibilidades, só lhes restou explorar os escassos frutos da floresta.

O bairro Cabelo Seco até hoje tem sofrido modificações na sua estrutura organizacional pelo poder público. As constantes erosões têm causado o desbarrancamento de casas, principalmente das mais antigas de madeira. As casas com características de palafitas aos poucos estão sendo substituídas pelas de alvenarias. Mas essas mudanças ainda são paliativas, não expressam as verdadeiras mudanças almejadas pela população ribeirinha que por lá vive quase sem esperança de uma vida melhor.

As principais reivindicações dos ribeirinhos ainda são em relação às melhorias das condições de vida no bairro: saneamento básico, tratamento do esgoto, tratamento da água potável, preservação dos rios e da cultura local.

3.5 - O RIBEIRINHO QUE VIVE NO BAIRRO SANTA ROSA

O bairro Santa Rosa teve sua formação na expansão da cidade em tornos de dois rios: Tocantins e Itacaiúnas; entretanto, o bairro está localizado nas margens do Tocantins. O nome do bairro se deve a uma grande fazenda existente na região denominada justamente de Santa Rosa. Trata-se de uma extensa área de várzea, alagada e com pouca infraestrutura. Ainda são presentes muitas casas de madeira, basicamente com quatro cômodos: sala, quarto, cozinha e banheiro. O bairro Santa Rosa é um dos mais populosos do município, com aproximadamente 6.831 habitantes (IBGE, 2010).

O bairro, apesar de estar situado nas proximidades do centro comercial, na margem direita do comércio, não recebeu quase nenhum benefício. Dificilmente encontramos uma rua asfaltada, um comércio de médio ou grande porte, uma fábrica ou um supermercado.

No bairro Santa Rosa a ausência de áreas de lazer, de praças públicas, de espaços de convivências, etc., traz mais algumas dificuldades a serem enfrentadas pelos ribeirinhos, tornando o bairro mais violento e com poucas perspectivas socioeducativas.

Diferentemente do bairro Cabelo Seco, bairro de pescadores que carrega toda uma simbologia cultural por ter sido o local onde nasceu o município de Marabá, cujas manifestações culturais sobre o modo de vida ribeirinha criou uma identidade própria, o bairro Santa Rosa, ao contrário, não foi beneficiado com quase nenhum projeto de infraestrutura e pouco tem conseguido minimizar os efeitos das cheias que a cada ano só tem aumentado a degradação ambiental e a pobreza local.

A sensação que se tem é a de um lugar abandonado pelo poder público. Trata-se de um bairro periférico formado pelo avanço do espaço urbano sobre a cidade, “sem margens ou beira”.

O bairro apresenta uma “fisionomia” pobre e apagada, sem uma identidade própria, o que acaba não proporcionando uma harmonia entre o espaço e o modo de vida ribeirinha.

Todos os anos o bairro Santa Rosa tem sofrido com as constantes cheias, exigindo que os moradores se desloquem para os abrigos temporários da prefeitura ou para áreas mais altas.

As áreas alagadas do bairro Santa Rosa ainda permanecem em processo de ocupação, materializando uma paisagem com aspecto favelado que é visível para quem se aproxima da Marabá Pioneira. A precariedade de tais construções acrescenta-se a ausência de infraestrutura e de saneamento básico (SALIS; OLIVEIRA, 2013:22).

Por ser resultado de uma ocupação em cima de uma área de várzea, o bairro Santa Rosa tem sofrido com maior intensidade o volume de águas, e, talvez por isso seja um dos que mais enfrente problemas sociais provenientes dos alagamentos, considerando que as áreas de várzeas fazem parte dos cursos naturais dos rios.

“As funções primárias de um curso d'água e de sua várzea são a coleta, armazenamento e veiculação das vazões de cheias. Portanto, a ocupação em áreas de várzeas é um problema ambiental, pois estão sujeitas às inundações” (Guirao; Cisotto; Barbosa, 2012:1381).

A área correspondente ao varjão, alagada na época das chuvas, teve uma parte ocupada em meados da década de 1950, que na verdade era uma continuação do Marabazinho e próxima às margens do Tocantins, onde surgiu o bairro Santa Rosa e também onde se localiza o matadouro municipal (ALMEIDA, 2008: 55).

Em áreas urbanas, este tipo de córrego é muito confundido com esgoto a céu aberto. A população não consegue fazer uma distinção clara entre os braços de rios e as várzeas, elementos importantes para a vazão das águas. Entretanto, as várzeas têm uma função e um valor ambiental importante, e desta forma, precisam ser preservadas. Trata-se de áreas de inundação, várzeas perenes, por isso são atingidas por transbordamentos dos cursos d'água. Neste sentido, são inadequadas à ocupação humana, podendo causar desequilíbrio ao ecossistema (Tominaga et al 2009).

A Grota Criminosa é um córrego que nasce no Km 7 da Nova Marabá e vem cortando várias Folhas e termina escoando na parte mais baixa do Bairro Santa Rosa. Dessa forma, uma parte dessa água fica retida, formando um alagado, outra parte escorre pelas tubulações embaixo do aterro, espalhando-se no bairro de Olaria, e indo desaguar no Itacaiúnas. (SALIS, 2013:15)

Aqui é uma área de lagoa, aqui é uma bacia, sempre será alagado mesmo que se faça uma macrodrenagem ou se construa uma hidrelétrica não resolverá o problema das enchentes. O nome lagoa ou grota criminosa foi dado pela população em virtude das constantes enchentes e estragos causados todos os anos (Valquilene, 28 anos – moradora do bairro Santa Rosa, 2012).

O sentimento da Sr^a. Valquilene é o de que a bacia alagada onde mora sempre permanecerá alagada, por entender que se trata do seu curso natural. A cidade é que avançou sobre o espaço dos rios onde não devia.

Outro fator de vulnerabilidade social no período das cheias é o maior contato dos ribeirinhos com os animais peçonhentos, muito presentes no período das chuvas. Em consequência dos alagamentos, quando os assoalhos das casas ficam geralmente submersos, é muito frequente a presença de escorpiões, centopeias, lagartas, cobras, conforme a Figura 7 adiante. Este tipo de risco acaba sendo iminente no bairro Santa Rosa. O cuidado maior é com as crianças que costumam fazer das cheias um momento de lazer.

FIGURA 11: O APARECIMENTO DE UMA SUCURI NO BAIRRO SANTA ROSA EM MARABÁ - PA



Fonte: <http://www.blogdahildalene.com.br/2014/03/moradores-ribeirinhos-recebem.html>, enviado por Wanderley Mota. Acesso em 22/03/2014.

Os altos índices de violência e sua pequena importância comercial fizeram do bairro uma ameaça diária para os jovens que não possuem nenhuma opção de lazer.

O espaço cindido gera ambiguidades e diferenças maiores do que aquelas que poderiam ser vistas como uma vida simples, mas com dignidade e respeito ao modo de viver ribeirinho. Entretanto, apesar de todos os problemas socioambientais, esta população expressa uma identidade ribeirinha, de grupos sociais que dependem e vivem dos rios da região. A esperança dos moradores desafia o tempo do abandono.

A presença do tráfico de drogas e do consumo de entorpecentes é outro problema social grave que tem deixado o bairro Santa Rosa refém da violência e do abandono. A violência ali só tem aumentado e muitos jovens acabam se entregando ao mundo do crime, principalmente aos finais de semana. O bairro Santa Rosa está sitiado pelo medo e poucos têm a coragem de falar da sua própria condição. Partes das entrevistas foram realizadas às escondidas, como uma forma de resguardar a identidade de quem foi entrevistado. O silêncio tinha um sentido e estava no medo dos ribeirinhos de se expressarem e terem que pagar com a própria vida.

Aqui acontece muita violência doméstica, confusão em consequência da bebida principalmente nos finais de semana. A violência no bairro só tem aumentado a insegurança dos moradores que necessitam sair cedo para o trabalho **(Francisco, 39 anos – morador do bairro Santa Rosa, 2012)**.

A cada cheia que acontece é um recomeço no bairro, pois necessitamos nos mudar e é quando acontecem os roubos de telhas e arrombamentos **(Erizete, 40 anos – moradora do bairro Santa Rosa, 2012)**.

A condição social e econômica desta população ribeirinha carrega consigo um desânimo fruto da falta de perspectiva na busca da melhoria das condições de vida. Muitas casas da vila são marcadas com uma placa de madeira com uma numeração fornecida pelo poder público municipal, sinalizando que deverão ser desapropriadas em função da necessidade de um reordenamento no planejamento urbano, visando melhorar os fluxos dos cursos dos rios de pequeno lagos que se formam ao redor do bairro. Entretanto, esta iniciativa por parte do poder público ainda é remota, considerando a necessidade de ser viabilizado primeiramente um Plano Diretor visando o reordenamento territorial.

Depois deste projeto SDU (Sistema do Desenvolvimento Urbano) da prefeitura para a regularização fundiária, dificilmente eles vão nos transferir daqui, mas ainda não chegou o SDU aqui na rua. A identificação do SDU foi até a Avenida Pará, Rua Pimentel, N. Sa. das Graças, Marechal Deodoro, menos na Rua São Pedro e Rua São João que tem a promessa de ser indenizada **(Marilene F. da Silva, 46 anos – moradora do bairro Santa Rosa, 2012)**.

O Sistema de Desenvolvimento Urbano (SDU) ao qual a Sr^a. Marilene se refere é uma tentativa “tímida” da prefeitura de regularizar as áreas ocupadas por ribeirinhos que vivem no bairro Santa Rosa de forma irregular. Para isso, haveria a necessidade de remanejar as famílias para outras localidades, com vistas a melhorar os fluxos das águas de várzeas que passam por dentro do bairro. A finalidade seria diminuir os efeitos das cheias que acontecem todos os anos.

Segundo Almeida (2008), o bairro Santa Rosa já vivenciou um foco de resistência por parte dos moradores como consequência de um movimento em defesa do bairro que se encontrava em situação de extrema precariedade por volta da segunda metade da década de 1980. A estratégia do poder público era desocupar a área, mas nada oferecia em troca aos

moradores. Em virtude das constantes enchentes e do próprio interesse da prefeitura na área, os boatos indicavam que o próprio poder público deixava de realizar investimentos em prol de melhorias no bairro como a construção de praças públicas, área de lazer, pavimentação, etc.

FIGURA 12 - CHEIA NO BAIRRO SANTA ROSA



FONTE: www.google.com.br. Marabá. Acesso em 16/08/2012.

O objetivo era forçar a população a se mudar para outros núcleos urbanos de forma espontânea. Entretanto, qualquer planejamento neste sentido exigiria um projeto bem definido com alocação de recursos públicos, o que não ocorreu. Os ribeirinhos, por uma questão cultural e de recursos financeiros, preferiram manter-se nas margens dos rios por entenderem que o bairro, apesar dos problemas enfrentados, está localizado nas proximidades do centro comercial, facilitando a sua dinâmica social e a sua locomoção.

Além desta perspectiva social, pode-se aferir que o bairro Santa Rosa tem poucas chances em relação a uma reestruturação do seu espaço físico, isto porque o bairro está assentado em uma grande várzea, com baixo poder de escoamento dos córregos, de baixo valor atrativo para o mercado imobiliário. Trata-se de um bairro populoso, com aproximadamente 7 mil habitantes, o que acentua ainda mais a sua desorganização espacial, tanto socialmente, quanto urbanística e ambientalmente.

O bairro sofreu intensamente todo o processo de aceleração do seu crescimento urbano, pois por muito tempo não foi levada em consideração a

sua existência no Plano Diretor Municipal (PDM). Neste sentido, pequenas mudanças sobre a situação dos bairros no município de Marabá só passaram a ser pensadas ou idealizadas após a criação do PDM, através da Lei 17.213 de nove de outubro de 2006, ou seja, nos últimos oito anos que o bairro passa a existir de fato. Esta referência mostra o quanto o bairro foi esquecido pelo poder público para uma cidade centenária como Marabá.

No Projeto de Lei 17.213, Art. 16, estão as diretrizes aplicáveis à Zona Central do Distrito da Marabá Pioneira:

- I. Preservar a paisagem urbana histórica;
- II. Realizar as melhorias viárias e controlar o uso e a ocupação do solo visando a melhoria das condições de circulação, de modo a garantir acessibilidade a todos, em especial aos cadeirantes;
- III. Incentivar o uso habitacional de interesse social compatível com a preservação das características da paisagem urbana histórica, de forma a aproveitar a infraestrutura disponível;
- IV. Preservar a integridade dos espaços públicos, das áreas verdes e de lazer existentes.

Em relação a esta última alínea (IV) o bairro Santa Rosa não dispõe de quase nada que seja capaz de subsidiar ou complementar as áreas de lazer existentes, pois não possui espaços de convivências e nenhum incentivo à prática da pesca para utilização pelos ribeirinhos. Esta situação expõe ainda mais a situação socioambiental do bairro.

Em relação às Zonas Especiais de Interesse Ambiental (ZEIA), citadas no Projeto de Lei 17.213, Seção II, Art. 43, estas são entendidas como frações do território municipal e definidas da seguinte forma:

“Em função do interesse e da necessidade coletiva de preservação, conservação, manutenção e recuperação de paisagens naturais com ou sem alteração antrópica, sendo reconhecidas como áreas de várzea, varjões e igapós, não ocupadas ou pouco ocupadas”.

Neste item fica claro que o bairro Santa Rosa não está e nem será contemplado no Projeto de Lei e pelo poder público, pois não atende as características definidas em Lei, de acordo com a qual o bairro deve atender a prerrogativa de ser pouco povoado e ser recente, o que não é o caso do

bairro Santa Rosa. Neste sentido, esta imensa área de várzea, que poderia ser uma área de escoamento de grande volume de águas dos rios Itacaiúnas e Tocantins, com o objetivo de minimizar os efeitos das cheias no bairro e no município, não está nos planos do poder público municipal. Ocorre da mesma forma no que diz respeito ao seu Art. 18, alínea VI: “*recuperar matas ciliares e preservar áreas alagáveis*”, como é o caso do bairro Santa Rosa em situação de cheia.

O bairro Santa Rosa, por estar localizado no centro, é responsável por parte do “estrangulamento” causado em consequência das cheias, e os transtornos causados acabam afetando principalmente o comércio, o atendimento nos hospitais e as instituições públicas que funcionam na parte central do município.

As dificuldades socioambientais enfrentadas pelos ribeirinhos são maiores do que as de outros, por diferentes fatores imbricados. Na área denominada de varjão, que envolve todo o bairro, a maior parte da vegetação que era composta pelas matas ciliares¹³ nas margens dos rios foi substituída por uma vegetação rasteira.

A vegetação rasteira nas margens dos rios em torno do bairro Santa Rosa deixa claro que se trata de uma grande área de várzea. O bairro, entretanto, ainda mantém a tradição de uma vila de pescadores. Há, contudo, dificuldade de acesso aos braços dos rios que ficam mais distantes das margens, pela característica de várzea, pela falta de uma infraestrutura mínima, considerando que não dispõe de cais ou trapiche, o que acaba dificultando ainda mais a prática da pesca artesanal. Ademais, ampliam-se os problemas de ordem ambiental, considerando que quando há o acesso das pequenas embarcações às margens a pouca vegetação existente acaba sendo “impactada”.

A ausência de trapiches tem dificultado ainda mais o acesso dos ribeirinhos ao bairro através dos rios, por meio das pequenas embarcações. Por conta disso, o processo de transumância dos ribeirinhos do bairro Santa Rosa para os abrigos em época de cheia é muito mais demorado. Entre

¹³ São florestas, ou outros tipos de cobertura vegetal nativa, que ficam às margens de rios, igarapés, lagos, olhos d’água e represas. Essa vegetação permite diminuir os problemas de erosão do solo e manter a qualidade das águas dos rios e lagos.

outros fatores, tem-se a precária infraestrutura local, a exemplo das ruas que na sua maior parte não são asfaltadas.

Portanto, a percepção destes ribeirinhos sobre suas dificuldades no cotidiano da cidade, em relação à mobilidade urbana, à infraestrutura, à segurança pública, etc., se reafirma sempre que necessitam dos serviços públicos.

Ainda que consideremos o fato de possuírem a mesma identidade como ribeirinhos e pescadores, em comparação com os moradores do bairro Cabelo Seco, constatam-se realidades distintas, tanto em relação às condições ambientais como em relação ao espaço construído socialmente.

Os moradores dos bairros Santa Rosa acabam tendo maior necessidade de se deslocarem para os abrigos da prefeitura; isto acontece por ser um bairro mais populoso, por sofrer com mais intensidade os efeitos das chuvas, e conseqüentemente, por estar situado em uma área de várzea, onde o volume de águas é muito maior. Existem outros problemas para além do âmbito da família, no seu próprio espaço de convivência. Há a necessidade de Ressignificar comportamentos que antes estavam em família e agora serão partilhados por um grupo maior. Os abrigados terão que dividir espaços de convivências seja nos girais, onde as mulheres ribeirinhas passarão a lavar as suas roupas coletivamente, seja pelo compartilhamento da água potável ou pelo simples fato de dividirem suas histórias de vida.

O processo de transumância dos ribeirinhos do bairro Santa Rosa acontece de uma forma deslocada em relação à realidade. O local onde nasceu o bairro Santa Rosa é inapropriado para a prática da pesca e, portanto, não deveria ter sido ocupado. De toda maneira, a transumância é inerente às realidades dos bairros, seja no Cabelo Seco ou no Santa Rosa.

Na próxima Seção, a ideia é identificar como o ribeirinho da cidade lida com a transumância no âmbito de um território de tantos contrastes, com o objetivo de compreender as nuances que fazem parte deste cenário de vidas entrelaçadas entre a subida e a descida dos rios.

As experiências vivenciadas pelos ribeirinhos do bairro Santa Rosa, ao terem de se deslocar para os abrigos, não são nada alentadoras. Trata-se do pior momento que terão que administrar do início das cheias até as

vazantes. São momentos de instabilidades e incertezas. A perda é materializada pela insegurança que os acompanha a cada dia. Surgem sinais da insegurança no momento em que a família do ribeirinho deixa para trás a sua residência pela necessidade de ter de se mudar em consequência da cheia:

É bastante crítica a situação dos desabrigados, pois quando essas pessoas abandonam suas moradias, as casas são saqueadas por ladrões aproveitadores, os chamados “ratos d’águas” que levam telhas, portas, janelas e etc. Além disso, existe a falta de respeito de alguns barqueiros que fazem das ruas alagadas “canal do rio”, e por onde passam em grande velocidade, derrubam casas causando maiores prejuízos (SALIS; OLIVEIRA, 2013:21).

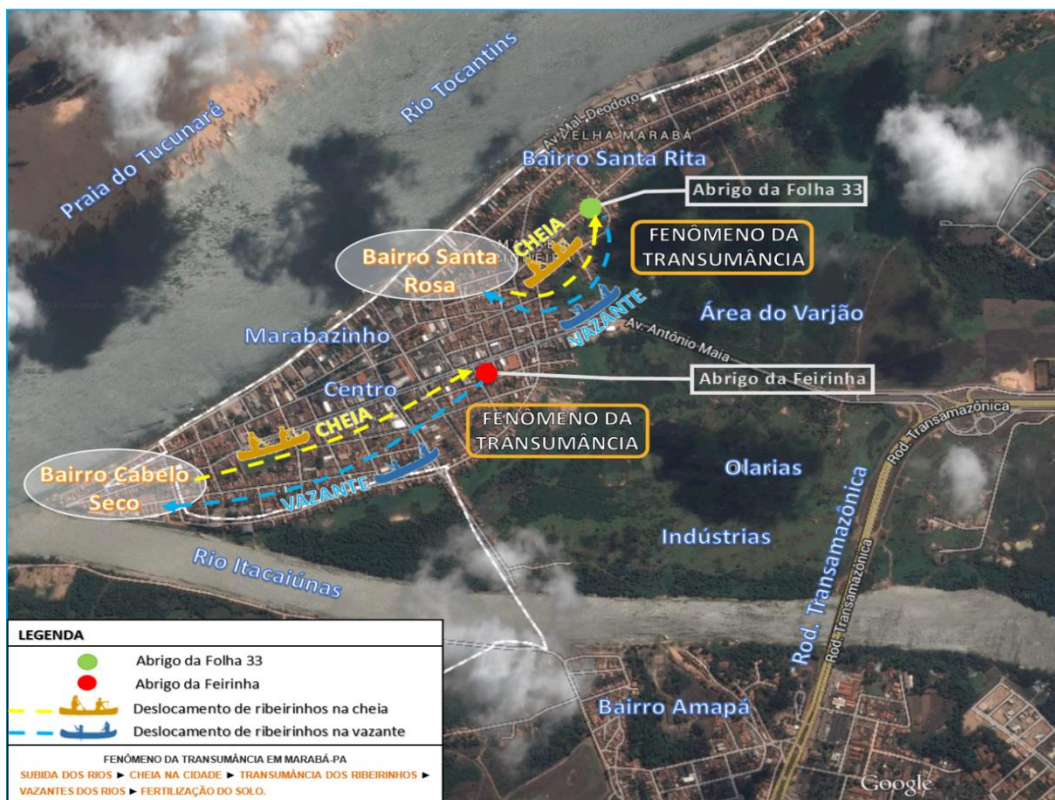
São essas experiências que se pretende analisar neste próximo momento da tese. Se, por um lado, o tecido social é visto pela maneira de viver dependente dos rios, que os ajuda a reproduzir seus modos de vidas e a formar uma identidade, por outro, eles vivem os constantes constrangimentos ambientais através das cheias, resultando disso um espaço cindido socialmente.

SEÇÃO IV

A TRANSUMÂNCIA PARA OS ABRIGOS TEMPORÁRIOS – A PERCEPÇÃO DOS RIBEIRINHOS

A palavra transumância implica o deslocamento de grupo de pessoas em busca de novas terras, sendo oriunda do latim: *trans* (além de) e *humus* (a terra, a região). Neste trabalho, refere-se ao deslocamento social de ribeirinhos em busca de novas oportunidades de vida e trabalho, com o objetivo principal de fugir das cheias anuais dos rios na Amazônia.

FIGURA 13: O FENÔMENO DA TRANSUMÂNCIA EM MARABÁ-PA



Fonte: Google MAPS, 2014, adaptado pelo autor.

Na obra de Furtado (2005), a palavra transumância é utilizada para descrever o movimento dos nordestinos em direção à Amazônia em busca de oportunidades no ciclo de extração da borracha no final do século XIX e início do século XX. Transumância também pode ser entendida como movimento dos povos da Europa central para o Brasil no período do ciclo do

café no século XIX; ou ainda como movimento dos povos africanos para o Brasil, trazidos pela escravidão ocorrida entre os séculos XVI e XIX, etc.

Essa enorme transumância indica claramente que em fins do século passado já existia no Brasil um reservatório substancial de mão-de-obra e leva a crer que, se não tivesse sido possível solucionar o problema da lavoura cafeeira com imigrantes europeus, uma solução alternativa teria surgido dentro do próprio país. Aparentemente, a imigração (sic) européia para a região cafeeira deixou disponível o excedente de população nordestina para a expansão da produção da borracha. A população do Nordeste, conforme já indicamos, estava ocupada, desde o primeiro século da colonização, em dois sistemas econômicos: o açucareiro e o pecuário. A decadência da economia açucareira, a partir da segunda metade do século XVI, determinou a transformação progressiva do sistema pecuário em economia de subsistência (FURTADO, 2005:133-134).

Para Furtado (2005), tratava-se de acontecimentos econômicos ocorridos em grandes espaços e períodos de tempo, de forma duradoura. Entretanto, não teríamos como mensurar o número de nordestinos que ficaram e que retornaram após o término de cada ciclo econômico. Além de que não se tratava de deslocamentos internos, sazonais, daí porque não acharmos aplicável a definição de transumância utilizada pelo autor.

A migração dos nordestinos à Amazônia acontecia quando um grande número de pessoas se deslocava, mas não retornavam à mesma área de origem. Diferentemente, o ato de se deslocar de um espaço a outro e de retornar ao mesmo lugar, em um espaço de tempo vinculado ao período das cheias e vazantes, por exemplo, tem um caráter muito específico, e por isso pode ser entendido como transumante.

A transumância também pode ser como uma fase de nomadismo, caracterizada por deslocamentos de famílias inteiras, animais e até de toda uma comunidade (Souza 2005). Ou de remanescentes de civilizações antigas, de até 200.000 a.C. - “A transumância, ligada de certo modo ao nomadismo dos povos pastores norte-africanos e adaptada à realidade peninsular” (Araújo *In*: Shultz, 1963:232).

Evans-Pritchard (2008) ao pesquisar a vida dos Nuers, um povo que vive no Sudão Meridional, que habita uma região pantanosa entre dois rios que desembocam no Nilo, constatou que esse povo vive predominantemente de práticas pastoris, mas se dedicam também à pesca e à agricultura. As

relações sociais dos Nuer são influenciadas por limitações ecológicas. O sentido de tempo e espaço é determinado por motivos quase sempre ecológicos. Segundo Evans-Pritchard (2008) a ideia de tempo e espaço é dividido em dois momentos: os influenciados pelo meio ambiente, relacionados ao tempo ecológico, e os que são reflexos das relações sociais, inseridos na estrutura social relacionado ao tempo estrutural.

Pode-se afirmar que os Nuer do Sudão praticam a transumância, muito semelhante ao processo de transumância dos ribeirinhos que vivem em Marabá, que, com a chegada das cheias começam a se mudar para os acampamentos, ou seja, para as áreas mais altas, fugindo das cheias. Neste período, a pesca passa a ser mais escassa e por uma questão de sobrevivência os ribeirinhos de Marabá buscam atividades sazonais de trabalho no centro comercial da cidade.

Os Nuer, vivem o ciclo ecológico dividido em 4 estações demarcadas por aspectos que influem nas necessidades do gado e no suprimento de alimentos. Com a chegada das secas os Nuer deixam as aldeias e se mudam para acampamentos e se concentram nas atividades de gado e na pesca. As noções de tempo mudam durante o ano para os Nuer, pois depende das condições climáticas, das cheias e das vazantes.

Portanto, tanto os ribeirinhos de Marabá quanto os Nuers que vivem no Sudão vivem semelhante à prática da transumância ao se deslocarem para abrigos temporários, fugindo de algum tipo de constrangimento ambiental, seja em consequência das cheias ou de período de secas.

Os Nuer não podem, exceto alguns pontos mais favorecidos, viver num só lugar durante todo o ano. As inundações levam-nos, e a seus rebanhos, a procurar a proteção de terras mais altas. A falta de água e de pastos nesse solo mais elevado força-os a mudar durante a seca. Daí sua vida ser migratória por necessidade, ou mais estritamente, transumante. (EVANS-PRITCHARD, 2008: 67-68)

É também uma modalidade pecuária com história muito peculiar no sul da Europa. Para Martín (2000), tratava-se de uma prática intrínseca à cultura pastoril dos povos do Mediterrâneo, tendo chegado até os nossos dias a partir de países como Portugal, Espanha, França, Itália, Grécia e Romênia.

Por sua importância econômica na Península Ibérica, a transumância de gados acabou sendo protegida por monarcas feudais (Oliveira e Silva 2000b).

A proteção jurídica e institucional deste tipo de técnica pastoril data de 1178 com o Foro de Cuenca e também com a Declaração de Proteção Real, ambas de Afonso VIII; reafirmando-se pela Constituição de “Honrado Concejo de La Mesta de Pastores”¹⁴ de 1273, por Afonso X, rei de Castela e Leão. Esta instituição dominou toda a história medieval e moderna do pastoreio na Espanha durante cinco séculos. Ressaltando que o movimento transumante entra em declínio no século XIX (Sousa, 2005).

A transumância não desapareceu, ao contrário, os deslocamentos sazonais na Amazônia, por exemplo, cresceram significativamente nas últimas décadas. Esta tese tem o propósito de mostrar como grupos sociais dispersos pela extensa Amazônia ainda se organizam de forma tradicional, estando estrategicamente dispostos a viver conforme a subida e a descida dos rios da região. Neste sentido, a transumância ganha novas formas de entendimento sociológico sobre o uso do espaço ao longo dos tempos.

O processo de transumância praticada nos bairros Cabelo Seco e Santa Rosa, entre as idas e vindas dos abrigos, tem o sentido heterogêneo, híbrido, do lá e cá. A transumância nada mais é do que o velho. Trata-se de uma prática arcaica carregada de sentidos, de vidas, de nuances. A cultura é o equilíbrio entre o que tem de bom em viver tradicionalmente e as incertezas do futuro da vida na cidade.

Para o ribeirinho da cidade tem muita coisa em jogo nesta transumância: a possibilidade de manter a tradição de estar perto dos rios contemplando a natureza, manter a prática da pesca, de resistir e preservar a sua cultura e a natureza, além do singelo propósito de preservar o sentido de ser um ribeirinho da Amazônia.

Portanto, a hipótese central desta tese se legitima quando a transumância passa a ser comprovada como um elemento da cultura dos ribeirinhos que vivem nesta parte da Amazônia, por necessitarem reproduzir suas formas de vida nas margens dos rios. Para os moradores dos bairros

¹⁴ Conselho Honroso dos Mestres Pastores.

Cabelo Seco e Santa Rosa a transumância só se efetiva quando retornam ao local de onde saíram. Os abrigos são temporários e circunstanciados pela ocorrência das cheias. Nos abrigos não há reprodução da vida ribeirinha. Trata-se do “não lugar”. O ciclo das águas, a subida dos rios, as idas e vindas, são expressões de grupos sociais determinados a viver onde as águas permanecem. Neste sentido, esses grupos identificados são a expressão da cultura da terra e da cultura das águas de quem vive nesta parte da Amazônia.

A festa da transumância parece "colocar em *close-up* as coisas da vida social". De fato, vemos em cena um pastor com um novo lugar social, que, para além das exigências do seu ofício, do domínio de habilidades relacionadas ao manejo dos rebanhos, sua ordenha, tosa, elaboração de queijos, agora incorpora à sua autoimagem o papel de guardião da história e da natureza, depositário de um passado de maior equilíbrio com os ciclos naturais (DAMATTA, 1997:77).

O termo transumante não mudou de sentido, apenas criou novas estratégias para permanecer inserido no contexto de modos de vidas diferentes.

Na Europa, a transumância surgida do movimento sazonal do gado resultava numa utilização racional, em termos ambientais, de dois ecossistemas separados no mesmo espaço, permitindo uma regeneração desses ecossistemas e a fertilização dos campos de cultivo através do estrume deixados pelo gado. Existia ainda a presença de aves necrófagas e de mamíferos carnívoros selvagens, que atuavam como verdadeiros “sanitaristas do ambiente”, aproveitando-se dos cadáveres dos animais que morriam ao longo dos percursos (Morais, 1998).

No caso do município de Marabá, os abrigos temporários são resultados do processo da transumância, sendo o destino de boa parte dos ribeirinhos que não possuem condições para se manterem em uma área segura até a vazante, pois necessitariam dispor de recursos financeiros a cada cheia para alugarem outra residência na parte alta da cidade. A transumância é realizada em pequenas embarcações, a exemplo da figura abaixo, onde são transportados os objetos, os documentos, os animais de estimação dos ribeirinhos, além da esperança de uma vida melhor.

FIGURA 14: A TRANSUMÂNCIA DE MORADORES DA VELHA MARABÁ EM PEQUENAS EMBARCAÇÕES



FONTE: Oglabo.globo.com/País/prejuízo-da-chuva. Acessado em 16/08/2012.

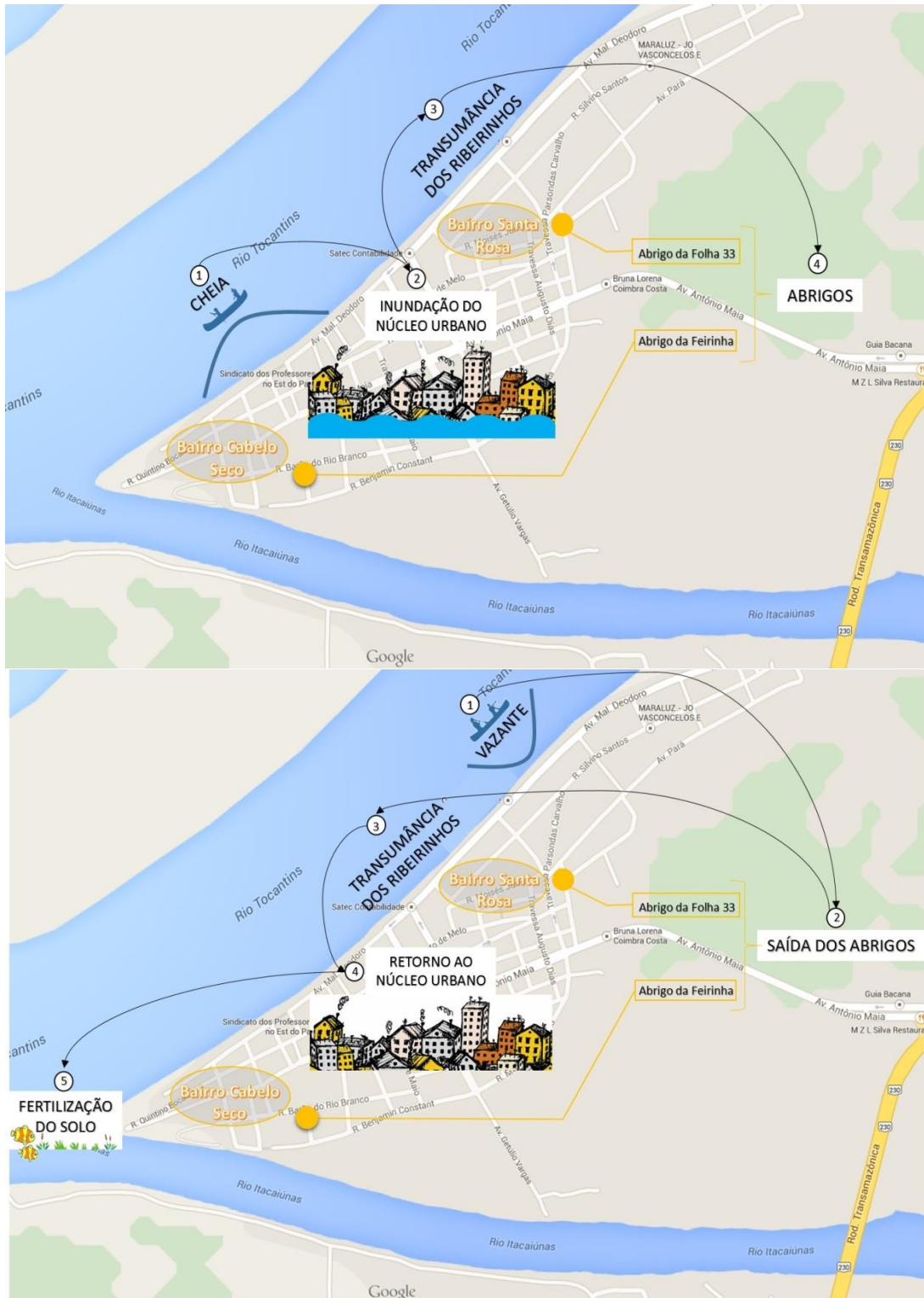
O processo de transumância em época de cheia no município de Marabá realiza-se quando acontece o deslocamento da população em caráter temporário, seja por fatores econômicos, seja por constrangimento ambiental. Portanto, trata-se de um ciclo dinâmico e constante que faz parte da vida do ribeirinho. Entretanto, é importante considerar a transumância como um processo cultural, a exemplo dos pastoreios na Europa, pois trata-se de saberes e práticas vividas e experimentadas.

A transumância e outras atividades rurais tiveram uma evolução que foi sendo “afinada” ao longo dos anos e adaptada às realidades das populações rurais e dos seus relacionamentos. [...] As transformações não se desenvolveram uniformemente em todo o espaço e os seus diferentes ritmos e configurações estão inseridos na história de cada território, traduzindo “os efeitos locais de processos e ocorrências” (SOUSA 2005:178).

Portanto, a transumância carrega consigo mais aspectos de tradição do que de modernidade. Apesar de todo o seu enfraquecimento na Europa, há nesta tradição resquícios da cultura da ruralidade que tinha como prática preservar ações que visavam o aprimoramento tanto do controle pastoril quanto do espaço utilizado para tal fim. Além disso, no percurso por onde passavam os rebanhos ocorriam desdobramentos desse deslocamento que podiam de alguma forma beneficiar o equilíbrio ecológico e ambiental. Mas como é de praxe, a modernidade acaba abandonando formas particulares da

tradição, fazendo com que muitos aspectos da cultura tradicional desapareçam.

FIGURA 15: O CICLO DA TRANSMUNÂNCIA PELA CHEIA E VAZANTE DOS RIOS TOCANTINS E ITACAIUNAS - MARABÁ-PA



Fonte: Google MAPS, 2012, adaptado pelo autor.

Podemos também dizer que os deslocamentos do ribeirinho são migrações pendulares. A necessidade de se deslocar é estratégia permanente de sobrevivência criada em consequência da falta de estrutura da cidade, em virtude do desordenamento urbano, pela carência de planejamentos públicos na época das chuvas, pelas condições econômicas adversas, etc.

A transumância por si só é uma prática de quem vive e depende dos rios da região. E neste sentido, diversos estudos chamam atenção para o comportamento cultural do ribeirinho da Amazônia, mesmo que não seja assim nomeado. É identificado como prática cultural quando abordam a vida do ribeirinho através da relação mitológica, da contemplação com os rios, da sazonalidade como sobrevivência, das estratégias de vida, a exemplo de (Diegues, 2002; 2009); (Witkoski, 2010); (Fraxe, 2007); (Neves, 2006); (Vidal, 2008); (Furtado, 2005); (Sousa, 2005), etc.

Não consideramos também que os deslocamentos sejam uma ação voluntária desses grupos sociais, tendo em vista as formas de resistências presentes nas ocorrências. Por outro lado, há críticas em relação às ações do poder público, realizadas através da COMDEC-Marabá, pela ineficiência em encontrar soluções, para as famílias desabrigadas, capazes de minimizar os efeitos causados pelas chuvas na época do inverno.

Grande parte dos moradores entrevistados no bairro Santa Rosa, a exemplo das Sr.^{as} Elizete, Gracilda e Jane Fernandes, passam a ideia de que a Defesa Civil faz a sua parte naquilo que pode, mas a prefeitura sempre está deslocada da sua responsabilidade. Esta relação perdura por muito tempo. São estratégias do poder público para não se responsabilizar pelas crescentes demandas sociais desta população.

Ressaltamos que boa parte desses grupos sociais que se deslocam em busca de abrigos temporários, são imigrantes nordestinos em busca de nova oportunidade. Esta população flutuante acaba indo morar nas áreas periféricas dos centros urbanos, com pouca ou quase nenhuma infraestrutura.

Este imigrante trouxe consigo seus valores, hábitos alimentares, comportamentos, etc. Além disso, esses indivíduos vêm em busca de novas

oportunidades de trabalho nas grandes cidades, mas são levados a passar por constantes transformações para se ajustarem às novas condições impostas pelas desigualdades socioeconômicas do lugar para onde migraram.

Os sujeitos sociais que migram buscam ressignificar seus modos de vidas – a compreensão das transformações sociais como fenômeno cognitivo, a transmissão de modelos de condutas e pensamentos, socialmente inculcados ou transmitidos pela comunicação social, a que ela estão ligadas [...] os símbolos significantes contido nas representações são socialmente inculcados para desenvolver condições de suprir as necessidades econômicas impostas pela realidade social distinta da realidade do seu lugar de origem (OLIVEIRA 2011: 22, 55).

A vida nos abrigos expressa uma multiplicidade de experiências em grupo, onde cada família possui seus valores, sua forma de viver em grupo, suas crenças, suas tradições, seus rituais. De toda maneira, haverá um processo de mudanças para atender às diferentes expectativas do grupo formado por diferentes religiões, etnias, raças, comportamentos, etc.

Há uma vontade por parte das famílias dos ribeirinhos de permanecer no espaço afetado, por diferentes motivos. A preocupação da Sr^a. Ana Cássia é com os constantes roubos no momento em que a residência fica desocupada; a Sr^a. Francinette reporta a vontade de continuar pescando mesmo sabendo que haverá a diminuição no volume de peixes durante a cheia; e a Sr^a. Gracilda está preocupada com o pagamento do aluguel, caso não aceite ir para os abrigos construídos pela COMDEC-Marabá.

É deixado tudo pra trás para irmos para um alojamento improvisado. Temos duas preocupações: temos que sair da nossa casa quando acontece o alagamento e sempre estamos voltando para verificar se a casa não foi arrombada **(Ana Cássia, 22 anos – moradora do bairro Santa Rosa, 2012)**.

A minha família prefere morar em “girau”- construção de andaime de madeira a ir morar nos abrigos. Eu me criei aqui, moro há 23 anos neste lugar, até porque o meu pai é pescador, apesar de cada vez estar mais difícil a prática da pesca. Às vezes vamos para a represa de Tucuruí pescar **(Francinete, 23 anos – moradora do bairro Santa Rosa, 2012)**.

É muito ruim ficar desacomodado. Aqui há o sentido da vida em família, vou para o abrigo por não ter como pagar um aluguel **(Gracilda, 38 anos – moradora do bairro Santa Rosa, 2012)**.

Os indivíduos carregam com eles o próprio capital simbólico construído ao longo de suas vidas. O *habitus*, por outro lado, capacita-os para viver em um grupo socialmente determinado, assim como lhes permite viver em grupos diferentes, ou seja, passam a se ajustar a novos *hábitus* e práticas e a reproduzi-los.

As mudanças não ocorrem somente no *habitus* de quem migra, mas o próprio espaço físico é ressignificado a cada momento pelas ações antrópicas, as quais, conseqüentemente, poderão influenciar no aparecimento dos fenômenos da natureza, e, portanto, na mudança da paisagem do espaço construído (Bourdieu, 2009). Portanto, apesar de toda tentativa das famílias ribeirinhas de ressignificarem suas vidas nos abrigos, tentando reproduzi-las a partir de cada núcleo familiar, há sempre, em contrapartida, a tentativa por parte do poder público de homogeneizar suas ações cotidianas. Isto acontece para que desta forma seja mantida uma padronização no comportamento de quem depende do abrigo temporário.

O coordenador homogeneiza essas identidades que passam a ser cristalizadas na classificação de abrigados para, desse modo, instituir os padrões necessários ao funcionamento das instalações que aquele espaço deve cumprir: a cozinha passa a ser o local da produção de comida a uma quantidade de pessoas e não um local em que deva ensejar encontros familiares, que seja permeado por um conjunto de valores e sentidos envolvidos no ato de preparar, distribuir e comer o alimento, principalmente, para a (sic) chefe do lar (MARCHEZINE, 2010:87).

Este distanciamento ao ter de deixar pra trás a sua casa, mesmo que seja em curto espaço de tempo, tem uma resposta imediata do ribeirinho em querer resguardar aquilo que conseguiu adquirir com muito “sacrifício” e que é fruto do seu trabalho: sua residência, seus eletrodomésticos, seu espaço de convivência, suas roupas, etc. Esta preocupação foi constantemente lembrada pelos moradores dos bairros Santa Rosa e Cabelo Seco.

Essas são as circunstâncias que nos levam a pensar como vivem os desabrigados pelas cheias em Marabá, considerando esta nova tentativa de ressignificar em outro espaço de convivência.

4.1 – OS DESABRIGADOS DE MARABÁ E A DEFESA CIVIL

Acompanhamos a ação da Defesa Civil de Marabá em 2012, através do Plano Operacional Enchente (POE), e verificamos que a instituição estabelece alguns parâmetros. Primeiramente a Defesa Civil define as áreas vulneráveis no município a partir de um plano cartesiano, entre as áreas da cidade e áreas rurais. Posteriormente são definidos os níveis de normalidade e anormalidade dos rios, de subida e descida dos rios Itacaiúnas e Tocantins.

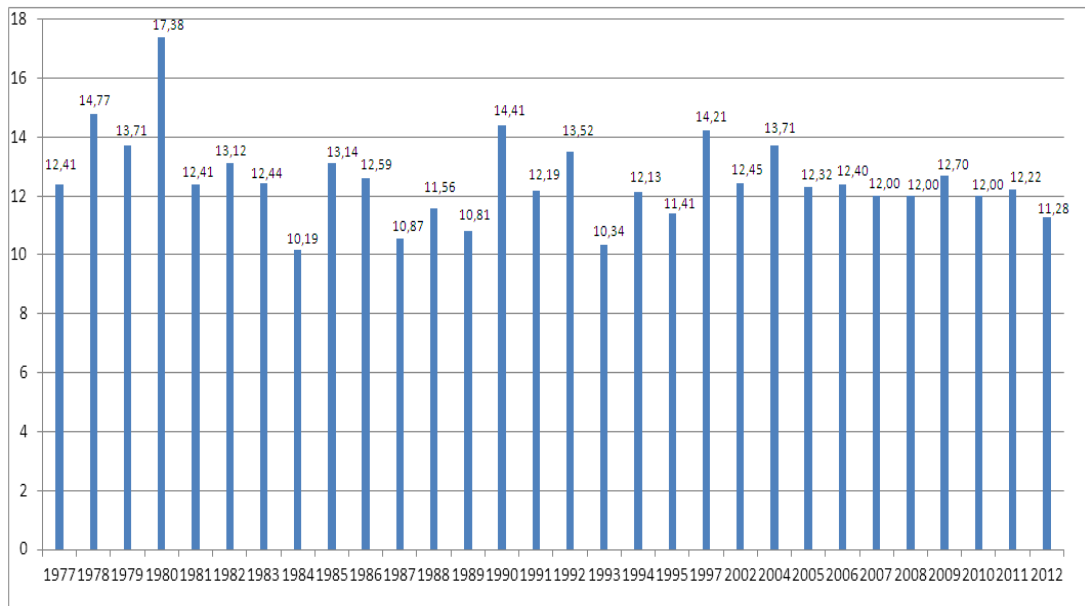
Segundo a COMDEC-Marabá, as áreas vulneráveis da Zona Urbana em 2012 foram os bairros Francisco Coelho (Cabelo Seco), Santa Rita, Santa Rosa, Amapá, União, Independência, Liberdade, Bom Planalto, São Felix, Geladinho, Folhas 13, 14, 25 e 33. Para as áreas rurais, a Defesa Civil define um plano apenas no caso do isolamento de vicinais e da obstrução de pontes.

Em relação ao nível dos rios, a Defesa Civil define os seguintes parâmetros:

- a) Abaixo de 10m: situação de normalidade;
- b) Nível de 10m: situação de alerta;
- c) Nível superior a 12m: situação de emergência (fato ocorrido em Abr./2006, Mar./2009, Maio/2010 e Maio/2011);
- d) Nível superior a 14m: estado de calamidade pública (fato ocorrido em Mar./1980 e Abr./1997).

No ano de 2012, o nível dos rios chegou a 11,28 metros, levando portanto, apenas a uma situação de alerta, conforme o gráfico 1 seguinte.

GRÁFICO 1: NÍVEL DO RIO TOCANTINS, EM METROS ENTRE OS ANOS DE 1977 E 2012



Fonte: COMDEC – Marabá, 2012.

Em relação às situações de risco provocadas pelas cheias, a COMDEC-MARABÁ estabelece quatro categorias de desabrigados:

a) **Deslocados** – quando os moradores tomam a iniciativa de se mudar para outras áreas que consideram mais seguras. Nesta situação, a Defesa Civil não apoia com nenhuma ação as mudanças dos desabrigados, considerando que há uma iniciativa voluntária dos ribeirinhos;

b) **Desalojados** – quando a Defesa Civil decide apoiar através de pequenas embarcações ou financiando as famílias que decidem ir para a casa de familiares ou alugar uma casa;

c) **Desabrigados** – quando os desabrigados recebem apoio financeiro e/ou assistencial da Defesa Civil e de outros órgãos de apoio nos abrigos temporários construídos pela COMDEC-MARABÁ;

d) **Abrigos improvisados** – abrigos temporários construídos pelos próprios moradores sem o apoio da Defesa Civil.

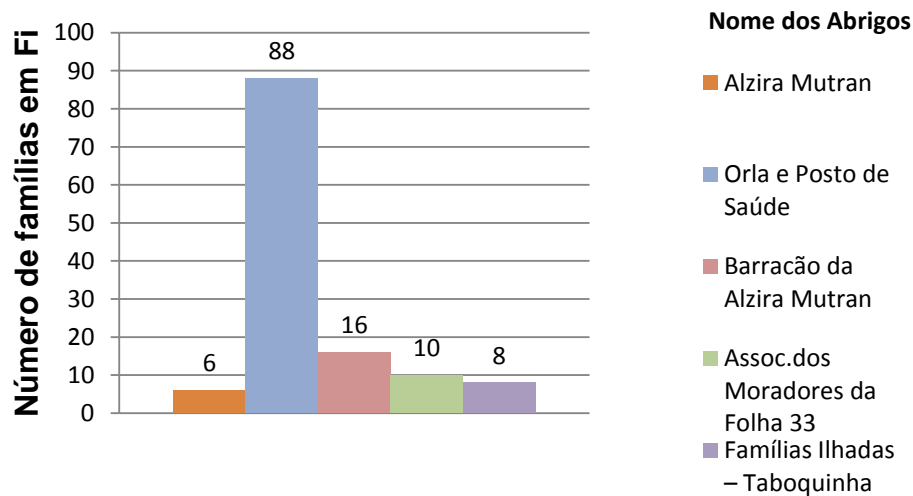
FIGURA 16: ABRIGO IMPROVISADO PELOS RIBEIRINOS DE MARABÁ-PA.



Fonte: imagem de Augusto Carvalho, Marabá, abrigo da folha 33, 2012.

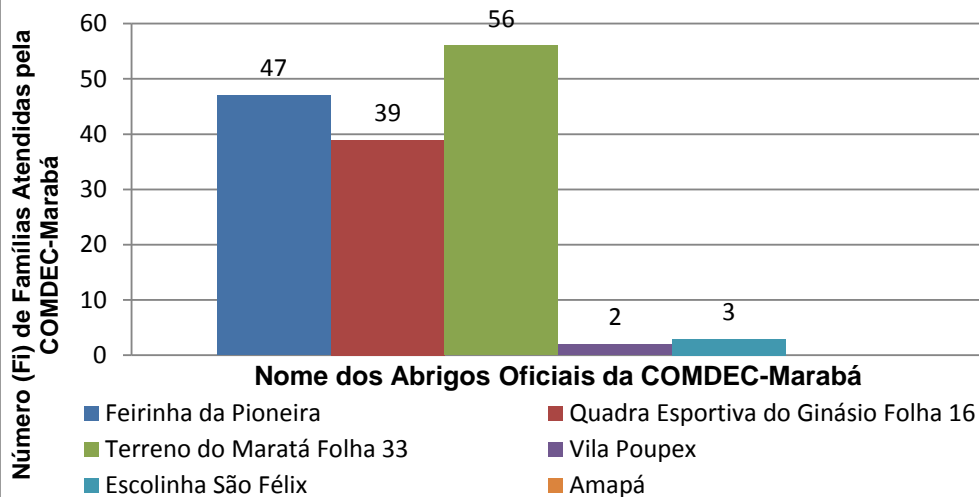
Segundo o relatório final da COMDEC de Marabá, emitido em 23/04/2012, o controle da Coordenadoria de Defesa Civil de Marabá mapeou um total de 482 famílias atingidas em 2012. Deste total, 103 foram deslocadas e 104 foram desalojadas. Do restante, 128 famílias ficaram em abrigos improvisados (Gráfico 2) e 147 ficaram em abrigos oficiais (Gráfico 3).

GRÁFICO 2 – DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE FAMÍLIAS POR ABRIGOS IMPROVISADOS EM 2012



FONTE: COMDEC-Marabá – Abril/ 2012.

GRÁFICO 3 – DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE FAMÍLIAS POR ABRIGOS OFICIAIS EM 2012



FONTE: COMDEC-Marabá – Abril/ 2012.

Em comparação com 2012, o ano de 2014 apresentou um aumento em relação ao número de famílias desalojadas e uma diminuição em relação às famílias abrigadas pela Defesa Civil, conforme quadro 3 abaixo:

TABELA 2: NÚMERO DE FAMÍLIAS ABRIGADAS E DESALOJADAS PELAS CHEIAS ENTRE 2012 E 2014

	Ano 2012	Ano 2014
FAMÍLIAS ABRIGADAS (Famílias que foram para os abrigos)	(*) 275	226
FAMÍLIAS DESALOJADAS (Famílias que preferiram ir para casa de familiares)	(*) 104	115

FONTE: Evandro Corrêa – Jornal O LIBERAL (30/03/2014)-Atualidades (4) MARABÁ, 2014. (*) Dados comparados pelo autor.

A Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC) é um órgão vinculado à prefeitura de Marabá. A COMDEC-Marabá (2007) trabalha com sete funcionários: um operador de máquinas pesadas, dois técnicos de enfermagem, uma assistente social, dois técnicos administrativos e um contador.

Os mecanismos de ajuda aos grupos afetados geralmente se restringem aos seguintes: construção de abrigos temporários; envio de caminhões para a realização da mudança dos moradores para áreas mais altas; doação de madeira apreendida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) para a construção de abrigos improvisados; pequena ajuda financeira para a reconstrução da residência eventualmente danificada pela cheia; doação de cestas básicas; visita de médicos e assistentes sociais em dias determinados.

Para o ribeirão marabaense, a paisagem da cidade que dispõe de rios como cenário de uma paisagem de vida ribeirinha mudou muito pouco nos últimos 50 anos, seja em relação às habitações nas margens dos rios, seja em relação à infraestrutura, ao sistema de esgoto e ao saneamento básico.

A Defesa Civil passou a adotar a construção de abrigos temporários nas áreas mais altas na cidade de Marabá previamente, mas sem se preocupar com a cultura e o modo de vida dos ribeirinhos, que inexoravelmente dependem e vivem da subsistência dos rios. Para a Defesa Civil de Marabá uma família desabrigada é aquela que necessita de ajuda por parte do Estado por estar vivendo em uma área de risco e que por algum motivo vive um constrangimento ambiental temporário.

Famílias desabrigadas – são as que têm demandado mais ações das políticas públicas. Por estas famílias não disporem de condições financeiras para proverem uma habitação temporária ou de apoio de parentes ou amigos para conseguir alojamento. O Estado tem de disponibilizar abrigos temporários. Estes são organizados a partir de adaptações de determinadas (sic) infra-estruturas públicas como, escolas, ginásios, centro de exposições. Tais famílias, ao perderem a casa o seu lócus de reprodução social – são desterritorializadas pelos órgãos públicos por estes afirmarem que estão em área de riscos e, diante disso, serão encaminhados para um território forjado para “sua segurança”, os abrigos temporários, nos quais tentarão recriar suas práticas associadas ao mundo privado, no geral, com algum insucesso (MARCHEZINE, 2010:10).

FIGURA 17: ETAPAS DA CONSTRUÇÃO DOS ABRIGOS OFICIAIS PELA COMDEC-MARABÁ



Fonte: Imagens cedidas pela COMDEC-MARABÁ-PA, 2012.

A COMDEC-Marabá estabelece planos cartesianos, binários. Trata-se de uma divisão entre as áreas alagadas e as que não foram afetadas pelas cheias, entre as áreas vulneráveis e as não vulneráveis, entre os desabrigados e os desalojados, entre a parte baixa e a parte alta da cidade.

Apesar da existência de princípios básicos de ajuda humanitária e das “boas intenções”, a Política Nacional de Defesa Civil ainda esbarra na ineficiência da infraestrutura montada, na falta de planejamento estratégico e, principalmente, de uma política de urbanização por parte do Estado. Esses fatores têm como causa principal o crescimento das cidades sem planejamento. Desta forma, o Estado prefere caracterizar o que sejam as áreas de riscos a criar um plano de ação para essas áreas de moradias.

Muitas famílias se recusam a sair das suas residências alagadas, outras preferem construir seus próprios abrigos improvisados sem receber a ajuda da Defesa Civil, outras aceitam a ajuda por tempo determinado, mas acabam retornando às suas residências por considerarem que as mesmas ficam vulneráveis a roubos por estarem desabitadas.

A gente acumula duas despesas em duas residências com as cheias. Há roubos de telhas, portas. O apoio da prefeitura é pequeno (Jane Kely Fernandes, 26 anos – moradora do bairro Santa Rosa, 2012).

Todos esses problemas estruturais se chocam com os interesses dos afetados em situação de cheias. No caso do ribeirão da cidade, que vive nesta parte da Amazônia, o processo cultural de viabilizar o seu modo de vida acaba sendo negligenciado pelo poder público. Neste sentido, o debate acaba se concentrando ainda muito superficialmente na estrutura física dos abrigos, fugindo da forma organizativa dos ribeirinhos em estabelecerem seus meios de vida.

Em relação à posição do poder público no que se refere à política macro de atendimento aos grupos sociais afetados pelas cheias, a Política Nacional de Defesa Civil (PNDC) no Brasil tem contribuído muito pouco, haja vista que seu princípio norteador geralmente recai sobre as mudanças climáticas e o aumento do número de desastres em todo o território brasileiro por eventos adversos. Além disso, trata-se de parâmetros técnicos.

No caso do município de Marabá, observa-se um reordenamento espacial no centro urbano com grande capacidade de investimentos nas áreas da indústria mineral, da metalúrgica, do comércio e de serviços, de modo que em pouco tempo se transformou em um grande território com todas as contradições geofísicas e ambientais de uma cidade grande.

As cidades que são criadas sem planejamento governamental sofrem grandes lacunas em infraestrutura, carecendo de redes de água e esgoto, iluminação pública, escolas, etc. A alta agregação de pessoas vivendo em “curtos” espaços aumenta os riscos para a saúde pública, considerando a precariedade das condições sanitárias e ambientais (Relatório, 2005).

O impacto negativo da situação da água em Marabá, tanto a proveniente da rede de abastecimento quanto a da captação de poços próprios, revela-se na incidência de doenças de veiculação hídrica, principalmente no período pós-enchente. A diarreia e gastroenterite sendo as principais causas de mortes nesse período. Para o poder público acaba ficando apenas a responsabilidade de informar o risco de contaminação, a exemplo da figura abaixo.

FIGURA 18: A DEFESA CIVIL DE MARABÁ INFORMA O RISCO POR CONTAMINAÇÃO APÓS A CHEIA DE 2013



Fonte: COMDEC-Marabá, 2013.

O total de pessoas enfermas, certamente, é atribuído ao alto risco de contaminação que expõe a população a inúmeras doenças por veiculação hídrica. Além disso, há também um aumento na proliferação de vetores de doenças, como ratos e mosquitos, e de picadas de animais peçonhentos, como aranhas, escorpiões e cobras. Entre as principais doenças tem-se: hepatite A e E, leptospirose, cólera, dengue, febre tifoide. A maioria dessas doenças surge pela ingestão de água contaminada ou pelo simples contato com a água (ATLAS, 2011:30).

A incidência anual de diarreias agudas no município de Marabá nos últimos anos, que tem como uma de suas causas a qualidade da água, teve um aumento considerável, conforme dados da Secretaria de Saúde de Marabá - SESMA. Em 2001, houve uma incidência de 2.947 casos de diarreias agudas, enquanto que em 2005 houve um salto de 4.161 casos, um aumento de 41,1%, (Miranda, 2006), conforme a tabela abaixo:

TABELA 3: AUMENTO DE DOENÇAS POR VEICULAÇÃO HÍDRICA EM MARABÁ ENTRE 2001 E 2005

INCIDÊNCIA DE DIARRÉIAS AGUDAS	41,1%
INCIDÊNCIA DE DOENÇAS RESPIRATÓRIAS AGUDAS	18,0%
CRESCIMENTO POPULACIONAL	12,8%

FONTE: prefeitura Municipal de Marabá – SESMA, 2005.

As ocupações desordenadas têm se constituído em outro fator social grave, tornando-se palcos de grandes conflitos sociais e provocando consequências negativas sobre o meio ambiente e à saúde da população. A complexidade dessa situação reside, sobretudo, no fato de que, no plano político, as ocupações desordenadas são consequências da falta de políticas públicas coordenadas entre si e da ineficiência das medidas adotadas pelo setor ao longo dos anos; paliativas, essas medidas têm contribuído para os bolsões de pobreza e miséria em torno da cidade de Marabá.

Moramos aqui por necessidade. A Rua São Pedro nem no mapa está. O esgoto transborda com mau cheiro. A falta de um sistema de esgoto e saneamento básico tem causado doenças (Jane Kely Fernandes, 26 anos – moradora do bairro Santa Rosa, 2012).

A prefeitura ficou de elaborar um projeto para mudar o curso dos rios, mas até hoje nada fizeram (Viviam, 22 anos – moradora do bairro Santa Rosa, 2012).

A cada nova mudança para os abrigos temporários aumentam as perdas materiais, pois muitos eletrodomésticos acabam estragando no contato com a água que adentra as residências. Esta situação se agrava por vários fatores, entre o mais importantes destacamos a falta de transporte adequado para a realização da mudança, tendo em vista que as mudanças são realizadas em pequenas embarcações ou em carros de mão pelos próprios desalojados. Além disso, o simples fato de montar e desmontar pelo menos duas vezes ao ano um móvel compromete sua estrutura.

Todo este processo de construção e reconstrução na vida do ribeirinho da cidade que sofre com as cheias acaba interferindo na forma de pensar o espaço vivido, que está sempre em constantes mudanças, em movimento, em ruptura, em instabilidade, causando inevitavelmente um desconforto emocional, medo e angústia nas famílias desabrigadas e desamparadas socialmente.

As perdas simbólicas são de caráter subjetivo, pois estabelecem um silêncio interior a cada nova lembrança de uma cheia, levando à desesperança de uma vida melhor a cada ano que passa, sentimento reafirmado pela ausência de melhoria nas políticas públicas.

A memória sobre o viver em família e os valores habituais de ser ribeirinho é quebrada a cada instante, tanto em relação ao espaço construído como em relação aos costumes e à identidade com o local.

Eu tenho um sentimento de perda e desesperança em ter que me mudar todos os anos no período das cheias (**Ângela Napoluceno, 34 anos – moradora do bairro Santa Rosa, 2012**).

Desde quando tinha nove anos de idade que havia a promessa de mudança, mas nada aconteceu. Acredito que nada vai mudar. Quase não dormimos quando estamos no abrigo com medo de sermos roubados (**Marinalva Pinto, 48 anos – moradora do bairro Santa Rosa, 2012**).

Constata-se que a condição precária nos abrigos faz parte do cenário e de um espaço de convivência de pessoas que necessitam restabelecer uma nova vida a cada cheia dos rios, mas que encontram dificuldades no momento em que mais necessitam de ajuda. Os diversos depoimentos sobre o que a COMDEC-MARABÁ tem oferecido em termos de abrigos ainda são

insuficientes frente às demandas dos ribeirinhos que continuam em situação de risco social.

Os depoimentos consideram diversos fatores de ordem social, econômica, cultural, de infraestrutura, etc.

A nossa relação com o poder público é muito ruim. Este ano foi pior ainda. O prefeito Maurino Magalhães desde 2009 quase não tem feito nada **(Erizete, 40 anos – moradora do bairro Santa Rosa, 2012)**.

A nossa relação com a Defesa Civil foi boa, mas apenas neste ano, pois nos ajudaram com a mudança, mas com a prefeitura não há nenhum contato ou apoio **(Gracilda, 38 anos – moradora do bairro Santa Rosa, 2012)**.

É relativamente boa. A defesa Civil me visitou, vacinaram os cachorros e deram cesta básica **(Jane Fernandes, 26 anos – moradora do bairro Santa Rosa, 2012)**.

É muito quente, é coberto com lona e as paredes de madeira. Não tivemos apoio da prefeitura este ano. Eu trabalho como lavadeira **(Rosimar, 54 anos – abrigo da orla, na Velha Marabá, 2012)**.

Quando chove entra muita água nos abrigos, tem muita muriçoca; a coleta de lixo é precária. Não posso sair e deixar sozinho o abrigo por causa dos assaltos **(Ana Cássia, 22 anos – abrigo Alzira Mutran, 2012)**.

Tem o problema da violência. Ano passado mataram um rapaz dentro do abrigo **(Viviam, 22 anos – abrigo da feirinha, na Velha Marabá, 2012)**.

Os meus filhos geralmente adoecem nos abrigos, há muito lixo ao redor dos barracos. É muito quente, já que os barracos são feitos de lonas de plásticos, compensado e palha **(Ângela Napoluceno, 34 anos – abrigo da feirinha, na Velha Marabá, 2012)**.

A infraestrutura é precária. Geralmente nós mesmos construímos os abrigos, feitos de lona, cobertos de palha **(Valquiline, 28 anos – abrigo da orla, na Velha Marabá, 2012)**.

A água não é boa, é barrenta. Os banheiros não são adequados ou limpos, a temperatura é muito alta e a coleta de lixo é precária **(Marilene da Silva, 46 anos – abrigo da feirinha, na Velha Marabá, 2012)**.

A minha filha de 9 meses teve febre, vômito e diarreia devido à água do rio. A água que vem para o abrigo é barrenta. O médico veio apenas uma vez em 3 meses e meio que estou no abrigo **(Viviam, 22 anos – abrigo da feirinha, na Velha Marabá, 2012)**.

Em todas as entrevistas, sem exceção, as famílias dos ribeirinhos reclamam do atendimento por parte da Defesa Civil local, tanto em relação à infraestrutura, a exemplo das falas do Sr. Rosimar e das Sr.^{as} Ana Cássia e Valquiline, como em relação à segurança e aos problemas de saúde, a exemplo das falas das Sr.^{as} Viviam e Marilene respectivamente.

Constantemente, os atingidos pelas cheias organizam protestos de ruas reivindicando melhorias nas condições de funcionamento dos abrigos construídos pela Defesa Civil, melhoria na infraestrutura e no atendimento médico, já que as crianças desabrigadas acabam adoecendo mais facilmente em consequência da alta temperatura nos abrigos, os quais são geralmente cobertos por lonas ou telhas de amianto.

As outras reivindicações estão relacionadas à melhoria na qualidade da água fornecida pelos carros-pipas, além de uma maior presença da assistência social da prefeitura.

No período de cheias, é quando a comunidade se reúne nos abrigos temporários para discutir seus problemas, socializando suas dificuldades, organizando manifestações pela cidade, reivindicando seus direitos junto aos órgãos públicos; mas, principalmente, é quando vivenciam as suas experiências com as perdas materiais e simbólicas. Do outro lado, temos a ideia dos gestores do que seja o abrigo, a partir de uma visão estritamente técnica, com escassas “dimensões sociais”.

O abrigo é representado por uma visão técnica que o denomina como um local “para aqueles obrigados a deixarem suas residências” (BORGES, 2000 p.26). Nesse sentido, é um território para instauração de uma determinada “normalidade” do ponto de vista institucional que prevê o seu bom funcionamento a partir da racionalidade e o *habitus* dos seus gestores. Isto é, a concepção de normalidade provisória é, antes de mais nada, a retirada das pessoas da suposta áreas de risco, o seu deslocamento para os abrigos temporários e sua permanência temporária. Em outras palavras, o abrigo é o espaço que recebe pessoas oriundas de uma área de interdição, desviantes. Como recebe, na maioria das vezes, um grande contingente de famílias, o abrigo passa a adquirir, no imaginário institucional, a representação de um local de novos riscos, desde os relacionados à saúde até aos de segurança pública (MACHEZINE, 2010:88).

Todo o processo de enfrentamento acontece em razão da linha de encaminhamentos discordantes por parte das famílias atingidas. Os ribeirinhos, ao saírem dos bairros Cabelo Seco e Santa Rosa para os abrigos temporários, não se sentem representados e atendidos nos abrigos construídos pela prefeitura, da mesma forma como não têm suas reivindicações atendidas.

A COMDEC-Marabá demonstra maior preocupação com as áreas mais vulneráveis da zona urbana, visando um atendimento emergencial e pontual para os ribeirinhos afetados diretamente pelas cheias. Mesmo diante desta perspectiva de atendimento, a "oferta" por parte da Defesa Civil é muito menor em comparação com a demanda dos ribeirinhos.

Em relação ao perfil dos desabrigados que fizeram parte desta pesquisa, pode-se identificar que a maior parte dos ribeirinhos vive em condições precárias e são de baixo poder aquisitivo.

Os abrigos fazem parte de um cenário construído socialmente onde a expressão da cultura e o modo de vida do ribeirinho deixam de existir temporariamente. Os fatores de ameaça e vulnerabilidade são reflexos das próprias condições socioambientais em que eles se encontram.

FIGURA 19: ABRIGO TEMPORÁRIO, FOLHA 33 - NOVA MARABÁ

Fonte: imagem de Augusto Carvalho - Março/2012.

Das 21 chefes de famílias entrevistadas nos bairros Cabelo Seco e Santa Rosa, dez (a maioria) viviam com apenas um salário mínimo vigente em 2012 (R\$ 680,00), seis viviam com até dois salários mínimos, uma vivia com três salários mínimos, três viviam de bolsa-família (R\$ 102,00) e apenas uma afirmou não ter nenhum tipo de renda.

Identifica-se que a maioria das famílias ribeirinhas vive em núcleo familiar com mais de seis pessoas. Das 21 chefes de famílias entrevistadas, duas afirmaram que viviam em um núcleo familiar com até três pessoas; sete viviam em um núcleo com quatro pessoas; quatro em um núcleo com

cinco pessoas; três em um núcleo com até seis pessoas e cinco viviam em um núcleo acima de seis pessoas. Ou seja, a maioria das famílias dos ribeirinhos que vive nos bairros Cabelo Seco e Santa Rosa é composta de seis a oito pessoas por núcleo, vivendo com apenas um salário mínimo. Cada família possui um número entre seis ou mais pessoas, com uma estimativa de quatro a cinco crianças por núcleo familiar.

Em relação à escolaridade das chefes de famílias entrevistadas: doze afirmaram possuir apenas o ensino fundamental incompleto; duas, o ensino fundamental completo; uma, o ensino médio; e seis se declararam analfabetas.

A vida nos abrigos desencadeia novas formas de sociabilidade, diferentes das praticadas nas margens dos rios. Muitos chefes de famílias expressam a dificuldade em levar seus filhos para a escola quando estão morando nos abrigos, isto acontece devido à falta de recursos financeiros, considerando que muitos filhos de ribeirinhos estudam em escolas fora do espaço onde moram. E nesse sentido, necessitam de transporte coletivo.

Constata-se que vários fatores acabam contribuindo para que os filhos dos ribeirinhos se ausentem da escola no período das cheias. O fato de um número significativo de famílias viverem com apenas um salário mínimo e ainda terem que pagar transporte coletivo para sua família, acaba sendo um problema a mais.

Considerando, o mês de 30 dias e que em média cada família tenha pelo menos quatro filhos e que todos estejam frequentando a escola, e que o preço da passagem seja de R\$ 2,50 e o valor da meia passagem seja, portanto, de R\$ 1,25, o custo diário passa a ser de R\$ 5,00, o que, em 20 dias úteis, somam R\$ 100,00 reais, valor que serão gastos com transporte dos filhos à escola por família/mês. Esse valor representa 13,81% do valor do salário mínimo vigente que era de R\$ 724,00 em 2014.

Ao contrário, quando estão nas suas residências de origem, nas margens dos rios, os filhos dos ribeirinhos, na sua maior parte, são levados pelos seus pais nas pequenas embarcações utilizadas pelos ribeirinhos na prática da pesca.

Em relação à alimentação da família ribeirinha há uma mudança considerável. A dieta alimentar que é enriquecida com o consumo de peixe,

principalmente no período da vazante, é substituída pelo consumo de alimentos industrializados, que são improvisados nos abrigos, como salsicha e enlatados em geral, às vezes compartilhados por mais de uma família. A prefeitura não se responsabiliza pela alimentação das famílias desalojadas. Sem opção, estas se veem diante de situações difíceis de serem ajustadas, tendo em vista o número considerável de crianças por núcleo familiar.

Gestos de solidariedade são comuns nessas situações de convivências nos abrigos temporários. Há o compartilhamento dos alimentos que foram coletados, comprados ou doados. Da mesma forma, dividem-se os donativos entregues pela Defesa Civil através dos caminhões da prefeitura municipal. Na visita em loco nos abrigos constatei que entre os donativos mais comuns estão colchões, lençóis, cobertores, roupas de crianças, sabonetes, papel higiênico, e, em algumas situações, são entregues cestas básicas.

Diante desta situação de carência e insalubridade nos resta compreender as estratégias de sobrevivência da cultura ribeirinha, considerando as dúvidas e as incertezas de que dias melhores virão para quem vive na Amazônia neste início de século XXI.

4.2 – AS ESTRATÉGIAS DE VIDA RIBEIRINHA

A esta altura do trabalho, a indagação que fazemos é: como o ribeirinho percebe a desorganização do seu espaço afetado pelas cheias no município de Marabá? Quais dimensões sociais devem ser analisadas diante das cheias que vêm ocorrendo ao longo de décadas nos bairros Cabelo Seco e Santa Rosa? E, por fim, quais as expectativas diante das ações do poder público? Da mesma forma, deve-se levantar a seguinte questão: quais são as estratégias de sobrevivência mais utilizadas pelos ribeirinhos em época de constrangimento ambiental?

As circunstâncias adversas enfrentadas pelos ribeirinhos em situação de cheia dos rios Itacaiúnas e Tocantins não estão em nenhum momento relacionadas a fatores de desastres ambientais ou catástrofes inesperadas

com a subida dos rios. Esta premissa nos faz pensar então em outras possibilidades prováveis.

É importante ressaltar que o município de Marabá é formado a partir de rios que circundam a cidade. Esta formação acabou dificultando ainda mais a expansão da cidade e facilitou uma maior exclusão social de grupos sociais mais pobres. Neste sentido, só restou a opção de se criar estratégias de sobrevivência na cidade ou em torno dela.

O núcleo urbano da Marabá Pioneira, na medida em que foi se expandindo, encontrou os acidentes hídricos, que constituíram em um obstáculo para a expansão contínua da cidade. Ao norte, está o rio Tocantins; ao sul, o rio Itacaiúnas; a oeste, a junção dos dois rios, e a leste, encontram-se os varjões alagadiços que se estendem por mais de dois quilômetros até os limites da Nova Marabá. Esses fatores limitantes fizeram com que a ocupação fosse feita preferencialmente em terrenos de cotas mais elevadas e melhor localizados, onde muito raramente eram atingidos pelas enchentes, adquiridos principalmente por pessoas com alto poder aquisitivo (SALIS; OLIVEIRA, 2013:17).

A situação de um constrangimento ambiental, de forma temporária, com a subida dos rios, levou os ribeirinhos a elaborar estratégias de sobrevivência enquanto esperam a vazante dos rios; neste momento eles buscam conviver com o fenômeno da cheias, mesmo em condições adversas.

Todos os relatos disponíveis mostram que os moradores tinham uma familiaridade com o problema das enchentes e conseguiram estabelecer um convívio com o mesmo ao longo dos anos. As enchentes vinham de forma gradual e os moradores sabiam o momento em que se fazia necessário deixar a habitação e ir para outro local, geralmente o bairro Amapá, do outro lado do rio Itacaiúnas. A forma rústica das construções e a simplicidade das mesmas, no que dizia respeito aos utensílios domésticos disponíveis, permitiam a retirada rápida para outros locais e a reconstrução também rápida das habitações depois das águas baixarem (ALMEIDA, 2009:174-175).

No município de Marabá, muitas famílias se recusam a sair das suas residências alagadas, outras aceitam a ajuda por tempo determinado, vivendo nos abrigos construídos pela Defesa Civil. Entretanto, a maior parte delas acaba retornando às suas residências por considerarem que as mesmas ficam vulneráveis a roubos por estarem desabitadas na época das cheias.

Ressaltamos que uma pequena parcela de moradores adapta as suas residências como uma forma de permanecerem nos locais onde reproduzem seus modos de vida, ou seja, nem chegam a morar nos abrigos temporários cedidos pela prefeitura, e neste sentido constroem casas flutuantes que acompanham as subidas e descidas dos rios. Entretanto, esta prática é mais comum nas áreas de várzeas¹⁵, muito presentes nos estados do Pará e Amazonas.

Este tipo de arquitetura exige conhecimentos e saberes por parte dos ribeirinhos sobre o tipo de madeira mais adequada para a edificação da casa flutuante na Amazônia.

Tábuas de itaubeiras (*Mezilaurus ita-uba* (Meissn) Taubert ex Mez) para construção de embarcações são encomendadas na vazante, mas é na enchente o melhor período para sua extração. O escasseamento do assacuzeiro (*Hura crepitam* L.) – principal espécie de árvore a servir de (sic) bóia para sustentar a estrutura da casa flutuante – às margens dos grandes rios, são explorados e derrubados, para na subida das águas, serem rebocados e entregues aos proprietários (MATOS, 2009:6).

Outra estratégia de sobrevivência do ribeirinho são as marombas. Os ribeirinhos da cidade necessitam conviver com as cheias todos os anos, por isso criaram estratégias de moradia capazes de lhes garantir a permanência próxima dos rios. Dentre essas estratégias estão as marombas, que são edificações temporárias de tábuas que servem para elevar os assoalhos das residências nos períodos das cheias. Essas edificações datam de épocas remotas e sempre foram utilizadas por caboclo, ribeirinhos, coletores e agricultores que vivem na Amazônia.

A maromba é um jirau alto, feito de tábuas ou troncos, muito utilizado para a suspensão do gado durante as grandes enchentes na região amazônica. Trata-se de uma estratégia utilizada por ribeirinhos para

¹⁵ As terras das várzeas amazônicas estão entre as mais férteis do mundo. Tem, em média, 6,4 vezes mais sódio do que as terras altas da região. As várzeas são 3,6 vezes mais ricas em potássio, 10 vezes mais em cálcio e 45,5 vezes mais em magnésio. Incluindo a região das ilhas, somente no estado do Pará são 8,5 milhões de hectares de várzeas. Estudos científicos comprovam o que sabiam os indígenas, há milênios, e os ribeirinhos há séculos, que ali, a despeito de tamanha sazonalidade, tudo que se planta dá, nos seis meses em que é possível manter os roçados. Rostos da cheia e improvisação - a pobreza sobre a riqueza das várzeas amazônicas. Jornalismo Ciência Ambiente, 27/05/2014.

suspender as pequenas plantações, servindo ainda de abrigos para animais domésticos, como galinhas, porcos, patos, etc.

Trata-se de saberes que foram adquiridos pelos ancestrais indígenas para se protegerem das cheias e dos animais peçonhentos; estratégias para se manterem perto dos seus pertences pessoais, etc. As marombas também servem para proteger o gado em algumas situações extremas, bem como as hortaliças e frutas.

É importante destacar que os moradores das várzeas adaptados às enchentes periódicas sempre mantiveram produção agrícola e criação de aves. A produção agrícola se dava em balcões suspensos a dois metros do solo. Porém, a cheia de 2009 não permitiu esta prática em decorrência da forte correnteza do rio, que arrastou toda estrutura desse tipo de plantio. A água do rio invadiu as casas dos ribeirinhos (moradores da várzea) fazendo com que muitos migrassem para a cidade ou para as terras-firmes. A maioria dos ribeirinhos preferiu permanecer em suas residências e para tanto construíram um novo assoalho sobre o principal (conhecido como maromba) (SOUZA; ALMEIDA, 2010:7).

Os tipos de madeiras mais utilizadas para a construção das marombas são: para a estrutura, o açacu ou Assacu, por ser leve flutuante e resistente à umidade, e para o assoalho, geralmente, a copiúva (também conhecida como peroba do Norte), andiroba¹⁶ ou de louro-gamela¹⁷, por serem mais resistentes à água.

Diferente grupos sociais, que vivem na Amazônia, procuraram entender como acontece o fenômeno das cheias, e, desta forma, passaram a participar como observadores hidrológicos, capazes de auxiliar pesquisadores e técnicos através dos seus saberes populares. Entender o fenômeno das cheias e vazantes é determinante para a sobrevivência dos grupos sociais que vivem nas proximidades dos rios.

As estratégias não são somente de ordem da infraestrutura, a exemplo da adaptação das casas ao período das cheias, mas também em relação ao estoque de alimentos para o período compreendido pelas cheias, principalmente. Ressalte-se que esta é uma realidade mais factível para os

¹⁶ Na língua Tupi-Guarani é conhecida como óleo amargo. No Brasil, ela está presente em toda a Bacia Amazônica, principalmente em regiões de várzeas e áreas alagáveis como os igapós, sendo encontrada do Pará à Paraíba.

¹⁷ Muito presente nas matas de terra firme na Região amazônica, principalmente nos estados do Amazonas, Pará e Amapá e nas Guianas.

grupos de ribeirinhos que vivem nas áreas de várzeas por estarem mais distantes dos centros das cidades. Desta forma, a possibilidade de comprarem mercadorias, mesmo sendo industrializadas, para o sustento da família, é mais difícil.

Estratégias de sobrevivência das populações ribeirinhas – A sobrevivência de uma população depende de um balanço mínimo entre os recursos disponíveis e a demanda destas populações por estes recursos. Se a demanda flutua, ou como no caso da várzea, a disponibilidade dos recursos flutua muitas das atividades de subsistência servem para controlar ou compensar estas flutuações, para assegurar a sincronização espacial e temporal entre demanda e recursos (JOCHIM, 1981). Segundo Meggers (1971), a fase terrestre (baixo nível das águas) é um período de abundâncias concentradas ou até mesmo superabundância de alimentos silvestres e cultivados, enquanto que a fase aquática (cheia) é caracterizada por uma relativa escassez de produtos vegetais e dispersão da fauna aquática (PEREIRA, 2007:17).

O povo Amazônico tem vivido diferentes experiências. As políticas públicas de Estado não surtiram quase nenhum efeito no desenvolvimento social da população, desde 1960, além disso, há a ausência de projetos sociais que de fato alavanquem a Amazônia do estágio de nostalgia e estagnação em que se encontra. Sem perspectivas, só resta ao ribeirinho o uso das estratégias aliadas aos saberes adquirido.

As estratégias são fontes de conhecimentos presentes na gastronomia, na construção de embarcações de pequeno porte, no uso da madeira apropriada à construção de casas, etc.

Com este entendimento, fica mais fácil compreender que existe uma característica inerente ao processo de ocupação humana na Amazônia, que considera a vasta biodiversidade ali existente e o grande número de espécies de plantas e animais, os quais representam uma fonte de sobrevivência para as populações humanas nas áreas ocupadas há milênios. Por isso não podemos de deixar de fazer referência às populações indígenas como os primeiros povos a ocuparem a região na Amazônia pré-colonial (Neves, 2006:19-20). Além disso, todo esse processo de ocupação construiu uma representação sociocultural na região, podendo-se constatar ali uma quantidade notável de línguas indígenas, faladas por diferentes etnias.

Diferentes partes da Amazônia já eram ocupadas em torno de 7000 a.C. As evidências vêm de locais muitos diversos: da Serra dos Carajás, no estado do Pará; da bacia do rio Jamari em Rondônia; da região do rio Caquetá (Japurá) na Colômbia; do baixo rio Negro próximo a Manaus; e do alto rio Orinoco na Venezuela (Neves, 2006:24). Apesar da escassez de dados, já se pode afirmar que havia um padrão nas estratégias de exploração de recursos da região Amazônica que valorizava a biodiversidade da região, pois os indígenas eram (são) caçadores especializados na caça de animais de pequeno porte, também eram (são) coletores de frutas e outros alimentos, e viviam (vivem) ainda da pesca (Ibidem, 2006). O ribeirinho que vive em Marabá é resultado desta combinação de fatores imbricados culturalmente.

O processo de ocupação do solo amazônico não se deu apenas pelos rios, mas também pela agricultura. É provável que os colonizadores iniciais, que tinham seus modos de vida organizados em torno da caça, pesca e coletas já praticassem algum tipo de manejo de plantas, como aconteceu na Amazônia equatoriana, onde algumas plantas selvagens são manipuladas com o objetivo de desenvolver variedades no uso e para alimentação (Ibidem, 2006).

O forte domínio mercantil da década de 1960 vai sendo subordinado ao capital industrial e financeiro a partir da década de 1980. Em Marabá parece-me que este fenômeno está se delineando com grandes mudanças nesta mesma década. O grupo social que se sustentava do capital mercantil vê-se diante de uma nova realidade.

4.3 – O “DESASTRE” É SOCIAL NA AMAZÔNIA

Torna-se importante neste estudo ratificarmos que julgamos que a literatura sobre os desastres ambientais é insuficiente para se pensar o comportamento do ribeirinho diante das cheias na Amazônia paraense, mesmo considerando o fato da existência de desastres naturais no Brasil. Sem dúvida, essa discussão tem causado em muitos autores uma inquietação sobre o ordenamento dos seus pensamentos e de suas perspectivas. Mas não priorizamos a discussão sobre as mudanças

climáticas nesta tese, apesar de que muitos dos fenômenos que ocorrem na Amazônia sejam naturais, ou seja, provocados por ações do clima. Neste sentido, não tomamos como ponto de partida o debate sobre o desastre natural mediante estudos sobre as mudanças climáticas.

Diferentemente de um acontecimento de desastre, o constrangimento ambiental causado pelas cheias e vazantes dos rios, como é o caso no município de Marabá, sem desconsiderar a dimensão deletéria proporcional ao espaço ocupado passa a ser uma discussão importante desta pesquisa.

Em termos de proporção e importância do efeito causado aos grupos sociais que vivem na Amazônia, entre os desastres naturais e os constrangimentos ambientais, não achamos diminuída a importância teórica sobre os desastres naturais. Entretanto, a decisão neste estudo de priorizar os constrangimentos ambientais está no fato de as cheias serem graduais no meio ambiente Amazônico e em relação à vida ribeirinha. Por isso o desastre de fato tem sido social para a maior parte dos grupos sociais dispersos nessa imensidão chamada Amazônia.

A discussão sobre os acontecimentos e os problemas ambientais não se concentra na temática dos desastres naturais, isto porque diferentes grupos sociais presentes neste território têm convivido com as cheias e as vazantes durante séculos, a exemplo dos índios, dos ribeirinhos das várzeas, dos ribeirinhos da cidade, dos destribalizados, dos caboclos, dos quilombolas, etc.

Na Amazônia, as águas sobem e avançam para os centros das cidades lentamente, dando aos ribeirinhos a oportunidade de se deslocarem do local afetado ou de permanecerem no local recorrendo às marombas ou a casas flutuantes. Esses deslocamentos acontecem de forma ordenada, no período das cheias, sempre nos mesmos meses do ano e podem ser chamados de deslocamentos pendulares, sazonais, cíclicos, horizontais e fronteiros entre as margens dos rios e os bairros da cidade. Por isso, consideramos que seja um evento de transumância e não de desastre natural.

Para os ribeirinhos, as chuvas são importantes para a limpeza e fertilização do solo, para a renovação de um novo ciclo das águas dos rios, para a prática da pesca. Nesse entendimento foi fundamental analisar os

dados sobre as ocorrências dos alagamentos e das inundações no Brasil, por regiões e Estados, com o objetivo de visualizarmos o panorama dos afetados, desalojados e os que sofrem danos materiais, pois os alagamentos afetaram aproximadamente 25 mil pessoas (Brasil, 2012).

O alagamento é resultado da combinação de precipitações intensas com a deficiência no sistema de escoamento dos sistemas de drenagem, o que traz como consequência o acúmulo de água em vias, edificações e outras infraestruturas nas cidades, gerando transtornos e danos para a população (Brasil, 2012:47). A inundação, diferentemente, é um desastre geralmente ocasionado por chuvas prolongadas, em áreas mais planas e em fundos de vale (Ibidem, 2012:55).

TABELA 4: NÚMERO DE PESSOAS AFETADAS POR ALAGAMENTOS NO BRASIL EM 2012.

Número de afetados por alagamentos	Número de pessoas desalojadas	Número de pessoas desabrigadas
24.581	954	1.048

Fonte: (Brasil, 2012).

O número de afetados por alagamento na região norte em concentrações urbanas tem trazido muitos transtornos, entretanto os dados precisam ser melhor interpretados para que desta forma possamos entender as diferenças entre os eventos na região Amazônica.

O problema está na forma como os dados são interpretados e analisados em relação à diferença entre um alagamento e uma inundação, ou seja, entre uma cheia (subida das águas lentamente) e uma enchente (subida das águas bruscamente). Enquanto uma cheia pode trazer apenas transtornos para os moradores das cidades, as enxurradas e as enchentes podem ser extremamente deletérias para as populações mais expostas, podendo até provocar vítimas fatais. Da mesma forma podem ser considerados os efeitos desastrosos do rompimento de uma barragem ou de diques construídos próximos às cidades. Este último exemplo pode ser caracterizado como desastre, dependendo da sua dimensão social.

No contexto da Amazônia é possível ser feito uma interpretação cultural sobre o ambiente social onde vivem diferentes grupos sociais acostumados com os períodos das cheias e vazantes. Esses ciclos movimentam a economia de cidades, aperfeiçoa a produção agrícola, fertiliza os solos, muda comportamentos, além de estabelecer diferentes formas de se viver em cidades circundadas por rios de grandes extensões. Essas dimensões territoriais não são vistas como desastres naturais pelas populações que lá vivem.

Tal fato é resultado dos eventos hidrológicos extremos observados em 2012, na região Norte. Porém, o que pode estar por trás desses números elevados é uma ainda persistente dificuldade em se distinguir diferentes desastres hidrológicos no país, havendo confusão entre alagamentos e inundações, esse último, sim, apresentando potencial de afetar grandes contingentes populacionais (BRASIL, 2012:51).

Portanto, as cheias se diferenciam na Amazônia pelo fato de avançarem lentamente sobre o espaço da cidade, em um cenário de convivência de populações ribeirinhas com este tipo de fenômeno, peculiarmente no norte do País. Esta acomodação temporária é também sazonal, presente na época das chuvas na Amazônia, logo, faz parte dos ciclos das águas em períodos de cheias e vazantes.

A partir deste esclarecimento sobre acontecimentos que produzem desastres ou um constrangimento ambiental, nossa perspectiva dos processos de convivência de grupos sociais na Amazônia que experimentam as cheias e as vazantes exige uma interpretação teórica de viés cultural, sem necessariamente considerar esse evento um desastre natural. Entretanto, esclarecemos que não refutamos a existência de desastres, os quais têm ocorrido em várias partes do mundo, inclusive no Brasil, mas não é o caso deste tipo de ocorrência nesta parte da Amazônia no estado do Pará.

Sabe-se que a América Latina não está isenta dos fenômenos naturais, e que este tipo de fenômeno tem provocado incalculáveis perdas materiais e de vidas humanas. As grandes inundações nos países latino-americanos, como consequência do El Niño que causou e tem causado desolação e morte no Equador, Peru e Argentina, são exemplos desta

realidade. Neste sentido, os países em desenvolvimento da América Latina e Caribe são os que têm apresentado mais desastres nas últimas décadas resultando em centenas de mortes (Burón 2003).

Hoje ninguém tem mais dúvida de que a Amazônia é ocupada de forma desordenada. Se havia um sentimento de espaço vazio até a década de 1960, logo isto foi mudando, alterando o reordenamento da ocupação e o pensamento dos pesquisadores.

A região Norte foi a que mais cresceu em comparação as outras, conforme dados do Censo de 2010¹⁸, passando de uma taxa de 7,6% para 8,3%. O Censo 2010 mostra também que a população é mais urbanizada que há 10 anos: em 2000, 81,25% dos brasileiros viviam em áreas urbanas agora são 84,35%. A população do Pará saiu de 6.192.307 para 7.588.078, o que corresponde a um aumento de 22,54% (Relatório, 2005).

Segundo os especialistas do clima, as mudanças climáticas têm provocado secas extremas e perda de vegetação, criando cada vez mais espaços abertos de desertos nos leitos dos rios, e com isso os rios sobem com as chuvas, e, desta forma, um maior volume de água chegará mais facilmente às margens dos rios com maior intensidade (Rittl, 2006; Fearnside, 2009; IPCC, 2007), provocando as cheias e os alagamentos nas cidades, atingindo principalmente os ribeirinhos, mas também a Amazônia viveu secas extremas no século XX causando transtornos e prejuízos às populações.

O “mar” virou sertão em diversos municípios amazônicos e surpreendeu o mundo em 2005. Barcos encalhados em enormes bancos de areia, milhares de peixes mortos nos rios com vazão minguada e comunidades de ribeirinhos sem comida e água boa para consumo mudaram a paisagem da Amazônia. As imagens típicas de áreas desérticas ainda causam espanto, não apenas porque foram registradas na região que abriga 20% da água doce disponível do planeta, mas principalmente pela causa do fenômeno. Grandes secas atingiram a Amazônia no século 20, como em 1925-1926, 1961, 1982-1983 e 1997-1998, provocando aumento das queimadas e graves impactos à população. Todas elas foram atribuídas ao El Niño intenso, fenômeno climático periódico que tem como uma de suas características o aquecimento acima do normal das águas do Pacífico próximas à costa do Equador e do Peru. No entanto, em 2005 foi um outro tipo de anomalia climática que secou o oeste e o sul, e não o

¹⁸ **Fonte:** IBGE – Censo Demográfico de 2000 e 2010.

centro e o leste amazônico, como nos anos de El Niño. Estudos indicam que o aquecimento anormal de quase 1º C nas águas tropicais do Atlântico Norte ocasionou a calamidade. O mesmo fenômeno oceânico teria aumentado a incidência de furacões no Caribe, na América Central e no sul dos Estados Unidos (ARTAXO, 2006). Como as chuvas não vieram, o nível de alguns dos principais rios da região, como Solimões, Madeira, Purus, Juruá e Acre, diminuiu muito. A navegação foi suspensa em diversas áreas. A seca também favoreceu o fogo. Em setembro de 2005, houve um aumento de 300% nas queimadas, em relação ao mesmo período de 2004 (MARENGO, 2006 citado por RITTLL, 2006:19).

Contudo, apesar de toda a discussão que envolve a questão sobre as mudanças climáticas e suas interferências sobre o meio ambiente e os grupos sociais mais expostos, é necessário maior embasamento teórico sobre esses fenômenos.

Na Amazônia paraense, ainda que sejam consideradas as grandes mudanças no seu território, o debate nas últimas décadas se concentrou no processo de ocupação, nos conflitos em terras indígenas, no avanço da fronteira, na ecologia, no desenvolvimento sustentável, no desmatamento, etc. Muito pouco é dedicado ao comportamento sociocultural dos ribeirinhos, suas formas de vida, práticas sociais e meios de subsistência.

Burón (2003), já alertava para o desenvolvimento econômico dos últimos anos e que as obras de infraestrutura nas grandes cidades de fato poderão produzir desastres de consequências catastróficas para as comunidades. Entretanto, os riscos e as ameaças a uma região ou a um país que podem comprometer a sobrevivência das pessoas dependem da vulnerabilidade a que estas pessoas estão expostas.

Lembrando-se do que está por trás de todo o processo de industrialização e do consumo das nações, a exemplo, do aquecimento global, vive dilemas e paradoxos entre colocar em prática as ações cotidianas, capazes de apontar saídas para este quadro de desconfiança, ou esperar as ações deliberadas e abstratas sobre os efeitos do clima.

Disso decorre o que o próprio autor nomeia como paradoxo de Giddens: face ao caráter abstrato representado pelo aquecimento global (não se trata de ameaça espacialmente palpável ou imediatamente situada no tempo), por mais assustadores que sejam os cenários futuros desenhados pelo saber perito, a conduta cotidiana segue marcada pela falta de ação afirmativa para a questão. O fato de se saber que, neste caso, esperar os

traços mais visíveis da mudança climática será seguramente tarde para o início de trajetórias de reversão, faz do paradoxo de Giddens um indicador do limite crítico do fenômeno da confiança em tempos de desencaixe espaço-temporal. O arsenal de informações sobre o aquecimento global, bem como as propostas de mitigação de seus impactos – que passam pela disseminação de tecnologias renováveis, estratégias de tarifação verde e adoção de princípios de políticas públicas (tais como os da precaução e do usuário poluidor-pagador) – trazem um panorama instigante para novas etapas do que o autor chama de industrialismo (MARTINS, 2011: 239).

Diante desse modelo de crescimento econômico e de desenvolvimento social, os diferentes grupos sociais têm se organizado no sentido de conviver com as mudanças estruturais engendradas pelo capital e pelo efeito da globalização. Esta perspectiva é pensada diante de estratégias de sobrevivência considerando as diversas variáveis que têm interferido no modo de viver das populações ribeirinhas.

De outro modo, continua sendo difícil mensurar todas as variáveis que produzem as alterações climáticas do planeta, dificultando por sua vez a previsibilidade, principalmente na Amazônia, que detém a maior parte da cobertura verde do planeta.

Os modelos de previsão global produzem valores pouco confiáveis quando aplicados no nível regional. A maior parte dos modelos leva em consideração os fluxos de energia entre solo, ar e oceano, mas subestimam o papel do uso e da cobertura da terra nesses fluxos. A Amazônia, por exemplo, vem exercendo um papel de tamponamento de variações de temperatura devido à grande quantidade de água circulante e da evapotranspiração. A diminuição da sua cobertura vegetal nativa produziria efeitos de difícil previsão sobre todo o planeta, já que haveria uma excedente de água e calor a ser redistribuído globalmente (GERTEN et al., 2004). Alterações nos padrões de temperatura e precipitação acarretam necessariamente em mudanças nas práticas agrícolas. Por outro lado, essas alterações de uso da terra promovem alterações de ciclos de nutrientes, água e calor (NOBRE et al., 2007). Esses processos de retroalimentação das mudanças climáticas globais são raramente considerados nos modelos de previsão (BRASIL, 2008:10).

As transformações e as mudanças sofridas nestes países nas últimas décadas têm sido o sinal de alerta para se pensar em planejamentos e políticas públicas que sejam capazes de neutralizar tais ações deletérias.

Uma das críticas às "sociedades modernas" é sua incapacidade de considerar, a longo prazo, os impactos ambientais prejudiciais ao seu

desenvolvimento econômico e ao crescimento da população, sendo incapazes de prever o potencial catastrófico de sistemas complexos. Também são constatadas sociedades modernas que criaram os seus "*welfare states*" para proteger suas populações contra os piores efeitos do desemprego estrutural, contra acidentes e doenças, contra os problemas econômicos e para propiciar um melhor envelhecimento. Diferentemente, existem aquelas que praticam o mais puro *laissez-faire*¹⁹ (Barton, 2005:132).

No caso da Amazônia paraense, a dimensão social da questão dos ribeirinhos, na percepção de ameaças e vulnerabilidades, está no fato de eles terem de se deslocar temporariamente para fugir das cheias dos rios, devido às doenças a que ficam então expostos. Além desse aspecto, existe a ameaça de picadas de insetos que podem transmitir doenças tropicais características nesta parte da Amazônia, como febre amarela, malária, dengue, entre outras.

Entretanto, a pobreza, a desigualdade social, o baixo índice de desenvolvimento social, a ausência de infraestrutura adequada aos meios de vida de ribeirinhos têm sido determinantes para definir o fosso entre os incluídos e os excluídos socialmente, tanto em relação aos espaços ocupados de melhor e maior valor no mercado imobiliário, como em relação aos que podem ter acesso às melhores condições de vida social. Daí se concluir que a Amazônia continua sendo o celeiro de recursos naturais a serviço do capital.

A extensão da precariedade do saneamento básico, da coleta e armazenamento do lixo e do tratamento da água potável revela alguns dos problemas graves vividos pela população Amazônica. Esses problemas acabam interferindo no meio ambiente e na vida social. O poder público tem se dedicado muito pouco às dimensões deletérias e seus efeitos sociais em diferentes grupos.

O discurso produzido nos leva a pensar que a condição de vulnerabilidade é de total iniciativa de quem está em uma área que pode sofrer algum tipo de constrangimento ambiental, a exemplo do discurso

¹⁹ No qual a dinâmica do mercado extrapola a economia interferindo em outros aspectos da sociedade, inclusive no que se refere às questões socioambientais.

produzido pelo Estado ao dizer que é sabido por parte dos ribeirinhos que estão em áreas de risco.

Ao contrário, a vulnerabilização é circunstanciada a uma situação de maior “controle” por parte dos ribeirinhos ou de outros grupos sociais. Entretanto, esses grupos teriam a capacidade de interpretar os fatores de ameaças fazendo ajustes para novas estratégias, mesmo admitindo que haja desorganização na rotina e no modo de vida desses grupos, a exemplo dos ribeirinhos da Amazônia, acostumados com a sazonalidade das águas dos rios.

O processo de vulnerabilização estaria, assim, associado à interferência de fatores de ameaça quaisquer sobre os aspectos reprodutivos dos modos de vida susceptíveis (WATSON et al, 1997), o que, para povos tradicionais, como caboclos, que convivem há muitas gerações com a sazonalidade das águas no Médio Solimões – isto é, integram seu modo de vida à dinâmica natural do ecossistema fluvial – significaria lidar com o impacto de ameaças excepcionais diante as quais o repositório da cultura tradicional tem que fazer ajustes entre o já sabido e experimentado e as novas circunstâncias, as quais exigem a produção de novas estratégias num ritmo mais acelerado do que essas podem emanar. Tais ameaças podem exercer pressões sobre o *habitus* ribeirinho de tais grupos, desorganizando sua rotina bem como suas estruturas sociais delas dependentes e rompendo os quadros de referência sócio-culturais, incluindo os que norteiam a espacialização da moradia e demais atributos de seu território (VENTURATO, 2011:1-2).

Esta constatação tem se refletido na vida dos ribeirinhos de Marabá. Sem perspectivas de se estabelecerem em outros territórios, haja vista a desleal disputa por novos territórios, eles vivem em constante conflito com o capital representado pelo mercado imobiliário, principalmente, mas também por outros setores econômicos. Os ribeirinhos se encontram cada vez mais “espremidos” entre as margens dos rios e a cidade. Mesmo diante deste cenário de avanço do mercado e do espaço em disputa, ainda assim eles tentam preservar seus modos de vida.

No caso de Marabá, estas formas de dominação estão presentes na forma como os espaços locais são ocupados e “distribuídos” com a concessão e anuência do Estado brasileiro. As empresas do ramo do mercado imobiliário e os comerciantes acabam sendo priorizados pelo poder local através de incentivos fiscais, com o discurso de que trazem o

desenvolvimento local. Do outro lado, diversos grupos sociais acabam sendo preteridos.

O dilema entre viver ou não na cidade só tem aumentado à vulnerabilidade desses grupos. Sem escolha, a decisão de ficar no seu próprio espaço tem levado a diversos problemas socioambientais.

Compreende-se que há um dilema do ribeirinho que vive nas áreas urbanizadas da cidade. Se, de um lado, ele tem a possibilidade de desenvolver a prática da pesca artesanal, mesmo que em proporções tímidas, para sua subsistência, de outro, ele terá que conviver com a poluição dos rios e com o adensamento populacional. Na cidade, grande quantidade de dejetos é despejada todos os dias, como resíduos sólidos, líquidos, orgânicos e inorgânicos, sem nenhum tratamento.

O ribeirinho acabou incorporando práticas, como por exemplo, ir ao banco, realizar a feira da semana, ir ao trabalho, ir à igreja, etc. De outro lado, enaltece o fetiche pela natureza, que visa à contemplação dos rios, a pesca, a vida compartilhada em grupo no momento das manifestações socioculturais. A vida híbrida do ribeirinho tem demonstrado algumas discrepâncias difíceis de serem pensadas e calculadas ao longo de décadas de ocupação.

De qualquer forma, a responsabilidade ambiental dos ribeirinhos do município de Marabá é dividida entre os diferentes segmentos sociais que poluem o espaço ocupado. Na cidade, o espaço segmentado é dissipado entre as residências, os estabelecimentos comerciais, o mercado de carne e peixe, as instituições públicas e privadas, os camelôs-vendedores, os ribeirinhos, os transeuntes, etc.

Além dos aspectos levantados, deve-se entender que os ribeirinhos dos bairros Cabelo Seco e Santa Rosa dependem dos recursos naturais para sobreviver, principalmente durante as cheias. Neste sentido, eles estabelecem estratégias de estoque a partir dos recursos disponíveis na natureza como uma forma de viver durante o ciclo da cheia, principalmente, quando há maior escassez de peixes.

Diante das estratégias compensatórias no modo de viver dos ribeirinhos nas áreas alagadas, que ocorre em consequência do aumento do volume de chuvas em várias épocas do ano, há a necessidade de os

ribeirinhos da cidade pensarem acerca dos recursos disponíveis e das demandas sociais, principalmente durante os 6 meses de chuvas no ano.

A vida na cidade tem seu custo social, mas a decisão do ribeirinho que vive em Marabá acaba sendo a de permanecer no espaço afetado, onde ocorre o constrangimento ambiental. Esta decisão tem a finalidade de garantir a sua sobrevivência e a reprodução das suas práticas culturais.

A simples decisão de permanecer no espaço em marombas, no período das cheias, ou de retornar às suas residências na vazante, reproduz a legitimação das suas vontades quando dizem que “Aqui é melhor do que lá”, ainda que existam fatores contrários à sua permanência. São formas de resistências, de lutas, resultantes de suas formas de organização, de sua cultura e de suas tradições.

SEÇÃO V

“AQUI É MELHOR DO QUE LÁ” – OS DILEMAS DA VIDA NA CIDADE

Caucho, castanha, madeira e minério,
Enchente dos rios já se tornou assunto sério,
Nossa pecuária cada vez mais em expansão,
Turismo chegando como a salvação,
Em pleno final do século que completas cem anos de fundação,
Nossa terra e nossa gente passam por grande transformação,
Acordar e sair deste berço sonolento,
Rios,
Irradiar alegria, propagar a harmonia, preservar a natureza,
Amar, respeitar e zelar Marabá, além de dever, é nosso alento.

Autor: Francisco Alves – COMDEC-Marabá. Cedido pelo autor em 2012.

Partimos do entendimento de que os problemas socioambientais devem ser interpretados e analisados como um acontecimento social importante neste início de século XXI. Esses problemas têm acometido principalmente as populações mais pobres da Amazônia nas últimas décadas, que sofrem uma espécie de “racismo ambiental”, nos termos de Bullar (2005), o qual tem como alvo principal os povos tradicionais, subjugados à pobreza extrema, à exclusão social e em alguns casos, às mudanças climáticas em virtude das constantes alterações ecossistêmicas.

A concepção dominante do que venha a ser o “meio ambiente” é muito pouco sensível às dimensões sociais dos problemas gerados aos grupos mais expostos, considerando que o que prevalece é o processo produtivo. Neste sentido, a questão ambiental costuma ser meramente técnica, alheia a qualquer discussão sobre os efeitos danosos aos grupos sociais. Isto porque, desde 1990, a difusão do neoliberalismo tem como princípio defender que todas as decisões tomadas pelo mercado se realizariam sempre com o máximo de racionalidade, de modo que o mercado, diante dos danos ambientais causados a países, regiões ou grupos sociais mais pobres, elevaria sua eficiência no sentido de produzir racionalmente novas tecnologias mais limpas com o objetivo de beneficiar, principalmente, os mais pobres (Acselrad; Mello; Bezerra, 2009).

O esforço teórico para compatibilizar a questão ambiental com o pensamento desenvolvimentista e economicista ocorre coincidentemente no período áureo do pensamento neoliberal em escala global. Os ajustes estruturais das grandes potências foram impostos a todas as economias periféricas do mundo capitalista em uma operação chamada de *Bretton Woods*²⁰, cujo princípio básico era difundir os programas de estabilização macroeconômica, liberalização financeira e comercial, desregulação dos mercados e privatização das empresas estatais (Acselrad; Mello; Bezerra, (2009); Baruco, (2005).

Os estudos sobre os impasses socioambientais contemporâneos requerem uma análise histórica das relações sociais de produção responsáveis pela apropriação e reprodução de determinados padrões de consumo e exploração dos recursos naturais, os quais são mediados pelos processos ecológicos, considerando que o arcabouço teórico da economia neoclássica considera para sua análise apenas o que será explorado e consumido (Leff, 2008).

Vale ressaltar dois grandes acontecimentos mais contemporâneos que são apontados como marcos histórico. O primeiro foi a Conferência de Estocolmo, em 1972, que inicia a discussão sobre os problemas ambientais como sendo globais a partir do momento que as Nações descobrem que não são auto suficientes para dirimirem seus problemas locais, pois estão sujeitas as ações e efeitos globais de outras Nações. O segundo acontecimento trata-se do Relatório de Brundtland (1987), que identificou a pobreza como a maior ameaça ao meio ambiente. Woolfgang Sachs observa que, apesar da pobreza não ter sido associada durante muito tempo à degradação ambiental [...] com o desmatamento e a desertificação em expansão por todo o mundo, os pobres rapidamente foram identificados como agentes de destruição e tornavam-se os alvos de campanhas para promover a consciência ambiental (BARCELLOS, 2008:112).

²⁰ Conhecido como “Acordos de Bretton Woods”, ocorrido em julho de 1944 entre 45 países aliados, no estado de New Hampshire, após a Segunda Guerra Mundial, quando foi acordado que os Estados Unidos seriam os favorecidos, quando foi pautado o controle de boa parte da economia mundial, bem como de todo o seu sistema de distribuição de capitais com o objetivo de definir os parâmetros que iriam reger a economia mundial (Baruco, 2005).

No caso do município de Marabá, os bairros mais antigos foram construídos na parte mais baixa da cidade, o que acabou colaborando para o aprofundamento do problema ambiental. Os rios Itacaiúnas e Tocantins eram muito importantes para o escoamento da produção nos períodos dos principais ciclos econômicos na região, a exemplo dos ciclos da borracha e da castanha, e desta maneira, toda a extensão ribeirinha era utilizada para o escoamento da produção, e era ali que vivia parte da população caboclo-ribeirinha que ajudou a construir a cidade de costas ou de frente para os rios, dependendo do seu ponto de vista, utilizando toda a extensão dos rios para armazenar a produção extrativista da época. Contudo, ressaltamos que permanece até hoje a geomorfologia da cidade com os rios, mas com algumas outras características de uma cidade urbanizada.

Como consequência desse cenário, a ocupação demográfica e econômica na Amazônia engendrou mudanças para as populações locais, principalmente ao ribeirinho da cidade, que passou a viver em um “paisagismo” de conflitos e insegurança socioambiental a partir da década de 1980. Neste contexto as constantes cheias passam a fazer parte deste novo cenário na Amazônia, considerando que lá vivem várias etnias indígenas, população cabocla, ribeirinhos da cidade, operários, etc.

A necessidade dos ribeirinhos de se estabelecerem nas margens dos rios como uma forma de controlar e estocar toda a produção, principalmente nos períodos econômicos mais importantes, fez com que muitos problemas ambientais passassem a fazer parte de um novo cenário no município de Marabá. Isto ocorreu principalmente pela necessidade de ocupação nas proximidades dos rios Itacaiúnas e Tocantins, como uma forma de controlar e assegurar o armazenamento de toda a produção.

A ocupação de áreas vulneráveis a previsíveis enchentes anuais, como é o caso de grande parte da Velha Marabá, justifica-se pela dependência econômica a atividades para as quais o local apresenta grandes vantagens relacionadas ao modo de vida ribeirinha. O desmatamento descontrolado em decorrência das queimadas para formação de pastos e da produção de carvão para as indústrias de ferro gusa, reduzindo a proteção dos mananciais e matas ciliares, influencia a redução do volume dos rios e da biodiversidade, reduz a evapotranspiração e, por conseguinte, a chuva, além de reduzir a capacidade de absorção de poluentes atmosféricos e da reação fotossintética. Além desses problemas a prática das queimadas produz gases nocivos à saúde

e material particulado, que é agravado durante o período da estiagem das chuvas. O uso inadequado do solo para edificações e pavimentação viária da superfície provoca a impermeabilização da mesma, com o aumento do escoamento superficial e redução do escoamento subterrâneo das águas, provocando rebaixamento e redução do lençol freático e agravando os efeitos das inundações em áreas mais baixas da cidade de Marabá durante chuvas intensas (MIRANDA et al, 2006:53).

Ao tomarmos como exemplo o bairro Cabelo Seco, a necessidade de ter de atracar às margens de toda extensão dos rios Itacaiúnas e Tocantins, por parte de pescadores, comerciantes, caboclos, ribeirinhos, etc, acabou facilitando uma maior circulação de pessoas no uso e na ocupação de toda a extensão do bairro para fins de moradia e pesca. Todo este processo de ocupação foi determinante para o agravamento ambiental na região.

A ocupação desordenada acabou facilitando os constantes desmatamentos no bairro, provocando assoreamento e infiltrações de água no solo. Este fenômeno também é conhecido como “terras caídas”, conforme demonstra a figura abaixo:

FIGURA 20: O FENÔMENO DAS “TERRAS CAÍDAS” NO BAIRRO CABELO SECO



Foto: imagem de Augusto Carvalho, 2012.

A diferença nos graus de exposição dos grupos sociais mais vulneráveis às questões ambientais não decorre de nenhuma condição natural, de uma determinação geográfica ou de uma causalidade histórica, mas são resultados de processos sociais e políticos que promovem de forma desigual a proteção ambiental; são processos antidemocráticos de

elaboração e aplicação de políticas sob a forma de normas discriminatórias, prioridades que não são discutidas, além de posturas tecnocráticas, pelas quais uma minoria de “iluminados” tem decidido a vida de uma maioria, o que acaba produzindo consequências desproporcionais sobre os diferentes grupos sociais (Acselrad; Mello; Bezerra, 2009).

Diferentemente do campo teórico da economia neoclássica, no qual o que interessa é a maximização de resultados, a teoria marxiana nos possibilita compreender a transformação social da natureza em um dado território, tendo em vista as suas formações históricas específicas e as relações próprias de dominação nele estabelecidas, dado a problematização entre sociedade-natureza. Essa teoria também ajuda a elucidar as disputas internas entre grupos sociais e classes sociais pela hegemonia na forma de uso, regulação e apropriação local da natureza (Martins, 2004).

Explicitando melhor esta relação entre recursos naturais e fatores econômicos e ambientais envolvidos, observa-se que os próprios ribeirinhos que vivem em Marabá também podem ser vistos como um dos agentes causadores dos problemas ambientais no município, mesmo que em menor escala. A própria reprodução da vida cotidiana nas margens dos rios tem gerado desequilíbrio ambiental.

Como muitas casas dos bairros Santa Rosa e Cabelo Seco ainda não dispõem de saneamento básico, água tratada, coleta de lixo e sistema de esgoto, os dejetos sólidos em boa parte são jogados debaixo das casas ou acabam escoando para os rios. Esta situação é inerente ao seu modo de vida, sendo difícil de ser solucionado pelo poder público. Por outro lado, o próprio poder público não trabalha com a educação ambiental, não há políticas que possam direcionar ações educativas nos bairros junto aos moradores.

A simples prática de lavar roupas, louças e animais domésticos nas margens dos rios leva a poluí-los com produtos químicos. O assoreamento muitas vezes é causado pelas construções ribeirinhas. Além disso, muitas casas ainda estão em desacordo com as normas das fossas sépticas que visam minimizar a contaminação dos lençóis freáticos.

Este ônus ambiental gerado pela vida ribeirinha acaba servindo de “barganha” para ambas as partes. De um lado, o Estado não disponibiliza de

forma satisfatória toda a infraestrutura necessária para que o município beneficie as populações ribeirinhas através de políticas públicas. De outro, o ribeirinho, sabendo desta situação, não se preocupa em ter maiores responsabilidades sobre os meios sociais e ambientais em que vive. Este acaba sendo um ambiente estratégico para dirimir responsabilidades e conflitos. Entretanto, ressaltamos que as proporções são desiguais na distribuição de direitos, deveres e responsabilidades, pois geralmente os grupos sociais mais vulneráveis é que acabam em maior desvantagem.

Em uma situação de poluição (que não seria apenas ambiental, mas também econômica), a solução para o restabelecimento do equilíbrio de mercado seria a internalização, por parte do *homo oeconomicus*, das externalidades por ele provocadas. Contudo, conforme afirmam Baumol e Oates (1988), a ausência de direitos de propriedade sobre muitos dos recursos naturais faz com que não haja pressão social para que o agente gerador da externalidade arque com os custos sociais de sua ação. Para estes autores, na medida em que os bens ambientais não podem se constituir em propriedades privadas, sendo então de uso e domínio públicos, a racionalidade própria das transações de mercado não pode sobre estes imperar. Por conta disso, Stevenson (1991) nos mostra que, historicamente, tem sido atribuída aos governos nacionais na condição de gestores dos bens públicos a função privilegiada de equacionar os impasses políticos e econômicos criados pela degradação ambiental (MARTINS, 2013:117).

Em termos de políticas públicas, o que interessa aos neoclássicos é discutir a maximização dos prejuízos ambientais. Daí o princípio de que quem polui é que deve pagar as despesas geradas no tratamento do meio ambiente. Trata-se de uma racionalidade econômica, partindo da ideia de Weber de que a responsabilidade deve ser dos agentes econômicos, com uma pequena participação por parte do Estado (Martins, 2013). Em termos do âmbito regional, a história da ocupação local por caboclos, ribeirinhos, pescadores, indígenas e imigrantes, passou a fazer parte do novo cenário da cidade na Amazônia paraense. Estes grupos sociais tornaram-se vítimas da desigualdade ambiental, principalmente a partir de meados do século XX, com a construção em 1960 da Belém-Brasília e na década seguinte com a Transamazônica.

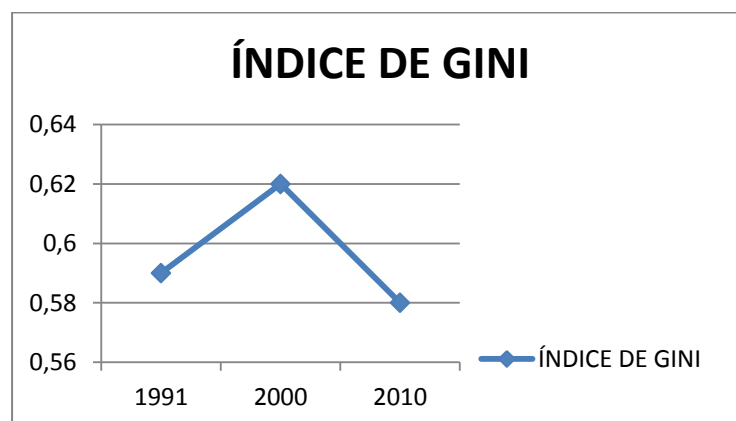
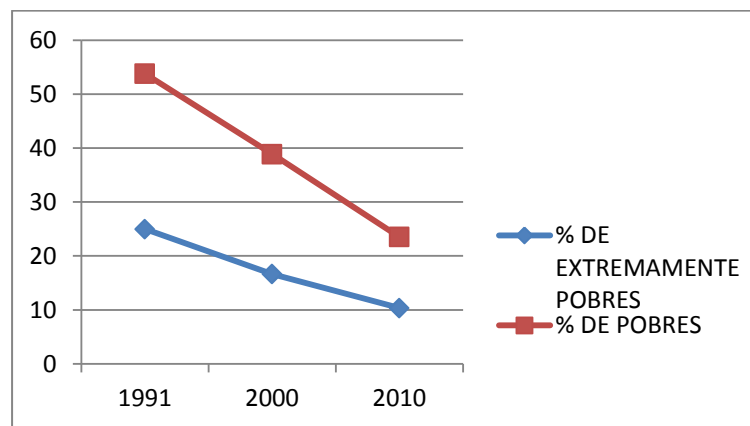
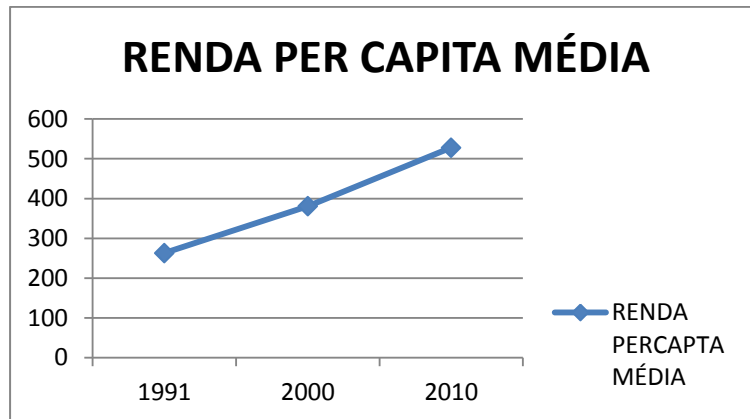
Os diversos problemas enfrentados pelos grupos sociais que vivem nos bairros pobres do município de Marabá são de ordem socioeconômica,

pois carregam o histórico de pobreza e exploração, além da baixa escolaridade. Sem possibilidades, os ribeirinhos acabam permanecendo nessas áreas, sem saneamento básico e urbanização planejada.

Até hoje as cheias afetam, sobretudo a população mais pobre de Marabá. Quando a água sobe os seus habitantes são obrigados a se instalarem, durante 3 ou 4 meses, em abrigos improvisados. Muitos desses trabalhadores se encontram desempregados, por exemplo, os pescadores, as lavadeiras, os carregadores, os oleiros perdem os seus meios de sobrevivências uma vez que têm que se deslocarem para longe de seus lugares de trabalho ou próximos dos rios, onde vivem. Muitas casas, às vezes, precárias se deterioram e os quintais onde muitos plantam legumes e hortaliças são destruídas pelas cheias (PEREIRA, 2006:4-5).

A distribuição da desigualdade em Marabá indica uma segregação espacial, apesar de os indicadores terem melhorado através das políticas governamentais. A renda per capita média de Marabá cresceu 100,72% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 262,98 em 1991 para R\$ 380,81 em 2000 e para R\$ 527,86 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 44,81% no primeiro período e de 38,62% no segundo. A extrema pobreza, medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00 reais de agosto de 2010, passou de 24,98% em 1991 para 16,64% em 2000 e para 10,34% em 2010. A desigualdade diminuiu: o índice de GINI passou de 0,59 em 1991 para 0,62 em 2000 e para 0,58 em 2010, conforme o gráfico seguinte (PNUD, IPEA e FJP, 2013).

GRÁFICO 4: INDICADORES DE RENDA, POBREZA E DESIGUALDADE EM MARABÁ-PA ENTRE (1991-2010)



FONTE: PNUD, IPEA E FJP. Atlas Brasil. Acessado em 17/09/2014.

Da mesma forma realizamos uma comparação entre os mais pobres e os mais ricos entre 1991 a 2010 no município de Marabá, conforme tabela 3 seguinte.

TABELA 5: PORCENTAGEM DA RENDA POR EXTRATOS DA POPULAÇÃO – MARABÁ, (1991 – 2010)

	1991	2000	2010
20% MAIS POBRES	2,93	2,17	2,28
40% MAIS POBRES	9,08	7,94	8,80
60% MAIS POBRES	18,94	17,47	19,81
80% MAIS POBRES	36,04	33,48	38,26
20% MAIS RICOS	63,96	66,52	61,74

FONTE: PNUD, IPEA e FJP²¹. http://atlasbrasil.org.br/2013/perfil_print/marab%C3%A1_pa. Acessado em 17/09/2014.

As condições de vida na periferia das grandes cidades desafiam todos que tentam sobreviver no dia a dia. A falta de oportunidades dos personagens da Amazônia que se deslocam para outras áreas na busca de uma vida melhor, principalmente de imigrantes nordestinos, sempre esteve presente em boa parte das crônicas do escritor Dalcídio Jurandir. A obra *Passagem dos Inocentes* (1963), por exemplo, narra a estória de um jovem que migrou do interior do Estado para a grande cidade em busca de oportunidades, e de uma dona de casa que se hospeda num barraco, e passa experimentar os problemas sociais e ambientais crônicos dos bairros pobres. Desta forma, retrata-se como é viver a pobreza na exclusão da cidade. Entre outras obras principais do escritor, que abordam os problemas da pobreza nas cidades da Amazônia paraense, estão: *Primeira Manhã* (1967), *Ponte do Galo* (1971), *Os Habitantes* (1976) e *Chão dos Lobos* (1976) (Bolle, 2012).

Segundo Cardia (1998), o aprofundamento do modelo econômico entre as década de 1970 e 1980 gerou um crescimento da economia informal, assim como o aumento da concentração da renda. Nos anos de

²¹ Marabá ocupa a 2716ª posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 2715 (48,79%) municípios estão em situação melhor e 2.850 (51,21%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 143 outros municípios do Pará, Marabá ocupa a 10ª posição.

1970, principalmente, é quando se acentuam a miséria e os índices de acumulação, provocando um crescimento na desigualdade social.

Os pobres que antes eram marcados pela classe dominante com o uso de termos “perigosos”, “vadios”, se tornam “desempregados” ou “subempregados”. A oposição entre pobre e trabalhador é desfeita e o pobre passa a ser identificado como “trabalhador” (Valladares, 1991; Sarti, 1996). O trabalho torna-se a categoria fundamental para se pensar o pobre, principalmente, o urbano. Ele é, agora, um agente político de transformação social (CARDIA, 1998:78).

É nas baixadas que se sobrepõem as formas de vida ribeirinha e urbana. É o lugar de moradia das massas, dos pobres que vem do interior do Estado e que ali se instalaram ao longo do século XX com os movimentos de migração.

A desorganização familiar sofrida e o choque cultural determinado pela mudança de *habitat* fazem com que seu ajuste social e psicológico seja ainda mais difícil. No caso, a ampliação da expectativa de aquisição de bens de consumo na cidade é um fato que os atinge diretamente. O estar na cidade determina novas condições de vida, gerando uma situação de mudança de hábitos e, conseqüentemente, criando expectativa de dependência de instrumentos que não conheciam, agravando sua condição de exclusão social e político e ampliando o grau de frustração e os conflitos familiares (CARDIA, 1998:50).

Em relação à realidade do município de Marabá, a condição socioeconômica dos moradores que vivem no município não condiz com a riqueza movimentada pela região que detém grandes reservas de minério em seu subsolo. Segundo os dados da Secretaria Executiva de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF (2005), órgão vinculado ao governo do estado do Pará, o Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios demonstra que somente o sudeste paraense, do qual faz parte o município de Marabá, tem uma participação em torno de 29% do PIB estadual, sendo que 7% advém do sudoeste paraense, 9% do baixo Amazonas, 3% de Marajó, 13% do nordeste paraense e 39% do município de Belém (SEPOF 2005). Nesta configuração da arrecadação, o município de Marabá tem o 4º maior PIB do estado do Pará (IDESP, 2010).

O município de Marabá, que já foi área de segurança nacional no período da ditadura, está entre uma das regiões mais ricas do país, mas foi

palco de grandes conflitos de terras na década de 1980, ainda convive com as contradições da pobreza e da falta de investimentos públicos. As duas décadas de regime militar foram marcadas por atrasos e falta de perspectiva para a região. Os sucessivos fracassos dos ciclos econômicos experimentados por diferentes grupos sociais que lá vivem e reproduzem seu meio de vida na região Amazônica foram determinantes para o agravamento da desigualdade social.

Na década de 1950 eu tirei borracha da seringueira. Acabou a borracha, passei a coletor de castanha entre 1960 e 1980. Depois começaram a desmatar tudo. Depois passei a ser pescador, mas com as constantes enchentes e com a construção das barragens de Tucuruí, os peixes passaram a ser mais escassos e a pesca ficou mais difícil. Os peixes não sobem mais, além do aumento de botos nos rios. Sabemos que cada boto se alimenta de pelo menos 40 kg de peixe por dia. Temos mais de 20 mil botos nessas águas. Hoje pescamos só o mapará e a pescada. Os peixes pacú, curumatã, jaraqui, piabanha, cachorra estão praticamente extintos (**Sebastião Marcos Furtado, 66 anos – morador do bairro Cabelo Seco, 2012**).

O Sr. Sebastião Furtado conta que teve que vivenciar diferentes momentos de estratégias de sobrevivência desde o final do período extrativista, como denominou. Ele foi de coletor de castanha a trabalhador informal na cidade. Entretanto, a pesca foi a única atividade que nunca deixou de praticar por uma questão cultural e de afinidade com os rios da região.

Analisando a situação de pobreza e vulnerabilização dos ribeirinhos que vivem nos bairros Cabelo Seco e Santa Rosa pude constatar outros elementos importantes para mensurar de forma qualitativa a pobreza social. Segundo Sen (2000), existem outras influências sobre a privação de capacidades além da pobreza real, e que, portanto, não se deve utilizar apenas o parâmetro da renda, ou seja, a renda não é o único instrumento gerador de capacidades, sem deixar de reconhecer que se trata de um importante instrumento para adquiri-las. Essa relação seria contingencial e condicional. Algumas das relações imbricadas podem ser determinadas pela localização da residência de determinados grupos sociais. É importante observar se a residência ou o espaço de moradias esta propensa a inundações, secas, violências, inseguranças, etc.

Neste sentido, alguns bairros pobres e populosos podem estar mais vulneráveis às doenças do que outros pelas condições epidemiológicas, a

exemplo do bairro Santa Rosa em relação ao Cabelo Seco, que agrega inúmeras variáveis: é propenso a alagamentos, é muito populoso, possui índices de violência muito elevados e indicadores de doenças por veiculação hídrica em consequência das cheias mais significativas. Portanto, a mensuração da pobreza seria ampliada pelas condições sociais a que determinados grupos sociais podem estar submetidos.

Para Sen (2000), pode haver um acoplamento de desvantagens entre duas variáveis ou mais na vida de uma pessoa: idade, saúde e educação, por exemplo. A idade de uma pessoa pode indicar uma condição de desvantagem no indicador da pobreza, considerando a dificuldade de acesso que poderá ter ao mercado de trabalho.

A incapacidade gerada por doenças graves também reduz o potencial do indivíduo para auferir uma maior renda. Neste caso, esta variável estaria sendo observada em virtude da necessidade de uma maior assistência à saúde, de tratamento específico, ou ainda de maiores recursos para adquirir uma prótese a fim de minimizar a privação de incapacidades. Nesta situação específica, os grupos mais expostos às incapacidades seriam principalmente os idosos e os incapacitados por doenças graves.

Esta última relação pode ser particularmente importante para a eliminação da pobreza de renda. Não ocorre apenas que, digamos, melhor educação básica e serviços de saúde elevem diretamente a qualidade de vida; esses dois fatores também aumentam o potencial de a pessoa auferir renda e assim livrar-se da pobreza medida pela renda. Quanto mais incluso for o alcance da educação básica e dos serviços de saúde, maior será a probabilidade de que mesmos os potencialmente pobres tenham uma chance maior de superar a penúria (SEN, 2000:113).

Por outro lado, a discussão em escala mundial sobre os conflitos resultantes do avanço do capital sobre as minorias étnicas, diante dos grupos sociais mais pobres distribuídos pelo território, tem se constituído como um movimento em torno da justiça ambiental. O ecologismo dos pobres, conhecido nos Estados Unidos como ecologismo popular, defendido por Martinez-Alier (2010), pressupõe que a natureza é uma das poucas fontes de sobrevivência dos mais pobres que vivem da subsistência, a exemplo a pesca. Trata-se de um movimento de uma dimensão ética, e que às vezes é negligenciado pelos movimentos ambientalistas. Alguns também

o interpretam como sendo um movimento de justiça ambiental, que luta por um melhor equilíbrio entre as “forças econômicas”.

Essa terceira corrente analisa que desgraçadamente o crescimento econômico implica maiores impactos no meio ambiente, chamando a atenção para o deslocamento geográfico das fontes de recursos das áreas de descarte dos resíduos. Nesse sentido, observamos que os países industrializados dependem de importações provenientes do Sul para atender uma parcela crescente e cada vez maior das suas demandas por matérias-primas e bens de consumo. Os Estados Unidos importam metade do petróleo que consomem. A União (sic) Européia importa uma quantidade de materiais (inclusive energéticos) quase quatro vezes maior do que a que exporta. Ao mesmo tempo, a América Latina exporta uma quantidade seis vezes maior de materiais (inclusive energéticos) do que aquela que é importada (MARTINEZ-ALIER, 2007:34).

A luta nos Estados Unidos pela justiça ambiental é realizada por grupos sociais que se organizam contrariamente ao “racismo ambiental”, e que tomam como referência os indicadores de insustentabilidade urbana e os conflitos sociais. Este movimento tem fortes relações com o movimento dos direitos civis de Martin Luther King da década de 1960. Entretanto, Martinez-Alier (2007) ressalta que a terceira corrente, o ecologismo dos pobres, foi identificada a partir de 1985 com o nome de “agrarismo ecologista”, tendo vínculo com os movimentos camponeses de resistências.

Até muito recentemente, a justiça ambiental como um movimento organizado permaneceu limitado ao seu país de origem, muito embora o ecologismo popular ou o ecologismo dos pobres constituam denominações aplicadas a movimentos do Terceiro Mundo que lutam contra os impactos ambientais que ameaçam os pobres, que constituem a ampla maioria da população em muitos países (MARTINEZ-ALIER, 2007:35).

Segundo Martinez-Alier (2007), o ecologismo ou ambientalismo se expandiu como uma reação ao crescimento econômico. Por outro lado, o autor ressalta, nem todos os ambientalistas se opõem ao crescimento econômico. Ao contrário, alguns até o apoiam na esperança de que a tecnologia possa trazer benefícios aos mais pobres. Entretanto, algumas questões são levantadas: será que a economia tem conseguido racionalizar os processos produtivos e de distribuição de forma equânime, de modo que

a distribuição possa ser mais justa e sustentável? Além desses aspectos, como poderão ser quantificados os prejuízos ambientais?

A economia ecológica é um campo de estudos transdisciplinar estabelecido em data recente, que observa a economia como um subsistema de um ecossistema físico global e finito. Os economistas ecológicos questionam a sustentabilidade da economia devido aos impactos ambientais e às suas demandas energéticas e materiais, e igualmente devido ao crescimento demográfico. As pretensões de atribuir valores monetários aos serviços e às perdas ambientais, e as iniciativas no sentido de corrigir a contabilidade macroeconômica, fazem parte da economia ecológica (MARTINEZ-ALIER, 2007:45).

Na medida em que avança a escala da economia, mais resíduos são gerados, conseqüentemente, os sistemas naturais são mais comprometidos, e desta forma, muito material genético é perdido, assim como muitos direitos são subtraídos das gerações futuras (Martinez-Alier 2007).

Nos países ricos, o crescimento econômico tem servido para o propósito de minimizar os conflitos econômicos entre os grupos sociais, tanto nas sociedades modernas industrializadas, como naquelas em fase de industrialização. A questão dos problemas gerados no meio ambiente são secundarizados, sendo tratados como um “luxo ambiental” (Ibidem, 2007).

Santos (2006:573) destaca que “muitos ambientalistas apontam, uma preocupação, para o aumento da população global”, e defendem a ideia de que seria muito melhor para o futuro se houvesse menos pessoas vivendo na Terra: quanto maior fosse a população, maior seria o processo de erosão das terras aráveis, assim como o consumo de recursos não-renováveis e a produção de gases do efeito estufa e de poluentes (Ibidem, 2006).

Segundo Santos (2006), a desproporção na distribuição das terras, tanto em relação à apropriação quanto ao seu uso, quando realizada de uma forma não equânime, pode gerar distorções inevitáveis ao longo de décadas. Isto levaria a uma situação de pressão populacional sob a forma de escassez de alimentos gerando a fome, sendo uma das características da desigualdade social e de conflitos entre ricos e pobres na disputa pelo uso da terra. Entretanto, nem sempre esta seria uma variável perene, estável, considerando, que as crises que as pessoas enfrentam são anteriores às taxas de crescimento populacional, apesar de muitos ambientalistas

“sublinharem” que as pessoas e os países ricos têm produzido um efeito desigual sobre o ambiente. É preciso considerar que a questão é mais complexa e profunda, tem a ver com as dinâmicas na forma de viver, consumir e preservar; ou seja, com acúmulos de riqueza e disputa de poder entre grupos em diferentes níveis.

A reconstrução da harmonia entre o ser humano e a natureza no nosso país implica, obviamente, começar por conhecer as particularidades do meio em que nos cabe viver. Isto conduz a investigações científicas independentes destinadas a conhecer a intrincada realidade natural e o nosso desenvolvimento social e cultural (SANTOS, 2006:716).

As populações pobres continuam sendo, geralmente, trabalhadores agrícolas, negros, de baixa renda ou que estão na parte inferior da estratificação social, desprovidos de direitos sociais em geral, ou que quase sempre vivem em áreas periféricas, sem saneamento básico, sistema de esgoto, etc. Esta situação só tem reforçado a desigualdade social e aumentado a pobreza.

Bullard (2005) classifica esta situação como Racismo Ambiental, que vem se repetindo em várias partes do mundo, a exemplo do Brasil, da Nigéria, da Colômbia, dos EUA, da África do Sul, etc. Resultando em ideias conservadoras sobre a incapacidade dos pobres na sociedade, muitos corroboram que “Caberia, pois, aos pobres ‘desenvolver-se’ para escapar da pobreza” (Martinez-Alier 2007:41).

É possível constatar uma crescente preocupação com o centro das cidades, visando um maior controle sobre a contaminação do ar, com os dejetos tóxicos despejados, com o controle do lixo municipal, etc. Neste sentido, a ecologia dos pobres continua sendo um movimento preocupado com a justiça ambiental, principalmente dos países do terceiro mundo, pobres na sua maioria, e que lutam contra os impactos ambientais causados pelo desenvolvimento econômico, e que, portanto, ameaçam principalmente os pobres mais vulneráveis.

Diante deste contexto de insegurança ambiental pautada para os mais pobres, vão surgindo outros desdobramentos no espaço ocupado que devem ser analisados sociologicamente, a exemplo da questão do trabalho

precário na Amazônia, que é uma realidade que não pode ser explicada apenas pelo crescimento econômico, mas também por outras variáveis, a exemplo do crescimento das cidades, dos constrangimentos ambientais ocasionados pelas cheias dos rios, entre outros problemas vividos na cidade.

5.1 – SAZONALIDADE E TRABALHO PRECÁRIO EM MARABÁ

O município de Marabá faz fronteira com as jazidas de ferro de Carajás, a hidrelétrica de Tucuruí e as minas de ouro de Serra Pelada, atualmente desativadas, mas que já foi palco de disputas nos ciclos da borracha, da castanha e do polo madeireiro.

Marabá foi e ainda se mantém como uma das cidades mais importantes do estado do Pará por sua história econômica diversificada e complexa: foi estabelecida através da indústria extrativa do caucho e do gomífero da borracha; destacou-se posteriormente pela exploração da castanha; em seguida veio a época da exploração de cristais de rocha e diamantes (Dias, 1958), e mais recentemente tem-se a exploração de ferro, manganês e cobre, entre Marabá e São Félix do Xingú, e de bauxita, em parte do rio Tocantins (Sevá Filho, 2010).

Com a industrialização do município, foi possível a expansão do setor de serviços. Somente o comércio varejista faturou 53 milhões de reais por mês em 2010, considerando-se apenas a região de Marabá, a qual “tem crescido a um ritmo duas vezes mais rápido que o dos chamados tigres asiáticos”, com um Produto Interno Bruto (PIB), gerou em torno de 3 bilhões de reais (Medeiros, 2010: 92-93).

Outro aspecto relevante a ser analisado na relação dos ribeirinhos com a cidade diz respeito às suas atividades laborais, haja vista que parte dessa mão de obra é aproveitada pelas empresas nacionais e multinacionais que exploram a mineração na região. Entretanto, não é de interesse desta pesquisa entender a importância da indústria no processo de transformação estrutural do município de Marabá e nem as conexões entre modos de vida de diferentes grupos sociais.

O crescimento econômico tem se revelado de forma antagônica ao tipo de organização social e ao modo de vida dos ribeirinhos diante do cenário de imprevisibilidade que o município de Marabá vem experimentando. Entretanto, sabe-se que este novo cenário tem gerado a acumulação de capital por parte de grupos melhor posicionados social e economicamente.

Dentre os problemas surgidos, estão a falta de infraestrutura e o surgimento de uma mão de obra polivalente, de baixa qualificação, que sobrevive em precárias condições nas cheias e vazantes dos rios da região.

Todo este movimento de pessoas, circulação de mercadorias, trabalho extrativista no município de Marabá teve o seu processo acelerado principalmente nos períodos dos ciclos da borracha (1910-1950) e da castanha (1920-1970) nas margens dos rios Itacaiúnas e Tocantins. Os rios eram os principais vetores de todo o processo produtivo de uma região inteira.

Historicamente, as formas de vida dos ribeirinhos sempre foram semelhantes aos dos castanheiros e coletores da região. Os castanheiros, como eram conhecidos, mantinham relações de trabalho precárias, de subordinação, comparáveis com a de um trabalho escravo (Ribeiro, 2010).

Os castanheiros, para evitarem contrair dívidas junto ao barracão dos donos dos castanhais, preferiam se alimentar com o que encontrassem na floresta: açaí, castanha, caça, cupuaçu, etc. Mesmo assim, acabavam recorrendo ao barracão, pois necessitavam comprar os produtos que não conseguiam na floresta como querosene, açúcar, café, fumo, farinha e outros (Ribeiro, 2010).

Entretanto, o primeiro escalão de importadores da castanha extraída de Marabá destoava da realidade vivida pela população ribeirinha, caso das grandes potências como Inglaterra, Alemanha e, durante a Segunda Guerra Mundial, especialmente os Estados Unidos, que estabeleciam relações comerciais através de cidades como Los Angeles e Nova York (Velho, 1972).

O crescimento da cidade acompanhou as margens do rio Tocantins e Itacaiúnas, mas agora em uma parte mais alta, onde as enchentes não pudessem chegar. A expansão da cidade de Marabá é marcada pelo

deslocamento do povoamento das margens dos dois rios mais importantes de Marabá para as áreas mais altas da cidade, onde os prédios públicos passaram a ser construídos (Dias, 1958).

No caso de Marabá, o despovoamento e a desvalorização da mão de obra de uma importante parcela de território ocorreu devido à diminuição da atividade econômica tradicional, a exemplo dos períodos de coleta da castanha e da goma da seringueira, aliada à concentração dos equipamentos e das oportunidades de emprego nos aglomerados das cidades, fazendo com que houvesse mudanças nas formas de uso e exploração e na dinâmica da população local de migrar para as cidades.

A agricultura deixa de ser o único nicho de mercado a ser explorado na área rural. Por outro lado, o Estado a partir de 1990, tem grande parcela de contribuição neste novo cenário econômico e social. Da mesma forma que gerou oportunidades de emprego também gerou distorções na distribuição da riqueza em Marabá.

A partir da década de 1990, as ações governamentais reposicionam o papel do planejamento na indução de investimentos em infraestrutura, no fortalecimento das redes de integração e ao ingresso no mercado global, estimulando a competição entre regiões dinâmicas, o que, segundo Mello (2006) representa a condição e a garantia da inserção de algumas regiões brasileiras na economia mundial. Nessa perspectiva, no “Programa Brasil em Ação”, denominação do PPA²² 1996 -1999, a estratégia pensada foi a indução de novos investimentos de produção e a redução de desigualdades regionais e sociais, atribuindo ao governo federal a tarefa de formulação e articulação de projetos estratégicos e a definição de prioridades para empregar os recursos públicos, além de buscar oportunidades para investimento do setor privado (SILVA, 2011:105).

Segundo Becker (2007), o Programa Plurianual inclui uma forma de pensar o desenvolvimento logístico e redes de circulação, comunicação e energia, além dos pontos de suporte dessas redes para viabilizar a velocidade de todo o processo e tornar eficientes os sistemas multimodais de transportes e de comunicações. As ações são dirigidas e induzem

²² O Plano Plurianual é um conjunto de conceitos, políticas, estratégias, diretrizes de ação e metas que, de forma coordenada, determina o perfil dos investimentos que o governo do Brasil define para um período de quatro anos. Esse período abrange os três últimos anos de um governo e o primeiro ano do governo seguinte (Plano Pluri Anual - PPA (1996/99) In: SILVA, 2011:105).

investimentos a determinadas áreas pré-selecionadas pelo Estado com os seus órgãos paralelos, a exemplo do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS), visando estimular e assegurar a ampliação das exportações nacionais para o hemisfério norte e estreitar as relações com os países sul-americanos.

As formas de vida nas margens dos rios na cidade de Marabá têm sido dinâmicas e diversificadas ao longo de décadas. A dinâmica do trabalho transforma a vida dos ribeirinhos, e os modos de vida também se modificam. O ribeirinho de hoje vive mais a sazonalidade do trabalho conforme os ciclos das águas, ele se desloca mais, vive entre as áreas mais baixas e centrais da cidade e ao mesmo tempo nas localidades mais altas e mais distantes do centro comercial quando necessitam fugir das cheias, além de experimentarem várias atividades em pequenos espaços de tempo.

Há de se considerar, através da formação social estabelecida, como os ribeirinhos pensam sobre esta produção deliberada de conhecimentos sobre si mesmos, pois necessitam ter conhecimentos hidrológicos sobre a dinâmica dos rios, conhecimentos de gastronomia local, do uso do território para fins de agricultura, etc. Nesta perspectiva, esta forma de produção e reprodução do seu modo de vida pelo ribeirinho pode ser uma das saídas para a preservação do meio ambiente pautado em uma ética do consumo e na preservação do meio ambiente.

Quando chega o período das chuvas, rios, lagos e igarapés se enchem, regulando a vida de trabalho dos ribeirinhos. Esse ciclo sazonal rege as atividades de extrativismo vegetal, agricultura e pesca. O período das chuvas é o de maior dificuldade social e econômica dos ribeirinhos, tornando difícil a prática da roça, assim como a pesca.

Ao lado desses elementos, havia a possibilidade de obter o sustento, fosse no extrativismo vegetal, mesmo sendo uma atividade sazonal, no garimpo ou nos “bicos” exercidos nos intervalos entre aquelas atividades, como na pequena agricultura, na construção civil, nas olarias do varjão, área alagada que separa a Velha Marabá da Nova Marabá ou mesmo no pequeno comércio. Afirmava-se que em Marabá, “ninguém ficava sem trabalhar” ou que era lá “que estava o dinheiro”, até mesmo durante as enchentes, vista como uma dificuldade intransponível, apenas na visão dos planejadores e técnicos, mas não para os moradores (ALMEIDA, 2009:184).

Os caboclo-ribeirinhos são extrativistas, coletores, agricultores; produzem em regime familiar, vendendo o excedente, e ainda usam o sistema de trocas entre vizinhos, permutando a variedades de pequenas hortas; criam ainda animais domésticos e coletam a castanha do Pará para vender no comércio local (Diegues & Arruda, 2001).

Esclarecemos o porquê de definirmos a situação dos trabalhadores em Marabá no período das cheias como uma situação de trabalho precário, em contraposição à ideia de precarização do trabalho. De fato, este tipo de trabalhador sempre se viu obrigado a exercer atividades temporárias, principalmente no período das cheias, e quase sempre sem qualquer vínculo empregatício. Desse modo, não ocorreu exatamente um processo de precarização dessas formas de inserções contingentes no trabalho. Há ainda uma recusa em se identificar com a relação de assalariamento, tendo em vista seu vínculo cultural com a prática da pesca artesanal.

Meu marido foi pescador por 17 anos. Por isso que essa minha relação com o rio acabou sendo mais próxima **(Ielma, 42 anos – moradora do bairro Santa Rosa, 2012)**.

Tenho dificuldades em ir morar nos abrigos temporários, pois tenho uma relação com a pesca há 24 anos. Temos rabeta, canoa, malhadeira. O meu esposo também é pescador **(Marilene, 46 anos - moradora do bairro Santa Rosa, 2012)**.

Minha vó foi pescadora, meus irmãos também, daí veio esta relação com os rios. Eu gosto de morar perto do rio **(Ângela Maria Napoluceno, 34 anos - moradora do bairro Santa Rosa, 2012)**.

A restrição à pesca causada pela subida dos rios faz com que o ribeirinho da cidade de Marabá quase sempre esteja engajado em atividades da construção civil, do comércio, em fábricas de telhas, nas olarias, em outra parte da cidade. Esta é uma forma de compensar a diminuição dos peixes no período das cheias. Por outro lado, é perceptível sua necessidade de manter as tradições culturais e as manifestações folclóricas e mítico-religiosas que acontecem tradicionalmente nas margens dos rios.

O ribeirinho da cidade de Marabá sabe e conhece os períodos de trabalho conforme as cheias e vazantes. De dezembro a maio, na época do inverno, e, portanto das cheias, ele vive menos da pesca artesanal e procura, em menor proporção, algum trabalho sazonal que aparece nos

centros urbanos, nas olarias, fábricas de telhas e tijolos, no comércio da região, etc.

Quando as águas dos rios sobem é o período da desovação dos peixes, é quando acontecem o período de defeso, entre os meses de novembro a março, que coincidem com o período das cheias, é quando precisamos de outras atividades de trabalho. Nós tiramos boa parte dos alimentos dos rios, por isso precisamos estar perto dos rios (**Valquylene, 28 anos – moradora do bairro Santa Rosa, 2012**).

De junho a novembro, período do verão, quando acontecem as vazantes, esse ribeirão vive mais da pesca artesanal para sua subsistência, e em maior proporção, ao mesmo tempo faz “bicos”²³ na construção civil, estabelecendo paralelamente vínculos precários com outras atividades de trabalho, seja como empregado no comércio seja como autônomo.

Muitos dos trabalhadores trabalham nas olarias, nas fábricas de tijolos, que funcionam às proximidades da cidade de Marabá (**Maria do Socorro, 44 anos – moradora do bairro São José, 2012**).

A precariedade e a carência dos ribeirinhos são muito parecidas de outras épocas, mesmo que consideremos que se trata de um trabalhador mais livre e, portanto, com maiores possibilidades de ascensão na mobilidade social vertical, quando conseguem maiores remunerações. Ademais, são trabalhadores de baixa escolaridade e qualificação, que convivem com uma maior informalidade, uma maior sazonalidade, com a necessidade de mudarem para outras localidades em busca de atividades de trabalho temporário.

Ressaltando que a existência de frentes de expansão agropecuárias, minerais e de recursos naturais presentes na região têm levado empresas multinacionais a explorarem a região de forma desordenada e predatória. A presença do grande capital não tem expressado o crescimento e o desenvolvimento para a região de Marabá tão desejado. Entretanto, é importante salientar que uma classe média emergente tem conseguido se

²³ Atividades exploradas esporadicamente, em períodos, ocorrendo mais no verão, e geralmente não possuindo nenhuma garantia trabalhista, logo, deixando o trabalhador desamparado dos seus direitos.

estabelecer na região como micros empresários com ganhos significativos, oriundos principalmente das regiões sul e sudeste do País.

5.2 – NOVAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MARABÁ: AS OBRAS DE INTERVENÇÃO DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC)

O PAC é um programa do governo federal que teve seu início em 2007 com uma previsão inicial de recursos no valor de R\$ 503 bilhões de reais para o período de 2007 a 2010, mas logo em 2008 o orçamento passou para 656,5 bilhões, para atender as áreas de transporte, energia, saneamento, habitação e recursos hídricos em todo o país (Brasil, 2007).

Segundo o governo federal, esta diretriz de análise é perpassada pela ideia de que a ausência de investimentos em infraestrutura e a não participação do capital privado impedem o desenvolvimento econômico, importante fator para a diminuição das desigualdades regionais.

Há um forte investimento despendido para a divulgação e difusão do PAC e a ideia de que este seja um programa que visa a retomada do Estado como indutor do crescimento e desenvolvimento econômico e social (RODRIGUES; SALVADOR, 2011:131).

Entretanto, na prática, apesar do PAC ser um dos poucos programas de aplicação de recursos sociais à melhoria das condições de vida e da infraestrutura, o programa tem baixa execução orçamentária entre o que é divulgado pelos meios oficiais e o que de fato foi concluído (Brasil, 2007). Além dessas críticas iniciais, o PAC é também resultado das chamadas parcerias público-privadas (PPPs) através da participação de empresas de capital privado. As críticas são no sentido da aplicação de recursos públicos, pagos com os impostos, a serem disponibilizados às empresas que queiram investir em infraestrutura. Neste sentido, o PAC foi estruturado visando políticas que pudessem atender a infraestrutura, incentivar o crédito e o financiamento, desonerar tributos e medidas fiscais de longo prazo (Rodrigues; Salvador, 2011).

Entende-se que foi somente com o PAC-2, a partir de março de 2010, que as cidades passaram a ser mais contempladas com os serviços de infraestrutura e de saneamento.

O PAC 2 está dividido em seis novos eixos, que abrangem projetos de infraestrutura em todo Brasil: PAC Cidade Melhor; PAC Comunidade Cidadã; PAC Minha Casa, Minha Vida; PAC Água e Luz para Todos; PAC Transportes e PAC Energia (BRASIL, 2010 citado por RODRIGUES; SALVADOR, 2011:135).

Foram “previstos R\$ 1,59 trilhão, sendo R\$ 955 bilhões para o período de 2011-2014” (Rodrigues; Salvador, 2011:135). Entretanto, poucas foram às ações em saneamento e em recursos hídricos visando beneficiar as cidades diante dos problemas das cheias, considerando que “nesses quatro anos de viabilidade do PAC foram concluídas apenas 27,64% das obras” (Ibidem, 2011:139). A alta taxa de juros é um dos grandes obstáculos ao sucesso do PAC, elevando a dívida pública e criando empecilhos ao crescimento econômico do País.

Por outro lado, o município de Marabá tem vivido as modificações estruturais a partir de políticas governamentais direcionadas à indústria mineradora, que é um dos setores da economia local que tem crescido de forma significativa e tem sido a principal responsável pelas rápidas mudanças no município. Trata-se de mudanças resultantes de projetos como Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que visa subsidiar a infraestrutura aliada aos investimentos do capital privado de mineradoras instaladas na região, além dos “Planos Plurianuais” (PPAs), que representam programas de grandes aportes financeiros para a construção de infraestrutura e de outras atividades que possam subsidiar o capital privado. Entretanto, pouquíssimos projetos estão direcionados aos problemas das cheias. Muitos desses Projetos estão localizados nos 5.000.000 km² da Amazônia Legal (Fearnside et al., 2012).

A chegada do processo de industrialização no urbano é marcada a partir de uma zona de conflitos e incertezas, por uma zona crítica, um descompasso entre a estrutura social e a estrutura econômica; entre as possibilidades de humanização, geradas pelo desenvolvimento entre as

relações sociais de produção e a humanização efetiva no espaço ocupado (Lefebvre, 2004).

Em relação ao problema das cheias, o município de Marabá sofreu intervenções tanto do governo federal como da prefeitura local. A memória dos ribeirinhos sobre a necessidade da desapropriação de terras na cidade para fugir das cheias reporta à década de 1970, ou seja, há aproximadamente cinco décadas. No primeiro momento, a gestão municipal aprovou um decreto visando a desapropriação de terras para a construção dos bairros.

O contingente populacional que vivia no núcleo pioneiro da cidade, somado às condições desfavoráveis do solo alagado, levou o governo federal do então Presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), através da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), criada em 1966 e recriada em 2003 no governo Lula, a propor um estudo visando a escolha do terreno como área de utilidade pública para fins de desapropriação (Salis; Oliveira, 2013).

Em termos locais, a prefeitura municipal de Marabá se adiantou objetivando facilitar a intenção do governo federal em regularizar as terras para a construção dos novos bairros. Neste sentido, em 14/02/1973, através da Lei nº 96 a prefeitura doou à SUDAM uma área de aproximadamente 1.621 hectares, através do Decreto nº 72.524 de 25/07/1973 (Ibidem, 2013).

Foi na gestão do prefeito Haroldo Bezerra que foi criado o decreto que desapropria parte das terras no município para a construção do novo bairro (a Nova Marabá), no ano de 1971, com fins de acomodar as famílias atingidas pelas enchentes (**Francisco Ribeiro Alves**, conhecido como “bebê”, membro da Comissão Municipal da Defesa Civil, 2012).

Entretanto, foi na década de 1980 que foram construídos os núcleos da Nova Marabá e da Cidade Nova. A finalidade principal era transferir os ribeirinhos dos bairros localizados na parte baixa da cidade para as áreas mais altas.

Com a cheia de 1980, que chegou a 17,42m, se originaram os núcleos da Nova Marabá e Cidade Nova. Existem também especulações de que a cheia de 1980 foi provocada pela construção da barragem da Hidrelétrica de Tucuruí (**João Barbosa Pontes**, coordenador da Defesa Civil do município de Marabá, 2012).

Atualmente as obras do PAC que previam a revitalização do bairro Francisco Coelho, conhecido também como Cabelo Seco, localizado na confluência dos rios Tocantins e Itacaiúnas, estão paralisadas desde 2010. Do total de R\$ 14,2 milhões, R\$ 2,2 milhões são investimentos oriundos do Estado e R\$ 12 milhões do governo federal para que fossem aplicados entre 2007 e 2010 em obras, (Cidades, 2014; Pará, 2011). A finalidade seria a construção de 80 casas que deveriam estar prontas e entregues até julho de 2010, principalmente para aquelas famílias que sofrem há décadas com os problemas das cheias.

O Ministério das Cidades, relacionado à pasta de Saneamento Integrado e Urbanização, estimou também para o bairro Santa Rosa, área conhecida como a “Grota Criminosa”²⁴, investimentos previstos no valor de R\$ 46.265.723,60 (Quarenta e seis milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, setecentos e vinte e três reais e sessenta centavos) em obras, parte em contenção às cheias (Cidades, 2014). O bairro Santa Rosa por ser uma área de várzea localizada na parte central do município de Marabá e que foi ocupada de forma indevida enfrenta vários problemas ambientais difíceis de serem resolvidos, e por isso necessitaria com urgência de uma maior atenção e investimentos públicos.

O bairro Santa Rosa é uma área relativamente plana, sendo uma das partes mais baixas do Núcleo Pioneiro. O Sul deste bairro caracteriza-se por uma depressão, favorecendo as inundações anuais que ocorrem no período chuvoso (dezembro a maio). Além de ser atingido pelas cheias dos rios Tocantins e Itacaiúnas, também sofre influência da Grota Criminosa que nasce no Quilômetro Sete, percorrendo diversas “folhas”, de onde recebe diversos tipos de lixos e esgotos domésticos, e antes de desaguar no Itacaiúnas, escoar sua água poluída espalhando-se ao lado do Bairro Santa Rosa formando o varjão (SALIS; OLIVEIRA, 2013:18).

Portanto, os bairros que são os objetos desta pesquisa, o Cabelo Seco e o Santa Rosa, têm sido muito pouco beneficiados por políticas públicas como forma de resolverem os seus problemas sociais e ambientais.

²⁴ A Grota Criminosa é um córrego que nasce no Km 7 da Nova Marabá e vem cortando várias Folhas e termina escoando na parte mais baixa do Bairro Santa Rosa. Dessa forma, uma parte dessa água fica retida, formando um alagado, outra parte escorre pelas tubulações embaixo do aterro, espalhando-se no bairro de Olaria, e indo desaguar no Itacaiúnas. (Salis; Oliveira, 2013:15).

Sociais, devido à pobreza e à desigualdade social em que ambos se encontram há décadas. Ambientais, pelas próprias características nas quais estão “submersos”. O PAC ainda que seja um programa importante não tem se expressado como uma política eficiente na resolução dos problemas socioambientais no município de Marabá.

SEÇÃO VI

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A possibilidade de compreender as nuances imbricadas no modo de viver do ribeirinho na Amazônia paraense, entre a cultura da terra e a das águas, nos levou a resgatar aspectos importantes, como é o caso do fenômeno da transumância praticada por diferentes grupos sociais.

Estudos recentes têm revelado um aumento significativo de pequenos deslocamentos na Amazônia brasileira, que até então continuavam sendo pouco observados e analisados por estudiosos da área. Nos últimos tempos, a Amazônia passou a conviver, em diferentes regiões, com o fenômeno da seca, com o excesso de chuvas, com o trabalho sazonal, com a contaminação de índios por doenças infecto contagiosas, etc., acontecimentos até então improváveis nessa região.

A transumância na Amazônia faz parte da vida do ribeirinho devido a uma necessária estratégia de sobrevivência. Essa estratégia de deslocamentos tem por finalidade responder a uma situação de crise ambiental, de rompimento com a normalidade da cidade. Entretanto, a subida dos rios é compreendida pelos ribeirinhos de Marabá como fenômeno natural que participa da sobrevivência de sua cultura a qual é intrínseca à manutenção dos ciclos das águas que acontecem na Amazônia nos mesmos meses de cada ano, além de servir para a limpeza e fertilização dos solos, lembrando que o solo Amazônico é pobre em nutrientes. Portanto, a transumância que ocorre na Amazônia carrega aspectos positivos ao fazer dos deslocamentos sazonais dos ribeirinhos o momento para a “revitalização” e fertilização dos rios na vazante. Desta forma, a exploração deixa de ser predatória e de forma indiscriminada pelos ribeirinhos.

O ineditismo de se estudar mais sobre os grupos sociais da Amazônia, resgatando suas lutas e resistências, nos traz como sentido a importância de priorizar temáticas que estejam mais relacionadas com o interesse dos indivíduos, distanciando-se desta forma de temas que preferem analisar as estruturas da sociedade. Ressaltamos que alguns destes temas acabam por reproduzir os discursos oficiais do Estado ou de

teorias que aniquilam os saberes populares de grupos importantes para a preservação do meio ambiente. Essas práticas acabam corroborando para o fortalecimento de ideologias que têm contribuído muito pouco para o entendimento da Amazônia.

Para além desses aspectos levantados, destacamos que o resgate conceitual do que seja a transumância trouxe para a discussão o perfil de diferentes grupos sociais geralmente esquecidos, a exemplos dos ribeirinhos, em meio a outros grupos que acabam considerados mais importantes, como os do agronegócio, da pecuária, da exploração mineral, etc. O ribeirinho da cidade só tem ganhado maior visibilidade recentemente, em consequência dos constantes constrangimentos ambientais causados pelas cheias urbanas.

O impacto dessas cheias tem sido o sinal de alerta de que algo está acontecendo na cidade. Essa situação é resultado da urbanização desenfreada das cidades. Portanto, o objetivo inicial nesta tese foi o de explicar o comportamento social do ribeirinho a partir do processo da transumância, demonstrando que o ribeirinho da cidade, tal como o das várzeas, estabelece saberes e práticas que ultrapassam apenas o viver nas margens dos rios.

Para os ribeirinhos da cidade, as estratégias não estão sintonizadas apenas com o ímpeto de sobrevivência, mas também são formas de resistência às condições sociais estabelecidas que subjugam os grupos mais vulneráveis a um patamar de maior desigualdade social e marginalidade no município de Marabá, o qual, contraditoriamente, apesar de despontar como um município rico de recursos naturais e minerais, não tem conseguido atender as demandas sociais desses grupos sociais.

Por outro lado, o ribeirinho da cidade de Marabá, diferentemente daquele que vive em áreas de várzeas e que dispõe de grandes espaços para reproduzir seu modo de vida, está no limiar entre as margens dos rios e o centro da cidade, onde está localizada a área densamente povoada, nas zonas residenciais e comerciais. Esta situação de fato poderá trazer maiores consequências no futuro para a dinâmica da cidade e para os ribeirinhos.

Enquanto os ribeirinhos das várzeas estocam alimentos para o período das cheias, quando aumenta a escassez de peixes, os da cidade,

em período de cheia, buscam alternativas de trabalho no espaço urbano; ambos se sentem representados culturalmente nas suas formas de vida, pois se percebem como ribeirinhos e necessitam dos rios para extraírem parte do seu sustento, mantendo as suas heranças culturais. Ambos não percebem as cheias como uma ameaça aos seus modos de vida, pois não as reconhecem como desastres ambientais, contudo reconhecem que as suas condições sociais são vulneráveis, a exemplo dos problemas de saúde a que ficam expostos tanto nas cheias como nas vazantes.

Os grupos sociais a que nos referimos, e que fizeram parte desta pesquisa, reproduzem ainda hoje suas vidas citadinas, seus modos culturais e religiosos nas margens ou nas proximidades dos rios, pois convivem com as cheias há pelo menos meio século. Este comportamento relacionado à migração interna ou sazonal é definido como transumância neste estudo.

A hipótese principal nesta tese de fato se comprova pelo fato de a dinâmica social dos ribeirinhos de Marabá estabelecer uma relação cultural com a terra e com as águas da região. A transumância faz parte deste legado cultural dos ribeirinhos. Ao se deslocarem para outras áreas e em pouco espaço de tempo e retornarem para o mesmo espaço, este ato tem uma dimensão cultural característica ao modo de vida ribeirinha. As idas e vindas das águas, as subidas e descidas dos ribeirinhos, são aspectos cultivados há décadas, que reproduzem os modos e as práticas de vida de quem de fato depende dos rios para sobreviver.

A segunda hipótese levantada nesta pesquisa diz respeito ao modo de vida ribeirinha de grupos sociais que até hoje reproduzem suas vidas de forma tradicional, utilizando-se da pesca artesanal e dos rios, onde praticam suas tradições culturais. Práticas estas que foram repassadas por gerações. A hipótese se comprova como válida pelo fato de o ribeirinho da cidade também manter tradições culturais semelhantes aos ribeirinhos das várzeas. São manifestações mítico-religiosas e festividades folclóricas experimentadas nas margens dos rios Tocantins e Itacaiúnas no município de Marabá.

Constatou-se na pesquisa de campo, através das 21 entrevistas aplicadas especificamente nos bairros Cabelo Seco e Santa Rosa, em abril de 2012, que cinco famílias responderam que já conviviam com as cheias há

mais de quarenta anos; duas há pelo menos quarenta anos; três aproximadamente há quinze anos; duas aproximadamente há vinte anos; outras cinco há aproximadamente dez anos e quatro há pelo menos cinco anos. Ou seja, em torno de 30 % das famílias entrevistadas já conviviam há quase quatro décadas com as cheias que ocorrem em consequência do transbordamento dos rios Itacaiúnas e Tocantins no município de Marabá.

Outra conclusão a que chegamos diz respeito à interpretação de Witkoski (2010), quando este se refere ao ribeirão da várzea, estabelecendo uma diferença determinante em relação ao ribeirão da cidade. Para o autor, o ribeirão da várzea, diferente do da cidade, considera o tempo de trabalho sob a forma do tempo (eco)lógico e não do modo como está submetido o ribeirão da cidade, que vive sob a égide do tempo (cron)lógico, o que confere a este ribeirão da várzea uma racionalidade particular. Entretanto, esta característica não subtrai em nenhum momento a importância dos ribeirinhos que vivem na cidade, considerando que se observam entre eles aspectos culturais e simbólicos preservados e praticados até hoje, a exemplo dos grupos sociais que vivem em Marabá e que foi objeto desta tese. Inclusive a própria dinâmica do trabalho experimentado pelos ribeirinhos da cidade também obedece a uma racionalidade diante das cheias e vazantes.

Outra constatação se refere a ausência de infraestrutura nos bairros Cabelo Seco e Santa Rosa, a qual está imbricada com a questão ambiental, considerando que as águas dos rios da região, que são utilizados cotidianamente pelos ribeirinhos, não são tratadas, o que acaba facilitando problemas relacionados à saúde.

A precariedade em termos de saneamento básico e sistema de esgoto têm aumentado ainda mais a vulnerabilidade social desses grupos sociais.

A Coordenadoria da Defesa Civil no município demonstra o frágil papel do Estado diante de políticas públicas incapazes de atender às demandas dos ribeirinhos desabrigados. Neste sentido, as Coordenadorias de Defesa Civil são a expressão da incapacidade do Estado em dirimir conflitos ou atender de forma plena os interesses dos mais diversos grupos sociais que sofrem com as cheias na Amazônia.

A partir da observação sistemática *in loco* e da pesquisa de campo sobre o Plano Anual de Trabalho da Defesa Civil de Marabá – COMDEC/Marabá identifica-se que há uma metodologia própria utilizada pela Defesa civil diante das cheias que ocorrem anualmente no sudeste do estado do Pará.

O Plano Anual de Trabalho da Defesa Civil de Marabá-COMDEC-MARABÁ (2007) foi analisado como um recurso da pesquisa documental e nos possibilitou compreender o período das cheias, visto que a Defesa Civil local controla através de registros a oscilação do nível dos rios há pelo menos meio século; assim como, analisar a relação dos ribeirinhos residentes nos bairros Cabelos Seco e Santa Rosa diante das ações da Defesa Civil no período das cheias e compreender a dinâmica dos abrigos temporários como as principais reivindicações dos ribeirinhos em relação ao apoio assistencial, à infraestrutura, à assistência médica e à segurança, mesmo que conscientes de que essas ações seriam paliativas.

Todos esses problemas estruturais se chocam com os interesses dos afetados em situação de cheias, pois quase sempre o debate da Defesa Civil se concentra na estrutura física ou nas necessidades imediatas como: vestimentas, camas, cestas básicas, entre outras necessidades. Portanto, há um afastamento tático em não discutir as formas organizativas e culturais dos ribeirinhos ao defenderem os seus meios e modos de vida.

O município de Marabá foi delineado a partir de sucessivos ciclos econômicos. O espaço como palco de disputa foi marcado pela exploração dos ciclos do café, da borracha, da castanha, do ouro e do ferro gusa. Todos esses processos foram acompanhados pelas transformações do espaço, dos modos e das estratégias de vida, da exploração de recursos naturais e minerais, das lutas e resistências. Entretanto, mesmo com todas essas transformações, o ribeirinho estabelece parâmetros com sua cultura e seu modo de vida. Neste sentido, a crise não é apenas ambiental, mas social, considerando a exclusão social de grupos que sempre estiveram às margens do processo de desenvolvimento.

No caso dos ribeirinhos da cidade, que vivem nesta parte da Amazônia, o processo cultural de viabilizar o seu modo de vida acaba sendo negligenciado pelo poder público, que não o leva em consideração para a

preservação da prática da pesca e das suas manifestações culturais e simbólicas.

O paradoxo entre o espaço construído pelo capital e o espaço vivido pelos ribeirinhos estabelece diferenças colossais entre as classes sociais que disputam o mesmo espaço. A questão é que os ribeirinhos já pertenciam ao espaço onde reproduzem seus modos e práticas de vidas; elas já estabeleceram hábitos e comportamentos em conexão com a natureza, através de saberes adquiridos ao longo de décadas, e a cada dia estão sendo pressionados pelo avanço da civilização a abandonarem suas práticas culturais.

Esta dimensão social dos impactos das cheias na vida das pessoas, do prejuízo para a economia local, da vulnerabilidade social, dos impactos ambientais, tem colocado o ribeirinho da cidade como um importante observador hidrológico, como um ator importante na disseminação de saberes que possam auxiliar o próprio Estado e os pesquisadores, estabelecendo inclusive novas formas de exploração menos predatórias e politicamente corretas.

SEÇÃO VII

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: **garamont**, 2009.

ALMEIDA, José Jonas. **A cidade de Marabá sob os impactos dos projetos governamentais**. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo: 2008 (Dissertação de Mestrado).

_____. **Os riscos naturais e a história: o caso das enchentes em Marabá (PA)**, Tempos Volume 15 - 2º Semestre – 2011 – p. 205 – 238.

_____. **A cidade de Marabá sob os impactos dos projetos governamentais (1970-2000)**. *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 11, n. 20, p. 167-188, jul./ dez. 2009.

ARAÚJO, Julieta,. **Relações de fronteira na Idade Média: a transumância**. Universidade de Lisboa. . (Revista da Faculdade de Letras) [?] *In*: SHULTZ, Adolf. *Geografia e Etnografia Antiguas da Península Ibérica*, Vol II, Madrid, 1963.

ARAÚJO, Keila Barreto de. **Doenças causadas pelas chuvas e enchentes**. <http://portaldoprofessor.mec.gov.br>. 14/06/2010. Acesso em 11 de Maio de 2014.

ARAÚJO, J.A. **A expansão da fronteira no sul do Pará: aspectos geopolíticos que influenciaram a definição do espaço rural e urbano nos municípios de Marabá e Eldorado do Carajás**. Marabá-Pará: UFPA, 1996 (Especialização em Ciência Política).

ATLAS brasileiro de desastres naturais 1991 A 2010: Volume Pará. **Centro universitário de estudos e pesquisas sobre desastres**. Florianópolis: CEPED/UFSC, 2011.

ATLAS do desenvolvimento humano no Brasil. **Perfil municipal, Marabá-Pará**, 2013.

BARCELLOS, Gilsa Helena. A crise ambiental e a mercantilização da natureza. *In*: HISSA, Cássio Eduardo Viana. (Org) **Saberes ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

BARTON, Allen. Desastre e stress coletivo. *In*: Quarantelli, E.L; Perry, Ronald W. (org). **Whats is a disastes? New answers to old questions**

2005. Vol.4; P.125-152. <http://www.saarcsadkn.org/downloads/whatisdisaster.pdf>. Acessado em 13 de setembro de 2011.

BARUCO, Grasiela Cristina da Cunha. **Do consenso Keynesiano ao Pós-consenso de Washington**. Uberlândia-MG:UFU, 2005 (Dissertação de Mestrado).

BECKER, B. K. Amazônia e a política ambiental brasileira. In: SANTOS, M.; BECKER, B. SILVA, C. A. F. da; et al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. P. 23-40. (espaço, território e paisagem). PP GEO/UFF.

BECKER, Bertha K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Geramond, 2007.

_____. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.

_____. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias estratégicas**, Santa Maria, n.12, p.135-159, set. 2001.
Disponível em: <http://ftp.mct.gov.br/CEE/revista/Parcerias12/09bertha.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2013.

BOLLE, Willi. **Iniciação à periferia: leitura dramática de Dalcídio Jurandir**. Novos Cadernos NAEA, v. 15 n. 2 p. 217-246, dez. 2012.

BOURDIEU, Pierre. **La distinction**. Paris: Ed. de Minuit, 1979.

_____. Gênese dos conceitos de *habitus* e de *campus*. In: BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Trad Myrian Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Fundo nacional do meio ambiente: transformando recursos financeiros em recursos naturais e qualidade de vida**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/fnma/>. Acesso em: 10 mar. 2007.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Programa de aceleração do crescimento (PAC): 2007-2010**. Brasília. 22 de janeiro de 2007.

BRASIL. Presidência da República; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Programa de aceleração do crescimento (PAC)**. Brasília, 2010. Disponível em: <https://www.pac.gov.br/>. Acesso em: 28 de junho de 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Mudanças climáticas e ambientais e seus efeitos na saúde: cenários e incertezas para o Brasil** / BRASIL. Ministério

da Saúde; Organização Pan-Americana da Saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008.

BRASIL. **Anuário brasileiro de desastres naturais**. Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres: Brasília, 2012.

BUENDÍA, Luciana Braga Silveira; Mercedes Pardo. **Da invenção da tradição (ou de como os patrimônios nos inventam): notas sobre a patrimonialização do pastoreio na Espanha**, Horiz. antropologia. vol.17 no.36 Porto Alegre July/Dec. 2011.

BULLARD, Robert. **Ética e racismo ambiental**. Revista Eco 21, ano XV, Nº 98, janeiro/2005.

BULLARD, Robert. “Enfrentando o racismo ambiental no século XXI” *in* ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto, **Justiça Ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, 40-68.

BURÓN, Carlos Lhane. **Los desastes nunca serán naturales**. Boletim Del Instituto de La vivienda, mayo, ano/vol.18, numero 047. Universidad de Chile, Santiago, Chile, 2003.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Trad. Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa. 4. ed. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2006.

CARDIA, Laís Maretti. **Exclusão social de famílias migrantes: estratégias de sobrevivência urbana**. João Pessoa: UFPB – CCHLA, 1998 (Dissertação de Mestrado).

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte, LIMA, José Júlio Ferreira. **A influência do governo federal sobre cidades na Amazônia: os casos de Marabá e Medicilândia**. (Novos cadernos do NAEA v. 12, n. 1, p. 161-192, jun. 2009, ISSN 1516-6481).

CARNEIRO, Maria José. **O rural como categoria de pensamento**. Ruris, 2008, V. 2, nº 1, p. 9-38.

CASTRO, Edna Maria de Ramos de, (Org.) et al. **In: estudo das mudanças socioambientais no estuário amazônico**. Belém: UFPA-NAEA, 2004. (RELATÓRIO do Projeto MEGAM).

_____. **Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia**. Novos Cadernos do NAEA, Belém: NAEA/UFPA, v. 8, n. 2, p.05-39, dez. 2005. Semestral.

CIDADES, Ministério das. <http://www.cidades.gov.br/index.php/prevencao-e-erradicacao-de-riscos.html> . Acesso em 26 de outubro de 2014.

COELHO, Maria Célia Nunes; MONTEIRO, Maurílio de Abreu; BUNKER, Stephen G.; FERREIRA, Bernardo. Impactos ambientais da estrada de ferro Carajás no Sudeste do Pará-Brasil In: TEIXEIRA, João B. Guimarães; BEISEGEL, Vandereli de Rui (orgs). **Carajás, geologia e ocupação humana**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2006, p 405-466.

COMDEC-Marabá. Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Marabá, (Plano Anual de Trabalho), 2007.

CONCEIÇÃO, Maria de Fátima Carneiro da. Populações tradicionais, sociabilidade e reordenação social na Amazônia. In: JACKSON, Maria José (Org.). **Sociologia na Amazônia: debates teóricos e experiências de pesquisa**. Belém: UFPA, 2001, p 141-164.

CORRÊA, Roberto Lobato de. **O espaço urbano**. 3ª Edição. São Paulo: ática, 1995 (Série Princípios).

_____. **O espaço urbano**. 2ª Ed. São Paulo: Ática, 1999 (Série Princípios).

DAMATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: rocco, 1997.

DIAS. C.V. Marabá: centro comercial da castanha. **Revista brasileira de geografia**. Rio e Janeiro, ano 20, n.4, 1958.

DIEGUES, A.C & ARRUDA, R. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: MMA, 2001.

DIEGUES, A.C (Org) **Povos e águas**. NUPAUB – USP. 2002.

DIEGUES, Antônio Carlos. Água e cultura nas populações tradicionais brasileiras. In: RIBEIRO, Wagner Costa (org). **Governança da água no Brasil – uma visão interdisciplinar**. São Paulo: Annablume; FAPESP; CNPq, 2009.

EMMI, Marília Ferreira. **A Oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém: Centro de Filosofia e Ciências Humanas/NAEA/UFPA, 1987. (Coleção Igarapé).

_____. **Os castanhais do Tocantins e a indústria extrativa no Pará até a década de 60**. Paper do NAEA 166, outubro de 2002.

EVANS PRITCHARD, E.E. 1902-1973. **Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota**. Trad. Ana M. Goldberger Coelho. São Paulo: perspectiva, 2008. (Estudos; 53).

FEARNSIDE, Philip M et al. **O futuro da Amazônia: modelos para prever as consequências da infraestrutura futura nos planos plurianuais**, 2012. (Novos Cadernos do NAEA).

FEARNSIDE, P.M. **Global Warming in Amazônia: impactos and mitigation**. In: Acta Amazônica, vol. 39 no. 4, Manaus: INPA, dezembro de 2009. P. 1003-1012.

FERREIRA, Lídia de Carvalho; CANTARINO, Anderson Américo Alves. **Análise do processo de avaliação de impactos ambientais indiretos, cumulativos e sinérgicos nos estudos de impacto ambiental de grandes projetos do PAC**. (VII Congresso Nacional de Excelência em Gestão - 12 e 13 de agosto de 2011).

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; PEREIRA, Henrique dos Santos; WITKOSKI, Antônio Carlos. **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais**: EDUA, 2007.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**, 32 Edição. São Paulo: companhia editora nacional, 2005.

GUIRÃO, Ângela Cruz; CISOTTO, Mariana Ferreira; BARBOSA, Rebeca Veiga. **Vulnerabilidade por inundação na área de várzea do rio Atibaia no município de Campinas-SP**. Revista GEONORTE, Edição Especial, V.3, N.4, p. 1380-1390, 2012.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1992.

HISSA, Cássio Viana (Org). **Saberes Ambientais. Desafios para o conhecimento disciplinar**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

IANNI, Otávio. **A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia**. Petrópolis: vozes, 1978.

IBGE – **Censo**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. Acesso em outubro de 2013.

IBGE **Cidades**. Página visitada em 6 de março de 2011. Acesso em outubro de 2013.

IBGE - **Estimativa populacional** para 2012. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Acesso em setembro de 2013.

IDESP Produto Interno Bruto dos Municípios do estado do Pará - 2010. **Instituto de desenvolvimento econômico, social e ambiental do Pará**. Acessada em 09 de março de 2012.

IPCC - Relatório do Quarto Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, 2007.

JADÃO, P.B.R.. **Marabá: a história de uma parte da Amazônia, da gente que nela vivia e da gente que a desbravou e dominou, fazendo-a emergir para a civilização.** De 1892 até nossos dias. Prefeitura municipal de Marabá. 1984.

JURANDIR, Dalcídio. **Três casas e um rio.** Belém: CEJUP, 1994.

_____. **Passagem dos Inocentes.** Belém: Martins, 1963.

KOHLHEPP, Gerd. **Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira.** Estudos avançados, volume 16, nº 45. São Paulo May/Aug. 2002.

LAGES, Lara; BARGAS, Janine ; BRITO, Rosaly. “Uma alternativa de alternativas”. In: **Projeto nova cartografia social da Amazônia como um espaço para a comunicação de populações tradicionais.** UFPA. Belém, PA. (Trabalho apresentado na divisão temática 07 – Comunicação, Espaço e Cidadania, da INTERCOM JÚNIOR – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação em Caxias do Sul entre os dias 2 a 6 de dezembro de 2010).

LEFEBVRE, Henri. **Revolução urbana.** (1970) Belo Horizonte: UFMG, 2004.

_____. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental.** Petrópolis, RJ: vozes, 2009 (Coleção Educação Ambiental).

_____. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** Trad. Lúcia Mathilde Endlich Orth. 6. ed. Petrópolis, RJ: vozes, 2008.

_____. **Aventuras da epistemologia ambiental: da articulação das ciências ao diálogo de saberes.** Tradução de Silvana Cobucci Leite. São Paulo: cortez, 2012.

LEI Nº. 17.213 de 09 de outubro de 2006. **Plano Diretor participativo do município de Marabá.**

LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M. CINTRÃO, R. (Org.). **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro.** Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. São Paulo: editora UNESP, 2004. 392 p. (Estudos NEAD, 6).

LIMA, Natamias Lopes de. **Saberes culturais e modos de vida de ribeirinhos e sua relação com o currículo escolar: um estudo no município de Breves/Pa.** UFPA, 2011 (Dissertação de Mestrado).

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky; ARAGÃO PINTO, Jax Nildo. **A questão fundiária na Amazônia.** Amazônia. Estudos avançados 19 (54), 2005.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Obras reunidas**, volume 4. São Paulo: escrituras editora, 2000.

MAFFRA, Cristina Q.T. & MAZZOLA, Marcelo. As Razões dos desastres em território brasileiro. **In: SANTOS, Rosely Ferreira dos (Org). Vulnerabilidade ambiental: desastres naturais ou fenômenos induzidos?** Ministério do meio ambiente, 2007.

MARABÁ. Prefeitura Municipal. **Relatório ambiental urbano integrado.** Marabá, 2008.

MARABÁ. *In:* WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Florida: **wikimedia foundation**, 2013.

Disponível: <http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Marab%C3%A1&oldid=36894934>. Acesso em: 13 out. 2013.

MARABÁ, a cidade que nasceu e cresce à beira das águas. **Correio do Tocantins**, Marabá, 05 de abril de 2000.

MARCHEZINI, Victor. **Desafios de gestão de abrigos temporários: uma análise sociológica de inseguranças e riscos no cotidiano de famílias abrigadas.** São Carlos: UFSCar, 2010 (Dissertação de Mestrado).

MARENGO, José A et al. Mudanças climáticas, condições meteorológicas extremas e eventos climáticos no Brasil. *In: Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável – FBDS.* Site: http://www.lloyds.com/NewsCenter/360_risk_insight/The_debate_on_climate_change/.S. Brasília, Fevereiro de 2006. Acessado em 12/04/2012.

_____. Cosmvisión e historia de la trashumancia en la Península Ibérica *in Actas do colóquio “Montemuro. A última rota da transumância”*. Associação da defesa do património arouquense e escola superior agrária de Viseu. Arouca, 2000.

MARTÍNEZ ALIER, Joan. **O Ecologismo dos pobres.** São Paulo: contexto, 2007.

_____. **El ecologismo de los pobres.** 4a ed., ampliada. Conflictos ambientales y lenguajes de valoración. Lima: espiritrompa ediciones, 2010. 416 pp.

MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite**: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo. São Paulo: HUCITEC, 1989.

_____. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. 3ª edição, São Paulo: hucitec, 1991.

MARTINS, Rodrigo Constante. **A construção social do valor econômico da água. Estudo sociológico sobre agricultura, ruralidade e valoração ambiental no estado de São Paulo**: USP, 2004 (Tese de Doutorado).

_____. **A Construção social da economia política da água**, 115 Sociologia, Problemas e Práticas, n.º 73, 2013, pp. 111-130.

_____. **O Paradoxo de Giddens**. *In*: contemporânea n. 1 Jan.–Jun. 2011. P. 237-243.

MATOS, Gláucio Campos Gomes de. **Amazonas: a marca da água e o uso dos rios** FAEFI/ UFAM. XII Simpósio Internacional Processo Civilizador, 10 a 13 novembro de 2009. (Civilização e Contemporaneidade).

MATTOS, Maria Virginia Bastos de. **História de Marabá**. Marabá: Grafil, 1996.

MEDEIROS, Júlia de. O tigre da Amazônia. *In*: **Revista Veja**. Especial, edição 2180 – ano 43 n.º 35, 1.º de setembro de 2010. P. 92-93

MIRANDA, Napoleão, et al (Coord.) **Relatório de avaliação da vulnerabilidade ambiental – MARABÁ**, 2006 (Projeto GEO Cidades).

MONTEIRO, Alcidema *et al*. **O espaço Amazônico: Sociedade e meio ambiente**. Belém: UFPA -NPI, 1997.

MORAES, Antônio Carlos Robert e COSTA, Wanderley Messias de. **Geografia Crítica, a valorização do espaço**. São Paulo. Hucitec, 1984.

MORAIS, J. A. David de. **Transumância de gados serranos e o Alentejo. Coleção. “Novos estudos Eborenses”**: 3. Câmara Municipal de Évora, Évora, 1998.

MORIN, Edgar. **Saberes globais e saberes locais**. Brasília: CDS/UNB, 2000.

MOTA, Fábio Reis; FREIRE, Letícia de Luna. O Direito de ter ou não Direitos: a dimensão moral do reconhecimento na promoção da cidadania. *In*: **Revista de Sociologia da UFSCar**. UFSCar, 2011. P. 127-146.

NEVES, Eduardo Góes. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

NOVA Cartografia Social da Amazônia. **Movimento dos ribeirinhos e ribeirinhas das ilhas e várzeas de Abaetetuba** – MORIVA (Este fascículo foi produto das oficinas do PNCSA realizadas no município de Abaetetuba nos dias 19 de abril, 10 de maio e 18 de outubro do ano de 2008 e 14 de fevereiro do ano de 2009. In: Tema: Ser Ribeirinho e Ribeirinha.

NUNES, Débora Aquino; LIMA Michel de Melo. *A Cidade Média de Marabá: Novas Dinâmicas Territoriais e Centralidade Urbano-regional na Amazônia Oriental. I Seminário de desenvolvimento regional, Estado e sociedade.* Rio de Janeiro - RJ – Brasil, Agosto de 2012.

NUNES, Débora Aquino; TRINDADE JR, Saint-Clair. **(Sobre)vivências ribeirinha na orla fluvial de Marabá-Pará: agentes, processos e espacialidades urbanas**, Novo Caderno NAEA, v.15 n.1, jun 2012.

O ESTADO de São Paulo Em Marabá queixa de impostos elevados. **Jornal estado político** (31 de maio de 2010). Acessada em setembro de 2010.

OLIVEIRA, Américo e SILVA, Filomeno. **Montemuro – “A última rota da transumância.** Associação da Defesa do Patrimônio Arouquense. NORPRINT, Arouca, 2000b.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Integrar para (não) entregar: políticas públicas e Amazônia.** Campinas: papirus, 1988.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de Oliveira (Org). **Cartografias Ribeirinhas. Saberes e Representações sobre práticas sociais cotidianas de alfabetizando amazônidas.** Belém.Pará: CCSE-UEPA, 2004.

OLIVEIRA, José Aldemir de; SHOR, Tatiana. *Das cidades da natureza à natureza das cidades.* In: TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da; TAVARES, Maria Goretti da costa. (Orgs) **Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências.** Belém: EDUFPA, 2008. 218 P.

OLIVEIRA, Myriam cyntia cesar de; ALMEIDA, Jalcione. **Mudanças sociais e formas de exploração do meio natural em áreas de fronteira agrária amazônica: o caso da região de Marabá – Pa.** (Trabalho apresentado ao GT 2 – Interfaces entre a Questão Agrária e Questão Ambiental, no 3º Encontro da Rede de Estudos Rurais, realizado entre os dias 09 e 12 de setembro), Brasil: Campina Grande – PB, 2008.

OLIVEIRA, Maria das Dores Aderaldo. **Desencantamento do mundo na metrópole da floresta. A resignificação da vida na cidade de Manaus.** Manaus: UFAM, 2011 (Trabalho de Conclusão de Curso).

PACHECO, José João et al. **Estatística municipal de Marabá**, 2011.

PARÁ Investimentos. **Oportunidades e desafios 2010-2014.** 2ª ed. Janeiro, 2010.

PARÁ: **Obras do PAC continuam paradas em Marabá**, 18 de fevereiro de 2011 em Pará. <http://www.folhadobico.com.br/02/2011/para-obras-do-pac-continuam-paradas-em-maraba.php>. Acesso Sexta-feira, 17 de outubro de 2014.

PARKES, CM. **Luto: estudos sobre as perdas na vida adulta**. Summus editorial. São Paulo, 1998.

PEREIRA, Airton dos Reis. **A Cidade invisível de Marabá.**: Marabá. UFPA, 2006.

_____. **Conflitos de terra e violência no sul do Pará (1975-1990)**, (X Encontro Nacional de História Oral – Testemunhos: história e política, Recife, 26 a 30 de abril 2010).

PEREIRA, Henrique dos Santos. A Dinâmica da paisagem socioambiental das várzeas do rio Solimões-Amazonas. In: FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; PEREIRA, Henrique dos Santos; WITKOSKI, Antônio Carlos. **Comunidades ribeirinhas Amazônicas: modos de vidas e usos dos recursos naturais**, EDUA, UFAM, 2007. Acesso em www.institutopiatam.org.br/comunidades_ribeirinhas_e_modos_de_vidas. Acesso em 09 de setembro de 2014.

PIMENTEL, André Renan Campelo et al. Estatística municipal. **Instituto de desenvolvimento econômico, social e ambiental do Pará**. Marabá: IDESP, 2012.

PNDC, Política Nacional de Defesa Civil. Ministério da integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Brasília: 2007.

PNUD. Ranking decrescente do IDH-M dos municípios do Brasil. **Atlas do desenvolvimento humano**. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2010). Acesso em julho de 2013.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD); FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP); INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Atlas Brasil.2013.

RAIOL, José de Andrade. (Coord.) **Perspectivas para o meio ambiente urbano**: GEO Marabá. Pará, Belém, 2010.

RELATÓRIO do Projeto MEGAM. CASTRO, Edna Maria de Ramos de, (Org.) et al. In: **Estudo das mudanças socioambientais no estuário Amazônico**. Belém: UFPA-NAEA, 2005.

_____. **Estudo das mudanças socioambientais no estuário Amazônico**. Belém: UFPA-NAEA, 2004.

RIBEIRO, Rovaine. **As cidades médias e a reestruturação da rede urbana amazônica: a experiência de Marabá no sudeste paraense.** São Paulo: USP, 2010 (Dissertação de Mestrado).

RICCI, Magda. **Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840.** UFPA, 2006.

RITTL, Carlos. (Coord.) **Mudanças climáticas, mudanças de vidas. Como o aquecimento global já afeta o Brasil.** *Greenpeace Brasil*, agosto de 2006.

RODRIGUES, Taíla Albuquerque; SALVADOR, Evilásio. **As implicações do programa de aceleração do crescimento (PAC) nas políticas sociais.** *SER Social*, Brasília, v. 13, n. 28, p. 129-156, jan./jun. 2011.

SALIS, Cleide Lopes; OLIVEIRA, Tatiana Souto Maior de. **A problemática das enchentes e cheias periódicas no município de Marabá/Pa: o caso do bairro santa rosa,** Caderno meio ambiente e sustentabilidade. Vol.2 n. 2, jan/jun 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências** – revisado, 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** 5ª ed. São Paulo: Edusp, 1999.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado. Fundamentos teóricos e metodológicos da geografia.** São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Pobreza Urbana.** 3ª Ed. São Paulo: USP, 2009.

SEABRA, Giovanni de Farias. (Organizador) **A Conferência da terra: fórum internacional do meio ambiente. Questões globais e soluções locais.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008.

SEN, Amarthya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade.** Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: companhia das Letras, 2000.

SEPOF - Secretaria executiva de Estado de planejamento, orçamento e finanças, 2005.

SEVÁ FILHO, Arsênio Oswaldo. Problemas intrínsecos e graves da expansão mineral, metalúrgica, petrolífera e hidrelétrica nas Amazônias. In: ZHOURI, andréa; LASCHEFSKI, Klemens (orgs). **Desenvolvimento e conflitos ambientais.** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

SILVA, Maria do Perpétuo Socorro Chaves da. **Aqui é melhor do que lá: representação social da vida urbana das populações migrantes e seus impactos socioambientais em Manaus.** UFAM, 2009.

SILVA, Idelma Santiago da. **Migração e cultura no sudeste do Pará: Marabá (1968-1988)**. Pós-História UFG, 2006.

SILVA, Ana Regina Ferreira da. **Perspectivas das políticas territoriais na faixa de fronteira Internacional da Amazônia oriental brasileira: Estados do Pará e do Amapá**. Belém: UFPA, 2011 (Dissertação de Mestrado).

SOUSA, Joaquim soares de et al. **A Transumância para o Montemuro: um pretexto para o desenvolvimento rural**, (educação, ciência e Tecnologia), <http://repositorio.ipv.pt/handle/10400.19/432>, Maio, 2005. Acesso em 10 de Maio de 2014.

SOUZA, José Camilo Ramos de; ALMEIDA, Regina Araújo de. **Vazante e enchente na Amazônia brasileira: impactos ambientais, sociais e econômicos**, (VI Seminário Latino-Americano de Geografia Física II Seminário Ibero-Americano de Geografia Física Universidade de Coimbra, Maio de 2010.)

SOUZA Jorge Alex de Almeida. **A espacialidade de uma Amazônia ribeirinha face ao urbano: o exemplo de São Domingos do Capim (PA) e o desenvolvimento do turismo, turismo em análise**, v.20, n.1, abril 2009.

SPVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** UFMG, 1988 (Coleção Babel).

TAVARES, Maria Goretti da Costa. **A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios**. Revista ACTA Geográfica, ANO II, n°3, jan./jun. de 2008. P. 59-83.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Rio de Janeiro Jan./Feb. 2006. **Pierre Bourdieu: a teoria na prática**. Rev. Adm. Pública vol. 40 n° 1. Site: <http://dx.doi.org>. Acessado em 10 de set de 2014.

TOMINAGA, L. K; SANTORO, J.; AMARAL, R. do (Orgs.) **Desastres naturais: conhecer para prevenir**. São Paulo: Instituto Geológico, 2009.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro. **Imagens e representações da cidade ribeirinha na Amazônia: uma leitura a partir de suas orlas fluviais**. Revista Humanitas, Belém, v. 18, n. 2, p. 135-148, jun. 2002.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da; TAVARES, Maria Goretti da Costa. (Orgs) **Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências**. Belém: EDUFPA, 2008. 218 P.

TRINDADE Jr., Saint-Clair Cordeiro. **Cidades na floresta: os "grandes objetos" como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, v. 51, p. 113-137, 2010.

TRINDADE Jr., Saint-Clair Cordeiro et al. **Espacialidades e temporalidades urbanas na Amazônia ribeirinha: mudanças e permanências. A Jusante do rio Tocantins.** ACTA Geográfica, Ed. Esp. Cidades na Amazônia Brasileira, 2011. Pp.117-133.

TRINDADE JÚNIOR, S. C.; ROCHA, G. M. Cidade e empresa na Amazônia: uma apresentação do tema. In: _____. (Orgs.). **Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local.** Belém: Paka-Tatu. 2002, P. 13-23.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da; TAVARES, Maria Goretti da costa. (Orgs) **Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências.** Belém: EDUFPA, 2008. 218 P.

PAULA, Elder Andrade de; MORAES, Maria de Jesus. Nos Labirintos das Fronteiras Amazônicas. In: VALENCIO, Norma; PAULA, Elder Andrade de; WITKOSKI, Antônio Carlos (Org). **Processos de Territorialização e Identidades Sociais.** São Carlos: RiMa, 2010.

VELHO, O. GUILHERME. **Frentes de expansão e estrutura agrária:** estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1972.

VENTURATO, Raquel Duarte. **Amazônia das águas: do fluir natural ao processo de vulnerabilização social.** NEPED. (artigo de opinião), 2011.

VIDAL, Elizabete de Lemos. **Memórias de rios e de lagos na construção romanesca: Leitura de narrativas da Amazônia paraense.** UFRN. Natal-RN, 2008 (Tese de Doutorado).

WANDERLEY Maria de Nazareth Baudel. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o rural como espaço singular e ator coletivo.** Rio de Janeiro: Estudos Sociedade e Agricultura, v.15, outubro 2000, p. 87-145.

WITKOSKI, Antônio Carlos; FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; MIGUEZ, Sâmia Feitosa. **O saber local e os caboclos ribeirinhos em comunidades Amazônicas.** Brasília, 2006. (II Encontro da ANPPAS de 23 a 26 de maio de 2006. www.anppas.org.br/encontro anual. Acessado em 9/9/2014.

WITKOSKI, Antônio Carlos. **Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses Amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais.** Manaus: editora da Universidade Federal do Amazonas, EDUA, 2007.

_____. **Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais.** 2ª Edição, São Paulo: annablume, 2010. 486 P.

YOSHIOKA, Reimei. **Avaliação de implantação de núcleo urbano na Amazônia: exemplo de Nova Marabá-Pará.** São Paulo, 1986. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (Mestrado em Geografia).

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (orgs) **Desenvolvimento e conflitos ambientais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010 (Coletânea do I Seminário Nacional Desenvolvimento e Conflitos Ambientais, realizado entre 2 e 4 de abril de 2008, na UFMG).

APÊNDICES E ANEXOS

APÊNDICE A: primeiro roteiro de entrevista destinado para os técnicos da Defesa Civil, /2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS- UFSCar
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTU SENSU EM SOCIOLOGIA
PROF. DR. RODRIGO CONSTANTE MARTINS
DOUTORANDO: JOSÉ AUGUSTO CARVALHO DE ARAÚJO

ENTREVISTA

1) Ao longo de décadas a velha Marabá tem sofrido com os alagamentos e com as enchentes, e como consequência a população ribeirinha tem se mobilizado diante das sucessivas perdas materiais, simbólicas e humanas. Nesta direção qual o entendimento da população ribeirinha sobre o sentido da moradia, da convivência, dos laços e hábitos cotidianos, considerando que muitas vezes são quebrados em virtude das repentinas mudanças de residências/moradias, na busca de se protegerem das enchentes?

R=

2) Quais são os principais elementos e laços simbólicos, sociais e culturais que são perdidos ou desfeitos em virtude do processo migratório das famílias ameaçadas pelas enchentes que residem às margens dos rios na velha Marabá ao migrarem para outras localidades em busca de moradias mais seguras?

R=

3) Qual é a análise política que a população ribeirinha faz em relação à atuação da Defesa Civil e do Gestor Municipal com o objetivo de minimizar os efeitos sociais à população ribeirinha diante das constantes enchentes sazonais e intermitentes no município de Marabá, principalmente no período das chuvas?

R=

4) Explique com as suas palavras o sentido sociocultural do povo ribeirinho em viver às margens dos rios? Qual o elemento organizativo a este modelo de vida socialmente determinada seja pela cultura ou pelas condições socioeconômicas experimentadas pela população ribeirinha?

R=

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCar
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS
ORIENTADOR: PROF. DR. RODRIGO CONSTANTE MARTINS
DOUTORANDO: JOSÉ AUGUSTO CARVALHO DE ARAÚJO

APÊNDICE B: segundo roteiro de entrevista destinado aos ribeirinhos que residiram nos abrigos temporários na Nova Marabá (Feirinha e folha 33), e nos bairros do Cabelo Seco e Santa Rosa, /2012.

ENTREVISTA

Dados Pessoais:

Idade:

Renda familiar com base no salário mínimo:

Número de pessoas por família:

Bairro onde morava antes da enchente:

Dados de Identificação:

Iniciais do nome:

Endereço:

Telefone: Optativo (94)

Roteiro da entrevista:

1) O que representa para você e sua família todos os anos ter que conviver com as enchentes? E há quanto tempo você já experimenta esta realidade?

R=

2) Quais as principais dificuldades enfrentadas nos abrigos temporários pela família?

R=

3) Qual o sentido para a sua família no ato de migrar para outro local quando há o transbordamento dos rios?

R=

4) Descreva a relação estabelecida das famílias atingidas pelas enchentes com a Defesa Civil e com o Poder público ao longo dessas décadas?

R=

5) Qual o simbolismo religioso, social ou cultural morar às margens dos rios? E o que é ser ribeirinho para você?

R=

6) Você e sua família vislumbram alguma esperança em uma solução para este problema das Enchentes daqui pra frente? Em caso positivo, descreva os que você e sua família considerariam mais importantes?

R=

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCar
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS
ORIENTADOR: PROF. DR. RODRIGO CONSTANTE MARTINS
DOUTORANDO: JOSÉ AUGUSTO CARVALHO DE ARAÚJO

APÊNDICE C: DECLARAÇÃO DE ACEITE DA INSTITUIÇÃO DEFESA CIVIL NO ESTADO DO PARÁ PARA O LEVANTAMENTO DA PESQUISA DOCUMENTAL


Declaro em nome da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar ter conhecimento do Projeto de Pesquisa intitulado, **CULTURA DA TERRA, CULTURA DAS ÁGUAS: UM ESTUDO SOBRE O FENÔMENO DA TRANSUMÂNCIA EM MARABÁ (PA)**, que foi realizada no município de Marabá, de autoria do estudante José Augusto Carvalho de Araújo, dando-lhe consentimento para realizar o trabalho nesta Instituição e coletar dados em nossas dependências durante o período preestabelecido pela Direção da Instituição.

Estamos também cientes e concordamos com a publicação dos resultados encontrados, observando o sigilo das identidades das pessoas; sendo ainda obrigatória a citação na forma de referência bibliográfica ou documental das informações utilizadas.

Marabá, Pa., 10 de Fevereiro de 2012.

Joab Barbosa Pontes
Defesa Civil de Marabá

ANEXO A : PARECER SOBRE A QUALIFICAÇÃO DO EXAME DE TESE:


	<p style="text-align: center;"> Universidade Federal de São Carlos Centro de Educação e Ciências Humanas Programa de Pós-Graduação em Sociologia Rodovia Washington Luís, Km 235 – Cx. Postal 676 13565-905 São Carlos – SP - Fone/Fax: (16) 3351.8673 www.ppgs.ufscar.br - ppgs@ufscar.br </p>
---	---

**ATA DO EXAME DE QUALIFICAÇÃO PARA O DOUTORADO EM SOCIOLOGIA DE
JOSÉ AUGUSTO CARVALHO DE ARAÚJO**

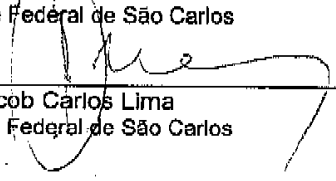
Ao décimo nono dia do mês de agosto do ano de dois mil e treze, às quatorze horas, no(a) Sala Anísio Teixeira no Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH), da Universidade Federal de São Carlos, reuniu-se com o(a) Doutorando(a), **JOSÉ AUGUSTO CARVALHO DE ARAÚJO** a seguinte banca examinadora: Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins, orientador(a) e presidente, Prof^a Dra. Maria Inês Rauter Mancuso, da Universidade Federal de São Carlos e Prof. Dr. Jacob Carlos Lima, da Universidade Federal de São Carlos, para procederem ao Exame de Qualificação para o Doutorado do(a) candidato(a) acima mencionado(a), como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, para a obtenção do título de Doutor. A arguição foi baseada na primeira versão da Tese do(a) candidato(a) que terá como título provável: *A transumância e o modo de vida do ribeirinho na Amazônia paraense*. A Comissão considerou o(a) candidato(a) aprovado(a) (X) reprovado(a) () com o seguinte parecer:

A banca examinadora aprovou o(a) candidato(a) José Augusto Carvalho de Araújo para a obtenção do título de Doutor em Sociologia, com o título provisório de "A transumância e o modo de vida do ribeirinho na Amazônia paraense".

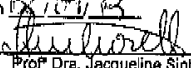
São Carlos, 19 de agosto de 2013.


 Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins
 Programa de Pós-Graduação em Sociologia
 Universidade Federal de São Carlos
 Orientador(a) e Presidente


 Prof^a Dra. Maria Inês Rauter Mancuso
 Universidade Federal de São Carlos


 Prof. Dr. Jacob Carlos Lima
 Universidade Federal de São Carlos

Para uso da CPG/
 Homologado na 40ª Reunião da CPG-PPGS,
 realizada em 12/08/13


 Prof.ª Dra. Jacqueline Sinhoretto
 Vice-Coordenadora do PPGS

ANEXO B: ATA DE DEFESA DA TESE**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Relatório de Defesa de Tese

Candidato: José Augusto Carvalho de Araujo

Aos 08/12/2014, às 14:00, realizou-se na Universidade Federal de São Carlos, nas formas e termos do Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, a defesa de tese de doutorado sob o título: Cultura da terra, cultura das águas: um estudo sobre o fenômeno da transumância na Amazônia paraense, apresentada pelo candidato José Augusto Carvalho de Araujo. Ao final dos trabalhos, a banca examinadora reuniu-se em sessão reservada para o julgamento, tendo os membros chegado ao seguinte resultado:

Participantes da Banca	Função	Instituição	Resultado
Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins	Presidente	UFSCar	Aprovado
Profa. Dra. Eliana Santos Junqueira Creado	Titular	UFES	Aprovado
Profa. Dra. Ana Paula Fracalanza	Titular	USP	Aprovado
Prof. Dr. Jacob Carlos Lima	Titular	UFSCar	Aprovado
Profa. Dra. Maria Ines Rauter Mancuso	Titular	UFSCar	Aprovado

Resultado Final: *Aprovado*

Parecer da Comissão Julgadora*:

A Banca aprova o trabalho e destaca sua relevância acad. reconhecendo a vários aspectos do texto, incorporando os sugestões apresentadas.

Encerrada a sessão reservada, o presidente informou ao público presente o resultado. Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada e, para constar, eu, Richard Miskolci Escudeiro, representante do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, lavrei o presente relatório, assinado por mim e pelos membros da banca examinadora.

[Assinatura]
Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins

[Assinatura]
Profa. Dra. Eliana Santos Junqueira Creado

[Assinatura]
Profa. Dra. Ana Paula Fracalanza

[Assinatura]
Prof. Dr. Jacob Carlos Lima

[Assinatura]
Profa. Dra. Maria Ines Rauter Mancuso

[Assinatura]
Representante do PPG: Richard Miskolci Escudeiro

() Não houve alteração no título da tese Houve. O novo título passa a ser:

Cultura da terra, cultura das águas: o fenômeno da transumância em Marabá (PA)

Observações:

a) Se o candidato for reprovado por algum dos membros, o preenchimento do parecer é obrigatório.

b) Para gozar dos direitos do título de Mestre ou Doutor em Sociologia, o candidato ainda precisa ter sua dissertação ou tese homologada pelo Conselho de Pós-Graduação da UFSCar.